

Jovens Agricultores: Políticas, Perfis e Desafios



 ISA Press

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas zonas rurais

JOVENS AGRICULTORES: POLÍTIICAS, PERFIS E DESAFIOS

Promotores:



Cofinanciado por:



Ficha Técnica

Título: Jovens Agricultores: políticas, perfis e desafios

Edição: ISA Press

Coordenação: Pedro Reis & Fátima Oliveira

Textos:

Pedro Roseira Rei

Arlindo Cunha

Miguel Freitas

Maria de Belém Costa Freitas

Fátima Oliveira

Leonor da Silva Carvalho

Emiliana Silva

Fernando Delgado

Cristina Amaro da Costa

Catarina Coelho

Diana Gomes

Adriana Pereira

Daniela Costa

Capa: Fátima Oliveira

Design gráfico:

1ª edição: Dezembro 2021

Distribuição gratuita

Impressão:

ISBN: 978-972-8669-88-1

JOVENS AGRICULTORES: POLÍTICAS, PERFIS E DESAFIOS

Pedro Roseira Rei
Arlindo Cunha
Miguel Freitas
Maria de Belém Costa Freitas
Fátima Oliveira
Leonor da Silva Carvalho
Emiliana Silva
Fernando Delgado
Cristina Amaro da Costa
Catarina Coelho
Diana Gomes
Adriana Pereira
Daniela Costa

Coordenação: Pedro Reis & Fátima Oliveira

1ª edição

ISA Press

Índice:

Prefácio	09
Contributo AJAP	11
<i>Pedro Roseira Rei</i>	
Jovens Agricultores: precisamos de uma política robusta e consistente	21
<i>Arlindo Cunha</i>	
Renovação geracional: prioridade estratégica de desenvolvimento rural	29
<i>Miguel Freitas</i>	
O rejuvenescimento do setor agrícola português - mito ou realidade possível?	43
<i>Maria de Belém Costa Freitas</i>	
O Jovem Agricultor em Portugal: avaliação do efeito de políticas	57
<i>Maria de Fátima Lorena de Oliveira</i> <i>Maria Leonor da Silva Carvalho</i>	
Ser Jovem Agricultor na Região Autónoma nos Açores na viragem para o Século XXI	79
<i>Emiliana Silva</i>	
A instalação de Jovens Agricultores. O caso da incubadora de empresas de base rural de Idanha-A-Nova	97
<i>Fernando Delgado</i>	
Os jovens e a agricultura familiar. Que presente e que futuro.	115
<i>Cristina Amaro da Costa, Catarina Coelho, Diana Gomes, Adriana Pereira e Daniela V.T.A. Costa</i>	

Prefácio

A instalação de jovens agricultores, os fatores de sucesso e de insucesso, e o rejuvenescimento do setor agrícola, é um tema que tem atravessado várias reformas e períodos de programação da Política Agrícola Comum, sem conseguirmos atingir resultados que nos satisfaçam e continuamos a sentir uma necessidade de repensar, de reformular, de reimplementar. Esta inquietação, justificada, torna-se cada vez mais premente face ao agravar do envelhecimento dos produtores e gestores agrícolas, à perda de população nos territórios rurais e ao envelhecimento mais acentuados nestas regiões. A isto, impõe-se uma urgência de respondermos aos grandes desafios da produção agrícola, associados às transições climática, ecológica e digital, num contexto de crescente pressão sobre a produção sustentável de alimentos. Neste contexto, o conhecimento, a inovação, o empreendedorismo, e a inquietação dos jovens são fundamentais. É neste quadro, que a AJAP promoveu este projeto de avaliação e divulgação das políticas de instalação de Jovens Agricultores, no âmbito do PRODER e do PDR2020, onde tivemos o prazer de participar, agradecendo à AJAP o desafio que nos fizeram, numa parceria que foi para nós muito enriquecedora. No âmbito deste projeto, surgiu o presente livro que é uma coletânea de artigos onde se procura ter diferentes perspetivas, seja de foco, de abordagem ou de olhar políticas públicas.

O presente livro deve ser lido em complemento a outra publicação, o livro “10 Anos de Instalação de Jovens Agricultores”, onde são apresentados os resultados do inquérito realizado a 445 jovens agricultores, assim como a discussão e análise dos resultados do grupo focal, e um conjunto de conclusões e de recomendações de medidas de políticas.

O primeiro texto, do presidente da AJAP, é um documento pedagógico, pertinente e muito claro, para aqueles jovens que pretendam iniciar a sua atividade agrícola. No segundo artigo, do Professor Arlindo Cunha, é feita uma análise sobre os equívocos e desacertos nas políticas de instalação de jovens agricultores, e é apresentado um conjunto de orientações

e de medidas. O texto do Professor Miguel Freitas, constituiu um ensaio sobre os vários fatores associados ao sucesso da instalação dos jovens agricultores, com algumas sugestões concretas de medidas políticas. A Professora Maria de Belém Costa Freitas, aborda a questão do conhecimento e da formação dos jovens, convocando-nos inclusive para uma reflexão sobre o interesse dos jovens no ensino superior agrícola. O artigo seguinte, procede a uma análise comparativa no quadro da União Europeia. O sexto texto, da Professora Emiliana Silva, apresenta-nos o quadro dos jovens agricultores e das políticas de incentivo à sua instalação, na Região Autónoma dos Açores. O Eng^o Fernando Delgado, apresenta o caso específico de Idanha-a-Nova que permite fazer uma análise de tipos de jovens agricultores e fatores associados à sustentabilidade da sua atividade. A concluir, temos um trabalho sobre a atratividade dos territórios rurais e o contributo dos jovens agricultores para o desenvolvimento local. Pretende-se, com esta compilação de ensaios, contribuir para uma reflexão sobre as políticas públicas orientadas para a instalação de jovens agricultores, e para tomadas de decisão mais fundamentadas e procurando assimilar a complexidade e a realidade destes empreendedores.

Neste espaço, gostaríamos de agradecer, em primeiro lugar, ao Dr. João Mira e ao Eng.^o Firmino Cordeiro, pelos incentivos e pelos apoios para a concretização do projeto. Aos autores, Pedro Roseira Rei, Arlindo Cunha, Miguel Freitas, Maria de Belém Costa Freitas, Leonor da Silva Carvalho, Emiliana Silva, Fernando Delgado, Cristina Amaro da Costa, Catarina Coelho, Diana Gomes, Adriana Pereira e Daniela Aguiar da Costa, pelo trabalho empenhado, que permitiu a edição desta obra.

Os técnicos das associações de agricultores e das direções regionais de agricultura, são fundamentais para a instalação dos jovens agricultores, desenvolvendo o seu trabalho, muitas vezes, com grande paixão. Que este livro seja também uma homenagem à Eng.^a Carmo Bica, que com o seu sorriso aberto, abraçou e sempre defendeu o desenvolvimento rural e os agricultores, com dedicação e paixão.

Contributo AJAP

Pedro Roseira Rei¹

Tendo por base um célebre artigo do saudoso ex-Ministro da Agricultura, Armando Sevinate Pinto, que escreveu para a revista da AJAP – Jovens Agricultores, “Quinze Conselhos a Jovens Agricultores”, sou tentado para a presente publicação acerca da Instalação de Jovens Agricultores, trazer à memória, recomendações referidas bem atuais, com adaptações ajustadas aos nossos dias, ora mais delicados, face à pressão resultante do trinómio alterações climáticas, sustentabilidade e produtividade.

Um novo agricultor que se instala assume sempre uma responsabilidade cuja importância pode determinar o seu futuro. Responsabilidade para consigo mesmo, para com a sua família e para com a sociedade em geral. A agricultura não é uma atividade fácil. Exige conhecimentos, competências específicas e sacrifícios, e está, como nenhuma outra atividade, rodeada de incertezas.

Os candidatos a Jovens Agricultores devem estar conscientes da dedicação e esforço que lhe vão ser exigidos, e preparados para muitas deceções, que nem sempre serão compensadas pela formidável energia positiva associada a uma das mais nobres, livres e independentes atividades humanas, inseridas no processo produtivo.

Importa salientar aspetos relevantes no processo de instalação de Jovens Agricultores:

(1) *Presidente da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal*

PRIMEIRO - os jovens deverão consultar e estudar atentamente a legislação aplicável, designadamente à instalação e ao investimento de Jovens Agricultores, bem como a que enquadra o apoio aos rendimentos.

Se reunirem todas as dúvidas que a leitura atenta desses documentos lhes suscitarem, poderão mais eficazmente esclarecê-las, junto dos organismos competentes do Ministério da Agricultura, junto da AJAP e outras organizações, ou de consultores especializados.

SEGUNDO - deverão assegurar-se que terão acesso, não só ao montante financeiro necessário para a componente de autofinanciamento do projeto de investimento, como até a um pouco mais (20 a 40%), para os gastos relativos aos períodos intercalares entre reembolsos das ajudas públicas. Além disso, aparecerão inúmeros custos, não previsíveis na fase de conceção de um projeto, sem esquecer que os apoios ao investimento não cobrem a maior parte dos custos de exploração até à produção e ao aparecimento das receitas (o montante do apoio à primeira instalação, normalmente não chega para tudo isso). Esta é uma matéria particularmente sensível pois a ela estão associadas dificuldades de muitos Jovens Agricultores, que por vezes a família não pode resolver e a banca empresta a prazos curtos, taxas ainda elevadas, exigindo quase sempre muitas garantias difíceis de realizar por parte dos Jovens Agricultores.

Em relação ao primeiro ponto, a AJAP tem aqui um papel determinante, insistir permanentemente junto da sua organização de cúpula europeia, representada em Bruxelas, o CEJA – Conselho Europeu de Jovens Agricultores, para que pressione a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu em relação à introdução de melhoria das medidas de política relativas à instalação de Jovens Agricultores formuladas na UE, bem como em relação às medidas que os Governos de Portugal, da responsabilidade do Ministério da Agricultura adota em relação ao mesmo assunto.

O País embora pequeno é muito desigual, das desigualdades inves-

tindo mais e melhor devemos criar oportunidades, mas não se deve através das medidas de política acentuar desigualdades como infelizmente se tem verificado.

Na definição de políticas e na divisão dos montantes de apoio pelas diferentes regiões e beneficiários, recaem quase sempre interesses organizados, lóbis e tendências que têm privilegiado claramente algumas regiões em detrimento de outras e grupos de beneficiários em detrimento de massas bem maiores de possíveis beneficiários.

Relativamente ao apoio destinado aos Jovens Agricultores subsistem diferenças que devem ser acauteladas nas medidas e regulamentação ao seu incentivo; investir em regiões estruturadas (eletrificação, regadio, estruturas consolidadas de comercialização e exportação, com mais apoios sociais, educação e outros), é bem diferente do que se um jovem investir em zonas em que falta muito destas condições enumeradas. Pelo que é necessário que os grandes investimentos nacionais (barragens, regadios coletivos, emparcelamento, eletrificação rural, entre outras), também devam surgir nestas regiões. Os apoios aos Jovens Agricultores devem ser diferenciados, tem de existir uma verdadeira diferenciação no prémio de instalação, mas também na percentagem de apoio ao investimento, em função das características das regiões onde se instalam.

TERCEIRO: o candidato(a) a Jovem Agricultor(a), deve procurar pôr-se ao corrente das diferentes atividades, agrícolas, pecuárias ou florestais, que isoladamente ou de forma combinada, tenham adequação agronómica à sua região e, sobretudo, às condições naturais disponíveis (ou suscetíveis de serem induzidas) no local onde poderão vir a instalar-se. Esse local deverá ser muito bem estudado, quer no que se refere às suas características físicas, climáticas e pedológicas, quer no que se refere a acessos, energia elétrica, existência de água subterrânea, serventias públicas e condicionantes ambientais. Deverão também trocar impressões com agricultores experimentados, beneficiando criticamente da sua experiência. Devem, no entan-

to, proteger-se daqueles que pensam que só uma longa experiência pode formar um bom agricultor e que estão amarrados a ideias feitas, contrárias à inovação e ao progresso técnico/científico, e avessos a uma visão do mundo, aberta e não preconceituosa.

Os jovens deverão aproveitar alguns desses conselhos, desde que sensatos. Mas devem também estar seguros das vantagens associadas à sua condição de jovens, quer na quebra de rotinas viciosas, na abertura a novos métodos e espírito de iniciativa, nas suas capacidades de trabalho, no acesso ao conhecimento e aos mercados, no âmbito de uma visão atualizada do mundo e do seu funcionamento.

QUARTO: uma vez selecionada, uma ou várias atividades/culturas, deverão estudar os seus mercados, as previsões disponíveis relativas à evolução da oferta e da procura, quer mundiais, quer internas (importações e exportações desagregadas a 8 dígitos e publicadas pelo INE), canais de escoamento, disponibilidade de conhecimentos especializados, a nível nacional e regional, evolução e volatilidade dos preços de mercado, ajudas públicas disponíveis, etc.

QUINTO: deverão, por si sós, ou com a ajuda da AJAP ou de um consultor especializado, determinar o percurso técnico mais rigoroso possível de cada atividade, desde a obtenção da semente/planta/animal, até à sua entrada em plena produção. A seguir, atribuirão o valor de mercado a cada operação e calcularão, ao longo dos anos de duração do projeto, as despesas e receitas previsíveis. É indispensável fazerem uma análise de sensibilidade aos resultados, fazendo variar, com alguma intensidade, quer as produtividades físicas consideradas, quer os custos dos fatores de produção, quer os preços de venda dos produtos a produzir. Só assim se pode verificar o nível de resistência dos respetivos resultados económicos finais.

SEXTO: deverão verificar se na região em que se pretendem instalar, existem, ou não, prestadores de serviços de qualidade adaptados às atividades previamente escolhidas. Igualmente, no que respeita a Associações, Cooperativas ou Agrupamentos de Produtores. Se exis-

tirem, poderá ser preferível o recurso a serviços externos em oposição à aquisição de algumas máquinas e equipamentos, normalmente muito caros. Devem contrariar, tanto quanto for possível, a tendência generalizada de se comprarem máquinas em excesso (todos gostam de ter sempre tudo o que precisam, sempre que precisam, sem depender de outros).

SÉTIMO: deverão verificar se necessitam ou não de mão de obra exterior e, caso necessitem, se ela estará disponível no mercado de trabalho local. Quanto ao custo do trabalho, quando fizerem as contas, nunca se esqueçam de incluir no ordenado de um eventual contratado, todos os custos adicionais, designadamente a contribuição patronal para a Segurança Social. O mesmo acontecerá com o vosso próprio ordenado se tiverem necessidade de o estabelecer, como será aliás aconselhável. A atividade em que se irão envolver deverá poder pagar todos os custos do trabalho, incluindo evidentemente o vosso, enquanto gerentes ou responsáveis. Não se esqueçam igualmente do custo do serviço da contabilidade obrigatória (para que tenham uma ideia: com um trabalhador contratado, com o ordenado mínimo e com o vosso ordenado fixado em 700 euros por mês, o custo total anual, incluindo a contabilidade deverá ascender a 23 000 Euros).

OITAVO: é muito importante que avaliem as alternativas de se estabelecerem, como empresários individuais, sujeitos a IRS, Sociedade Unipessoal, ou Sociedade por Quotas, sujeitas a IRC. Qualquer dessas soluções tem custos muito elevados, mas também benefícios alternativos que convém estudar com um especialista em contabilidade. Ele deverá propor-vos uma solução adaptada às circunstâncias particulares de cada um. Poderá até propor-vos uma solução diferente conforme o período de maturação da exploração agrícola que pensam desenvolver.

NONO: devem ter sempre em consideração que o desenvolvimento real de um projeto nunca corresponde ao que é previsto “no papel”. Há inúmeras contingências, geralmente desfavoráveis, quer porque a

evolução climática não deixou executar atempadamente as necessárias operações ou obrigou a fazer outras não previstas, quer porque apareceram doenças ou pragas, ou reparações de equipamentos, não considerados nos projetos. Devem por isso fazer sempre uma reserva para imprevistos.

DÉCIMO: uma vez informados sobre os pontos anteriores, chega a altura em que já decidiram sobre o que querem fazer e passam à elaboração do projeto, que deverá aliás ser a consequência de um plano estratégico de exploração. Para além de todos os orçamentos, normalmente rápidos e fáceis de obter, são também precisos licenciamentos e autorizações várias de organismos oficiais. Em geral, mesmo quando não são difíceis, são morosos. É essencial que evitem “martelar” os resultados económicos para apresentarem taxas de rentabilidade fictícias. Estarão a enganar-se a vós próprios se assim o fizerem. As contas devem ser feitas com o maior realismo que for possível e os resultados devem ser “blindados” para poderem resistir à maior parte das contingências. Evitem o vício do “já agora” porque não devem gastar dinheiro para além das necessidades só porque haverá subsídios públicos, mesmo que generosos. Tenham também em consideração que quase todos os valores orçamentados, podem perder a validade, uma vez que, desde que se apresenta um projeto até que o mesmo é aprovado e executado, decorre normalmente mais de um ano (às vezes, até mais do que dois!).

DÉCIMO PRIMEIRO: sobretudo no caso de uma sociedade, lembrem-se de estabelecer um ordenado pessoal, como gerente, ainda que modesto, mas que, além de mais, vos insere no sistema de Segurança Social. Tentem também ser modestos em alguns itens, que, ainda por cima, nem são elegíveis ao apoio público, tal como é o caso da viatura pessoal.

DÉCIMO SEGUNDO: por razões de prudência, não devem iniciar o projeto antes da sua aprovação e devem reconsiderá-lo se o mesmo não vier a ser aprovado para apoio público. No caso de ser aprovado,

devem iniciar imediatamente o processo de contactos com mais do que uma empresa fornecedora do mesmo serviço ou equipamento. Trata-se de uma operação que deve ser feita com muita ponderação pois não é anormal acontecer uma variação de preços do simples para o dobro, para qualidades equivalentes. Convém-vos sempre, como é óbvio, gastar o menos possível, até porque, pelo menos 40% dos custos, estarão a vosso cargo.

DÉCIMO TERCEIRO: na execução do projeto é fundamental que comecem sempre pelo elemento mais direta e rapidamente produtivo e nunca por aquele de que só mais tarde necessitarão. A colheita e a transformação, vem sempre depois da produção.

DÉCIMO QUARTO: é essencial que planeiem com rigor a sequência da execução/pagamento/reembolso, de modo a conseguirem minimizar ao máximo a utilização de capital próprio (que normalmente é alheio e bastante caro). Não se esqueçam que, para receberem os reembolsos dos apoios públicos, terão primeiro que pagar as respectivas faturas aos prestadores de serviços e fornecedores. Além disso, devem informar-se junto dos Serviços Regionais do Ministério da Agricultura sobre o tempo médio, que estará a decorrer nessa altura, entre uma submissão de despesas e os respetivos reembolsos parciais. Depois disso, contem prudentemente com mais dois meses.

A apresentação de despesas/reembolsos é uma operação muito delicada e burocrática para evitar possíveis fraudes. É por isso indispensável que todas as operações sejam bastante bem documentadas e que as regras sejam bem apreendidas e rigorosamente seguidas, com o indispensável apoio dos serviços de contabilidade. Não desesperem com o que vão certamente considerar um excesso de burocracia. Em parte, terão razão, mas não se esqueçam também que vão receber um montante muito substancial de dinheiro público a que poucos têm acesso.

Por último: uma vez instalados e iniciadas as atividades, insiste-se na prudência dos gastos e na necessidade de se relacionarem cordial-

mente com os prestadores de serviços, com os colegas de profissão e com as populações locais. É indispensável fazerem-se membros ativos das organizações de produtores apropriadas, analisarem toda a informação técnico/científica e económica, a que possam ter acesso, de modo a que estejam permanentemente atualizados e bem inseridos no meio profissional que escolheram. Além disso, é muito importante que se instale um sistema de contabilidade, de gestão pessoal, independentemente da contabilidade oficial obrigatória e que procurem ter sempre em dia as vossas contas com fornecedores e obrigações fiscais, cujo peso excessivo irão causar-vos bastante desgosto. Nunca se esqueçam de pensar como irão viver antes de a vossa exploração começar a gerar resultados positivos.

Dito isto, não se assustem, não se deixem intimidar, aprendam com os vossos erros, sigam os vossos sonhos e intuições, sejam sérios, rigorosos e trabalhadores. Se assim fizerem, o futuro se encarregará de vos compensar com a possibilidade única de viverem com dignidade, através de uma das mais nobres, úteis e gratificantes profissões: a de agricultor.

Os conselhos sábios do Ilustre e Saudoso ex-Ministro da Agricultura Armando Sevinate Pinto, sempre foram importantes para a AJAP, de recordar que foram inúmeras as reuniões que realizamos com o ex-Ministro em relação a estas matérias, obviamente que também o foram para muitos Jovens Agricultores, não só na qualidade de Ministro da Agricultura, como enquanto agrónomo e profissional do setor. O presente livro é para a AJAP um trabalho sério e responsável realizado em parceria com o ISA – Instituto Superior de Agronomia e os professores que se associaram, nomeadamente o Professor Pedro Reis, trabalho este que se iniciou e desenvolveu em parte com o cunho do Professor Gomes da Silva, e outros que lhe sucederam, dessa determinação estou certo nasceu um trabalho que muitos Jovens Agricultores e outros profissionais do setor vão poder consultar e tirar ensinamentos.

Importa quase em jeito de nota de rodapé, destacar uma antiga, mas também atual reivindicação da AJAP, para além de continuarmos a lutar por medidas de apoio o mais ajustadas possível às necessidades dos Jovens Agricultores, ao local e região onde cada um se instala, importa definir com urgência um Acompanhamento Técnico Personalizado a Jovens Agricultores financiado, destinado às explorações de Jovens Agricultores.

Todos os pontos ora referidos seriam mais facilmente aligeirados e devidamente acautelados junto do Jovem Agricultor, se o Ministério da Agricultura encontrasse um procedimento legal e funcional, para propor este serviço à(s) organização(ões) que entenda mais avaliada(s), para o realizar(em). Este serviço por nós entendido como opcional para os Jovens Agricultores que o considerem necessário, atendendo ao quadro da sua exploração, à sua experiência e formação no setor.

A AJAP tem ao longo da sua existência reforçado a sua estrutura técnica, na sede, e nas diferentes regiões, por forma a desenvolver esse trabalho técnico de apoio junto dos Jovens Agricultores, bem como junto dos agricultores em geral, com efetivos ganhos de qualidade e profissionalismo.

Na véspera de podermos ter um novo quadro de financiamento ao setor e aos territórios rurais, importa no que se refere à atividade agrícola e à análise quantitativa das políticas agrícolas e desenvolvimento rural, não perder de vista a interdisciplinaridade associada à agricultura que pode trazer desafios suplementares a este tipo de análises. As questões macroeconómicas, o comércio, a energia, o ambiente, saúde e nutrição são não só variáveis/ parâmetros a recolher como também impulsionadores do próprio processo de elaboração de políticas nesta área.

A versão final do PEPAC, em construção tem que assentar nestes pressupostos base e ser clara, não deve ser confusa, obscura e de

difícil acesso para os beneficiários, culminando como sempre tem acontecido, por privilegiar os mais organizados, mais conhecedores e mais influentes.

A União Europeia foca as suas prioridades na digitalização, no desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas, nos jovens e na máxima de não deixar ninguém para trás. Equilibrar mais o investimento e o desenvolvimento das diferentes regiões, é estimular mais as regiões mais débeis, fornecer-lhe mais ferramentas, mais acompanhamento e formação técnica, digital e empresarial.

Como alguém recentemente disse acerca destas discussões mais acasas, não podemos mudar o mundo, mas se ninguém fizer nada e enfiarmos a cabeça na areia, quando temos algumas responsabilidades a nossa passagem passa mesmo despercebida.

Jovens Agricultores: precisamos de uma política robusta e consistente

Arlindo Cunha¹

No Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal (PDR2014-2020), com prolongamento até 2022, em termos de apoios do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) estão programados 133,5 milhões de euros de prémios à instalação de 4.965 agricultores e apoios aos investimentos da ordem dos 130,1 milhões. Ou seja, cerca de 264 milhões de euros de apoios do FEADER, o que corresponde aproximadamente a 320 milhões de euros de despesa (ajuda) pública, incluindo a componente nacional a cargo do Orçamento do Estado. Tendo em conta que neste período o PDR tem previsto um total de 2.108 milhões de euros de despesa pública para o eixo da competitividade e organização da produção, tal implica que os apoios aos jovens agricultores representarão neste horizonte temporal cerca de 15% do esforço financeiro destinado à modernização da agricultura portuguesa na sua generalidade.

(1) Nasceu em São João da Boavista, Tábua, distrito de Coimbra, em 15 de novembro de 1950. É licenciado em Economia pela Universidade do Porto e doutorado em Economia e Política Agroalimentar pela Universidade de Reading (Reino Unido). Foi quadro superior e Diretor de Serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) de 1976 a 1986, Secretário de Estado no Ministério da Agricultura (1986-90), Ministro da Agricultura (1990-94), deputado ao Parlamento Europeu (1994-2003), Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2004), Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte (2003-2004), Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense-Porto Vivo, SRU (2004-2010) e desde 2010, Presidente da Comissão Vitivinícola Regional do Dão, onde é vitivinicultor. É Professor da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica-Porto

Se compararmos estes dados com os do programa que o antecedeu (PRODER 2008-2014), constatamos um considerável retrocesso, tendo em conta que este aprovou e contratou um total de 8.199 projetos de jovens agricultores, correspondentes a uma despesa pública de 624 milhões de euros, dos quais 430 milhões pagos até ao fim desse ano de 2014 .

De qualquer forma, descontando os recuos e avanços decorrentes das diferentes dinâmicas políticas, o apoio financeiro (realço esta última palavra, pois não temos passado disso) à instalação de Jovens Agricultores (JA) tem sido uma prioridade constante de todos os programas estruturais de desenvolvimento da nossa agricultura, em sintonia com a Política Agrícola Comum (PAC), que desde há muitas décadas erigiu o rejuvenescimento do tecido empresarial numa das primeiras prioridades da modernização da agricultura europeia. Como veremos mais adiante, este apoio não tem sido suficiente, sobretudo por falta de outras medidas complementares, para inverter a tendência de envelhecimento do setor agrícola e do mundo rural do nosso país, em níveis bem superiores aos registados na sociedade em geral.

Aos resultados insatisfatórios no efetivo rejuvenescimento do tecido empresarial do setor, não é estranha a gestão algo errática, imprevisível e inconstante das medidas e procedimentos, como são bem verificáveis por várias situações ocorridas, entre as quais realçamos:

- Gestão marcada pelas dimensões financeira e política, omitindo a orientação para a obtenção de resultados de eficiência;
- Alternância, consoante os ciclos políticos, de períodos de extremo facilitismo, como o que aconteceu nos primeiros anos do PRODER (2007-2010), em que não era exigida a execução do plano de investimento aprovado na exploração, com longos períodos sem avisos de candidatura e outros, como o presente, com acrescidas e incompreensíveis exigências e burocracias , que em nada contribuem para o rigor e a eficiência na aplicação dos dinheiros públicos;

- Insuficiência do *mix* de medidas postas à disposição dos JA, traduzidas em particulares dificuldades no recurso ao crédito, no acesso à terra ou no aconselhamento técnico e de gestão;
- Todo o processo de apresentação, análise, seleção, decisão de candidaturas e de procedimentos de verificação da execução dos projetos ser determinado pelas comodidades, valências e insuficiências de quem administra, em desfavor dos beneficiários e do sucesso na consolidação dos mesmos na agricultura, como é evidenciado em aspetos como os seguintes:
 - Os períodos de apresentação das candidaturas são inconstantes, não havendo uma previsibilidade de datas, nem de critérios de seleção, nem de transparência nas prorrogações que, ora ocorriam, ora não eram concedidas ao longo deste PDR 2020;
 - Apesar de ser bem mais difícil preparar uma candidatura do que analisá-la, a duração dos períodos de apresentação de candidaturas tem sido imensamente inferior ao tempo médio de análise das mesmas;
 - Só os beneficiários têm prazos determinados para responder à gestão do PDR 2020, não se verificando o contrário - o que constitui uma manifesta falta de respeito por aqueles;
 - Os critérios de seleção das candidaturas são enredados em fórmulas com ponderações que diluem os efeitos positivos para a obtenção de determinados resultados; e obrigando os beneficiários a uma engenharia de classificação, que os leva a incluir investimentos de que não necessitam e omitir outros que seriam mais essenciais para resolver os estrangulamentos das suas explorações;
 - A análise das candidaturas é determinada pela verificação dos aspetos formais e verificáveis através de justificação ou documentação burocrática, ignorando o contexto do projeto, assim como a análise, pressupostos de adequação técnica e de valia e capacidade empresarial dos proponentes;
 - As aprovações e verificações de realização são determinadas pelo

cumprimento de condicionantes administrativas e burocráticas com frequente ausência de verificação técnica.

É sabido que a agricultura portuguesa tem a população mais envelhecida da União Europeia (U.E.), com 51,9% dos agricultores com idade superior a 65 anos. Pior do que isso, o processo de envelhecimento acelerou-se neste milénio, com o número de jovens agricultores a baixar 74% entre 1999 e 2016, valor muito superior à queda global do número de agricultores, que foi de 40% neste mesmo período. Em consequência, a representatividade dos jovens agricultores no total dos agricultores passou de 9,4% naquele ano para 4,2% no de 2016 e 3,9% em 2020.

Quando confrontamos estes resultados com o acima quantificado volume de recursos gastos na medida específica de apoio aos jovens agricultores, só podemos extrair a conclusão de que tivemos taxas elevadíssimas de mortalidade dos projetos aprovados, por falta de continuidade nos 5 anos após o período de permanência obrigatória na exploração. Ou seja, a conclusão de que estamos perante um enorme fracasso desta política pública. Apesar disso, não dispomos de qualquer avaliação consistente *ex-post* da sua aplicação, que nos possa isolar com rigor técnico-científico as causas deste fracasso, para se poderem tomar medidas corretivas no futuro.

Sabemos bem que o contexto económico em que vivemos comporta uma visão do mundo e uma compreensão da economia global, a que dificilmente se adaptarão as gerações mais velhas, sobretudo aquelas que têm um nível mais fraco de instrução e qualificação profissional. Sendo assim, a instalação de um número elevado de jovens agricultores constitui uma estratégia fundamental para assegurar uma agricultura mais competitiva e sustentável (na multiplicidade das dimensões do conceito) no futuro. No entanto, conforme acima referido, a política de aplicação de uma tal estratégia, não se pode limitar à preocupação do número de primeiras instalações, mas ao conjunto das medidas que contribuam para minimizar as taxas de insucesso,

criando, assim, condições para a continuidade dos projetos e das dinâmicas de rejuvenescimento e modernização e assegurando ao mesmo tempo uma utilização mais eficiente da despesa pública.

No que respeita aos jovens já instalados e que ainda não completaram os 40 anos, importa, em particular: i) premiar os que tiverem sucesso na execução dos respectivos planos de instalação com apoios para novos investimentos de redimensionamento, consolidação e melhoria das suas explorações, em condições iguais ou próximas das da primeira instalação; ii) envolvê-los na organização ou reorganização da produção com vista à comercialização dos produtos agrícolas; e iii) incrementar a ligação destes jovens agricultores a entidades de investigação e desenvolvimento experimental, visto que uma grande parte deles orientarem as suas explorações para actividades inovadoras e desconhecemos muito sobre a sua adaptação tecnológica às nossas circunstâncias.

Relativamente às novas instalações, importa, especialmente, no próximo PDR desenhar um programa de apoio aos jovens agricultores financeiramente mais robusto, tornando elegível a compra de terras e aumentar e melhorar o esforço de informação, formação e acompanhamento, para que não se criem falsas expectativas. Para isso, porém, não bastará fazer uma boa avaliação técnico económica dos projetos dos candidatos, constatar a sua formação profissional, reduzir a burocracia, ou pagar os subsídios a tempo e horas. É fundamental garantir um programa de apoio e enquadramento que potencie as qualidades destes novos empresários agrícolas e que lhes crie condições do sucesso que procuram para construir o seu futuro e o da agricultura portuguesa.

Não há um formato único para um tal programa, que pode ter muitas variantes. O que importa é que contenha e dê respostas a cinco preocupações principais: i) não limitar o apoio ao apoio a fundo perdido, mas integrando uma componente robusta de crédito gratuito e garantido, atendendo às dificuldades de acesso a financiamento por fal-

ta de histórico bancário; ii) obrigar à disponibilização de um técnico profissionalmente acreditado, que seja responsável pelo acompanhamento de cada jovem agricultor durante os 5 anos após a instalação ou até ao ano cruzeiro de atividade previsto no projeto, que funcionará como tutor; iii) tornar obrigatória a elaboração de um relatório de execução em cada pedido de pagamento da ajuda confirmado e validado pelo respectivo tutor. Após a execução material e até ao fim do período de acompanhamento especial, elaborar no mínimo dois relatórios de execução/gestão por ano; iv) assegurar que cada tutor realize, pelo menos, igual número de visitas à exploração, com o objectivo de aconselhamento sobre as acções correctoras a introduzir no caso de haver desvios em relação aos objectivos previstos no projecto de investimento-instalação; v) assegurar que o jovem agricultor está integrado numa organização da produção ou dispõe de contrato ou contratos de fornecimento para a comercialização das principais produções objecto do investimento, ou que demonstra conhecer bem o mercado dessas actividades.

Como o Estado já não dispõe, no âmbito do Ministério da Agricultura, de técnicos em número suficiente para assegurar capazmente esta monitorização e acompanhamento no terreno, estes deverão ser recrutados a partir da rede de serviços de aconselhamento técnico e de gestão, que deverá ser principalmente sedeadada nas organizações agrícolas; e os custos com o serviço tutorial deverão ser considerados elegíveis no próprio projecto de instalação dentro de determinados limites de razoabilidade. A missão desta rede de técnicos deverá consistir em prestar apoio e aconselhamento aos agricultores, nos domínios técnico-agronómico, ambiental e climático, da gestão, da comercialização e mercados, etc..

Com uma rede de serviços desta natureza estaríamos a criar condições para que os agricultores, em geral, tivessem mais e melhor apoio técnico e, especialmente os jovens agricultores, tivessem um acompanhamento permanente, em vez de serem abandonados à sua sorte.

As taxas de sucesso seriam maiores e otimizar-se-ia o seu contributo para o desenvolvimento e modernização da nossa agricultura. Para isso, temos que ter uma conceção diferente para a futura medida do aconselhamento técnico, que deverá ser financiada pelo FEADER e Orçamento do Estado a um nível muito elevado, a fim de reduzir o esforço financeiro das organizações e dos agricultores.

Uma nota final para sublinhar a importância que a agricultura tem no futuro das sociedades. Como ficou bem demonstrado durante a crise do Covid, foi ela que demonstrou maior capacidade de resiliência, tendo sido capaz de manter o ritmo de atividade, abastecer regularmente os mercados, e contribuir para o crescimento económico e as exportações. É certo que pairam no ar muitos desafios e incertezas, especialmente os relacionados com as problemáticas ambientais e climáticas, decorrentes do chamado Pacto Ecológico Europeu e das suas implicações no setor, como sejam as estratégias da biodiversidade e do prado do prato. Mas também é certo que a humanidade precisa de alimentos saudáveis e a preços acessíveis. E que isso não pode ser conseguido sem ser através de uma agricultura moderna e competitiva, onde o investimento em inovação e tecnologia (que também inclui métodos eficientes de irrigação, de luta contra as pragas e doenças e de fertilização), tenham um lugar central nas políticas públicas de apoio ao setor.

Ou seja, a agricultura, incluindo a floresta, continua a ser um sector estratégico para o futuro da humanidade. Na verdade sempre o foi. Só que alguns tinham-se esquecido disso! Ora, esta ideia de que a agricultura é uma atividade com futuro é fundamental para atrair uma nova geração de empresários com capacidade para a colocar noutra patamar de competitividade. Precisamos para isso que a política pública dirigida ao setor, concentrada no Plano Estratégico da PAC (PEPAC) até 2027, assegure esse conjunto de medidas e instrumentos capazes de lhes garantir sucesso e futuro.

Renovação geracional: prioridade estratégica de desenvolvimento rural

Miguel Freitas¹

Contextualização

Num tempo de enorme incerteza, marcado pelas transformações que a pandemia parece suscitar, com a economia mundial em sobreaquecimento pós-crise, agitada por fortíssimos estímulos públicos, com a União Europeia assumindo um discurso ambicioso no sentido de uma economia inteligente, resiliente e sustentável e um esforço acrescido para a concretizar, com o Programa de Recuperação e Resiliência e um aumento sintomático das perspetivas financeiras de médio prazo, com um novo período de programação em construção, com maiores exigências normativas e práticas e uma panóplia de fontes de financiamento mais ampla, são enormes os desafios, a vários níveis, para as empresas e as instituições, para os territórios e os modelos de governação.

É certo que essa tendência conjuntural expansionista em pouco se reflete no volume de apoios à agricultura e ao desenvolvimento rural, estando em curso a preparação do próximo Programa de Desenvolvimento Rural, mais descentralizado, mais integrado, mais flexível e mais exigente em resultados, nomeadamente em questões ambientais e sociais, antecipando-se uma maior convergência interna nos

(1) Licenciado em Engenharia Agrícola e Mestre em “Gestão Agroalimentar”. Diretor Regional de Agricultura do Algarve (1996-1998), Diretor-Geral do Desenvolvimento Rural (1998-2000) e Vice-Presidente da CCDR Algarve (2000-2003). Coordenador de Agricultura e Mar da REPER de Portugal e Presidente do Comité Especial de Agricultura da União Europeia (2007-2009). Deputado à Assembleia da República nas X, XI e XII Legislaturas. Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural (2017-2019).

pagamentos diretos, o reforço das medidas verdes e do conhecimento e inovação e uma certa continuidade nas medidas de investimento, sendo interessante a perspectiva das abordagens territoriais integradas.

Sabemos que o investimento agrorural é fortemente condicionado pelas políticas públicas, e, muito particularmente pelas decisões tomadas na engenharia financeira dos programas. O setor está ávido de dinheiro para investir, como comprova a abertura de concursos no PDR 2020 a gerar uma procura que ultrapassou a relação de 3 para 1 as disponibilidades existentes. Ao assumir-se, para o próximo ciclo 2030, uma transferência permanente do segundo para o primeiro pilar faz-se uma escolha. Penaliza-se o investimento a favor da capitalização. Espera-se que esta decisão, muito discutível, tenha por base critérios de geração de valor de capital natural e social e de coesão territorial.

O rejuvenescimento agrícola aparece como um objetivo persistente de política pública, mas, acima de tudo, deve ser uma prioridade estratégica para um país rural envelhecido, não apenas no sentido de introduzir “sangue novo” ao setor e aos territórios, mas para lhe garantir mais abertura ao conhecimento e à inovação, aos novos paradigmas tecnológicos, ambientais e organizacionais. Está previsto no PEPAC reservar para a renovação geracional, no mínimo, 3% da dotação dos pagamentos diretos antes de qualquer transferência, taxas de apoio mais elevadas (até 80%), além do prémio à instalação, e a diferenciação positiva pela dedicação exclusiva e pela vulnerabilidade do território. A partir daqui, deve-se reconhecer que a mecânica das próprias medidas necessita de ajustamentos, de simplificação, de escolhas claras.

Ciclos de novas entradas de Jovens Agricultores

Uma análise da evolução de entradas de jovens no setor agrícola mos-

tra-nos vagas de aceleração-desaceleração, muito influenciadas pelos ciclos de fundos comunitários e de escolhas de política pública. Depois do boom da primeira vaga, entre 1986 e 1993, com uma média de 1300 novas instalações por ano, seguiu-se uma quebra prolongada de entradas até 2006, com uma média de 700 novos jovens por ano, que coincide com um modelo sucessivamente mais exigente, nomeadamente nos critérios de viabilidade económica das explorações e normas de condicionalidade ambiental, de higiene e bem-estar animal e com a diferenciação das taxas de cofinanciamento. Mas, também, marcada por restrições orçamentais. Nova vaga assiste-se com o ProDeR, em que os jovens agricultores ganham centralidade no discurso político, com um novo impulso, entram mais de 1000 Jovens Agricultores por ano na atividade (no total de 8314 instalações, tendo cerca de 80% beneficiado de apoios ao investimento na exploração), assistindo-se a uma desaceleração durante o PDR2020, cuja meta para o período é pouco mais de 4600 (foram apoiados até final de 2020, incluindo transitados, 4307 Jovens Agricultores). Isto decorre de questões de arquitetura, orçamento, funcionamento dos programas e, agora também, dos períodos de transição, a precisar de análise mais fina. Alguns aspetos transversais desta nova vaga podem ser destacados, desde logo, o facto da maior parte dos projetos se situarem abaixo dos €100.000 e o grosso do investimento em projetos entre 100.000 e 500.000 euros. A maioria opta por atividades de regadio, sendo, portanto, a água um elemento determinante para novas entradas no setor. Outro elemento curioso é a aposta dos Jovens Agricultores em culturas permanentes (mais de 50% de projetos em fruticultura, olival e vinha), isto é, em investimentos com ciclo de vida longo, um período de carência ainda significativo, menor exigência de mão-de-obra e de presença permanente. O sequeiro está associado em particular à produção de bovinos de carne, que ocupa uma área 1/3 da área da SAU candidata. Os números mostram também a enorme dificuldade de rejuvenescimento do setor leiteiro, com uma representação residual do total de investimento. Olhar para os números, para as sucessivas avaliações dos programas,

para os pequenos estudos que se vão fazendo, permite encontrar pistas, fazer recomendações, propor ajustes ao quadro de medidas, mas apenas mostra a superfície das razões que configuram sucessos e insucessos na instalação de Jovens Agricultores e dos impactos sobre os territórios. Depois de 35 anos de políticas de apoio aos Jovens Agricultores e de quase 30.000 novas instalações financiadas, era necessário um estudo de grande folego, para saber os que estão, onde e como estão, mas também as razões dos que saíram, para se desenharem instrumentos adequados, nos acessos, mas também na consolidação das explorações.

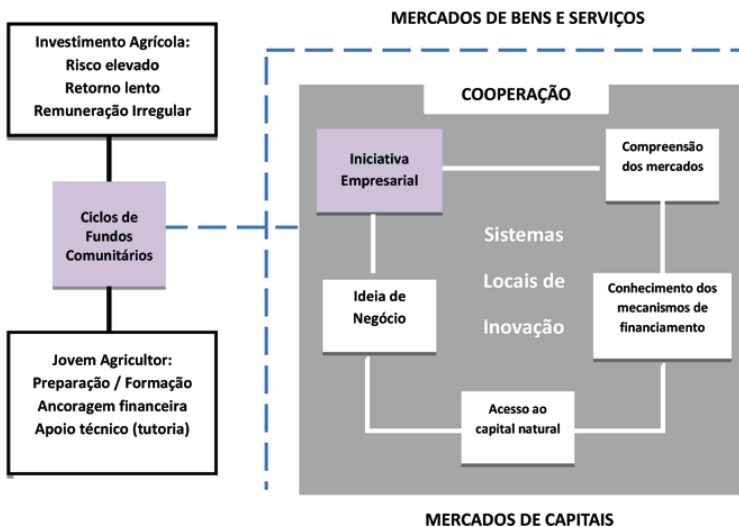


Figura 1. Elementos de contexto para compreensão da atividade de Jovens Agricultores

Acesso ao capital natural

O acesso à terra e à água é um fator fortemente condicionante para novas entradas no setor agrícola, em particular para os Jovens Agricultores, já que se tratam de recursos escassos, localizados, dispendiosos, com múltiplas restrições de uso e nem sempre adequados aos processos produtivos compatíveis com atividades com rentabilidade que constitua opção de vida.

Essa é a razão que justifica que a maior parte dos jovens que se candidatam fazem-no para dar continuidade à exploração familiar, sendo muito poucos os que começam a atividade em propriedade própria ou arrendamento e são estes que o fazem em atividades intensivas de capital e com dedicação exclusiva.

Esta é uma questão que necessita de respostas muito bem orientadas. A solução da criação da “Bolsa de Terras” e da priorização de acesso a jovens agricultores é um passo muito tímido. A questão essencial é perceber a necessidade de uma nova política de gestão dos regadios coletivos e de criação de novos territórios de água associados a sistemas agrosilvopastoris extensivos. No que diz respeito aos regadios coletivos, há necessidade de alterações normativas, nos domínios do ordenamento do território e da gestão dos solos, dando ferramentas às associações de regantes que vão muito para lá da gestão da infraestrutura e da distribuição de água e políticas fiscais que evitem o absentismo e libertem terras para o arrendamento ou compra. É necessário promover em todos os aproveitamentos hidroagrícolas a avaliação e o mapeamento dos serviços dos ecossistemas, que permita compatibilizar usos e dar informação sobre vocações do solo.

Os municípios têm um papel importantíssimo nestes processos, num tempo em que estão a fazer a revisão dos planos municipais de ordenamento do território, quer na transposição das regras dos planos especiais, quer na implementação de instrumentos para atração de jovens para as atividades rurais (bolsa de terras municipais, incenti-

vos fiscais, apoios à instalação...), em particular para sistemas extensivos ou métodos de produção agroecológicos.

Acesso ao financiamento

A questão do rejuvenescimento em meio rural, em particular associado à atividade agrícola, constitui um desígnio nacional, sendo um dos elementos mais importantes para uma reforma estrutural profunda na agricultura. É preciso perceber que, apesar de todos os esforços, a atividade não está cada vez mais jovem. Bem pelo contrário. A taxa de reposição é negativa. A situação de rejuvenescimento agrícola não melhorou. Este não é um fenómeno exclusivamente português, mas em Portugal ele tem especial gravidade, pois é dos países da União Europeia com mais baixa taxa de jovens na agricultura (4% dos agricultores portugueses, enquanto a média na UE é de 11%).

A forte dependência dos ciclos de fundos estruturais para novas entradas no setor aponta no sentido de se tomarem decisões de política pública para robustecer as medidas e afinar os processos e procedimentos no apoio aos Jovens Agricultores.

Nos ciclos mais recentes, entraram, em cada um deles, cerca de 11 700 candidaturas, tendo sido reprovadas entre 3500-5000 candidaturas. No caso do PDR2020, estão 2495 aprovadas sem dotação. Fica claro que há um problema orçamental na arquitetura dos programas, que deveria ser corrigido. Dever-se-ia tomar como objetivo aprovar todas as candidaturas que estivessem em condições de avançar, procedendo à reprogramação orçamental quando necessário. Isto significaria ter como objetivo apoiar 1000 novas instalações por ano e aumentar entre €150 a €200 milhões a dotação por período de programação. Seria interessante testar a introdução de um plafonamento ajustado em função daquilo que é normal nos investimentos de Jovens Agricultores (referencial de €500.000). O impacto que estas decisões orçamentais podem trazer para o rejuvenescimento agrícola é da maior

importância, devendo, naturalmente, passar por uma concertação social dentro do setor.

As medidas devem ser afinadas, sendo estrutural o facto de se tratar de apoios a fundo perdido. Qualquer tentativa de incluir outra modalidade de apoio nas medidas associadas ao apoio aos Jovens Agricultores terá um forte impacto negativo. A melhoria nos prémios e nas taxas de apoio podem melhorar a adesão, mas não será determinante, podendo reduzir a margem de manobra para aprovar mais candidaturas. Importante mesmo, parece ser a transparência burocrática, o conhecimento antecipado de todas as regras de jogo, em matéria de análise, contratação, pagamentos e auditorias e, particularmente, a previsibilidade e rapidez na aprovação e nos reembolsos. De resto, é importante trabalhar num sistema de garantia que permita aos jovens terem acesso ao crédito. É muito reduzida a relação entre apoios públicos e recurso a crédito. Além disso, uma das medidas com efeito catalisador seria a criação de um sistema fiscal amigável para os jovens que investem no interior.

Diversificação das atividades

É importante que se reconheça que a agricultura não é, por natureza, uma atividade jovem. Os jovens têm aspirações e necessidades de curto prazo pouco compatíveis com uma atividade que precisa de tempo, com retorno lento do investimento, de risco muito elevado associado ao negócio e ao contexto em que se move, gerando incertezas e enormes oscilações nos rendimentos. Por isso, existem justamente incentivos aos jovens agricultores. Mas também por isso a pluriatividade pode ser um contributo para a resiliência do projeto de vida.

Sabemos que há outras barreiras intangíveis que não favorecem o empreendedorismo jovem em territórios rurais, particularmente aqueles semiabandonados ou devolutos. Barreiras físicas, mas também

barreiras simbólicas e barreiras sociológicas. Distância aos centros, condições de vida, cultura urbana, aversão á dureza, distorções de imagem, histórias de insucesso e escala atual de valores continuam a exercer a sua força centrípeta nas muitas regiões periféricas do país. Por isso, são precisos outros incentivos, mas também uma tomada de consciência das dificuldades e da forma como as ultrapassar.

É preciso reconhecer que o problema da atração de jovens para o meio rural não é uma responsabilidade política exclusiva do Ministério da Agricultura, nem das políticas agrícolas, que não chegam a todo o lado. Ou há uma visão inovadora e integrada, ou continuaremos a ver o abandono das atividades e dos territórios rurais, sem sucessão nem substituição.

É preciso estudo, benchmarking com outras regiões e países onde as alterações acontecem. É preciso um pacote de medidas coerentes, entre financiamento às várias dimensões do projeto e o reconhecimento de especificidade no regime fiscal e nas prestações sociais. É preciso olhar para as novas tendências, as novas procuras, os novos mercados de produtos, mas também de serviços em meio rural.

Por isso mesmo, foi criada a figura de Jovem Empresário Rural, que preconiza uma maior articulação entre fundos agrícolas e de desenvolvimento regional no sentido da diversificação de atividades em meio rural, dentro e fora da exploração agrícola, atraindo investimento seletivo e negócios inovadores, e promovendo dinâmicas demográficas que sustentem a drenagem em muitos dos territórios com handicaps negativos. É muito importante que haja uma cooperação próxima entre a “Federação a Minha Terra” e as Organizações de Jovens Agricultores, nomeadamente a AJAP, para se concretizar um programa no âmbito do Eixo 4 do PEPAC e das Intervenções para a Coesão dos PO Regionais.

No mesmo sentido, é essencial reconhecer a necessidade de atração de jovens para a atividade florestal, com mecanismos de apoio à instalação e de manutenção de rendimentos que abrevie a questão do retorno

de capital no longo prazo. O Programa de Transformação da Paisagem, para intervir em territórios vulneráveis, através de Áreas de Integradas de Gestão da Paisagem, com um modelo institucional orientado para a territorialização e integração das ajudas agrícolas e florestais e o pagamento dos serviços de ecossistemas por duas décadas, numa abordagem multifundos, pode ser muito interessante, pois abre perspectivas de rentabilidade territorial, de mutualização de riscos e benefícios e de uma economia colaborativa local. Mas é necessário, de facto, um entendimento intersectorial no Governo e nos territórios.

Sabedoria, conhecimento e formação

Antes de tudo, é preciso saber. Sabedoria, no extenso sentido da palavra. Saber se é mesmo isto que se quer, ou só se vem porque são poucas as alternativas e alguns os incentivos. Saber que este é um empreendimento em que o gosto de fazer é o maior dos benefícios que daqui se tira. Saber que se trabalha com capital natural, e que os recursos do território geram fluxos mas, também, stock intergeracional. Saber que esta é uma atividade muito intensiva em conhecimento e tecnologia, em organização, planeamento, gestão e marketing. Saber que sem sentido colaborativo, formal e informal, é muito difícil ultrapassar barreiras e vencer desafios.

Saber, portanto, no sentido da mundividência, da capacidade de olhar para perto e ver longe, respeitando o local, mas percebendo o global. Saber que depois de entrar na atividade, para ficar, nunca mais se pode parar. Um jovem empresário rural açoreano, da fajã da Caldeira de Santo Cristo, na Ilha de S. Jorge, David Moreira de seu nome, dizia algo notável numa entrevista que deu à Revista Jovens Agricultores da AJAP: citando, “o meio rural obriga-nos a fortalecer a inteligência emocional, para sabermos fazer melhor a gestão das nossas emoções, em locais com menos informação e sujeitos a isolamento”.

É, pois, à sabedoria, como a deste jovem, que se deve apelar. E a sabe-

doria está normalmente associada à experiência e ao conhecimento. Vale a pena para os que chegam começar por conhecer a experiência instalada. Criar inter-relações, ouvir. Não há espaço para solitários. Para os que estão, é preciso não esquecerem pelo que passaram, olhando sempre para a frente, à procura de que portas abrir. Mas também não devem fechar as portas atrás das costas. Outros virão e precisam dos que já cá estão.

Saber é conhecimento e formação. Uma boa formação de base é essencial para se atirarem a este empreendimento de ser Jovem Agricultor ou Empresário Rural. Este é o momento de se dizer que a entrada de jovens tem sido um fator essencial de mudança e qualificação da agricultura portuguesa. Num setor em que apenas 1/10 dos agricultores concluíram o ensino secundário, mais de metade dos Jovens Agricultores têm esse nível de formação base ou superior.

No ProDeR e no PDR2020 uma parte importante dos jovens tem formação fora do setor. É um número interessantíssimo, pelo que traz de diversidade, mas também pelo que questiona e estimula as nossas escolas e universidades com formação agrícola. Estamos perante o fim da exclusividade das profissões na agricultura e abre para um espaço novo de conhecimento, de formações e de prestações de serviços em meio rural. Associe-se a isto, a transição digital e energética, e poder-se-ão abrir oportunidades de transformação profundas, que perpassam todos os sistemas agrários e todas as atividades em meio rural.

É evidente que ser Jovem Agricultor obriga a formação específica e, para os que não a têm, tal deve ser providenciado com exigência e rigor, pois disso dependerá muito o sucesso da atividade a desenvolver.

Aconselhamento técnico e regime de tutoria

É neste universo com enorme diversidade de formações e de níveis de conhecimento dos Jovens Agricultores que se colocam algumas

questões ainda sem respostas adequadas. Desde logo, o acompanhamento dos projetos nos primeiros anos de instalação. Não porque este seja um setor onde os negócios tenham níveis de mortalidade superior a qualquer outro. Mas porque a tesouraria não deixa tempo para fluir todo o potencial dos produtos, as economias financeiras estão sempre do lado dos clientes, o capital imobilizado e os custos fixos são geralmente elevados e os fatores de sucesso são muito mais aleatórios e menos controláveis do que noutras atividades. E em que os erros se pagam caro. Por isso o rigor da gestão é absolutamente crucial.

Há muito que se propõe um “Regime Tutorial” obrigatório nos programas de incentivo ao investimento, à imagem do “Regime de Mentoria” criado nos programas de Empreendedorismo no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento Regional. Esse sistema de Tutores, permitiria ter acompanhamento técnico-económico responsável, pelo menos durante os primeiros 3 anos de atividade. As medidas de Aconselhamento Técnico e os incentivos à organização têm estímulos interessantes. Mas não constituem ainda modelos com a solidez de relações desejável. E que não chegam a todo o lado da mesma maneira.

A AJAP tinha apresentado uma proposta que ia no bom sentido: a necessidade de associar logo no formulário do projeto de instalação o compromisso da elegibilidade e financiamento para o acompanhamento na instalação e pós-instalação dos Jovens Agricultores. Será que este o passo se pode dar agora com um regime de tutoria e assistência técnica reforçada?

É preciso termos consciência que há um tempo novo em construção. Depois de 30 anos de uma quási-tutoria do setor por parte do Ministério da Agricultura, a redução de efetivos para cerca de metade, provocou uma degradação dos serviços públicos de experimentação e extensão rural, remetendo-os para funções mais burocráticas. Este processo é irreversível. As organizações da produção agrícola, a

vários níveis, procuram soluções. Mas estão, também elas, vencidas pela burocracia e pela descontinuidade das políticas de apoio, que não permitem manter aparelhos técnicos muito especializados. Veja-se o que se passou relativamente à proteção integrada, quando se alteraram as orientações e os apoios. A experiência e o conhecimento que se perdeu. É preciso recuperar a capacidade de intervenção, inovar na assistência técnica e nos sistemas de acompanhamento.

Sistemas locais de inovação

Devemos, pois, admitir que há um défice de assistência técnica, mas também de trabalho de investigação, obtenção de inovação e transferência de tecnologia nos nossos campos. Ensaiam-se, agora, os Grupos Operacionais e os Centros de Competências, depois de um processo pouco conseguido de criação de Centros Tecnológicos e da degradação sucessiva dos Laboratórios e Estações Experimentais do Estado. Há, aqui, uma oportunidade de construção de uma nova institucionalidade, com uma rede bem dimensionada e localizada, articulada a partir da “Terra Futura – Agenda de Inovação para a Agricultura 2030”, com financiamento multifundos (FEADER, PRR, FEDER).

Esta rede deverá ser conformada com uma abordagem sistémica descentralizada e incentivar a articulação multisetorial, multiescalar e multinível, entre atores públicos e privados, concretizada através de plataformas de governação integradas, capaz de responder com eficácia e eficiência aos desafios tecnológicos cada vez mais exigentes da agricultura e da floresta. Mas deverá permitir, simultaneamente, a agregação de dados e promoção de pensamento sobre os sistemas agrários e dos ecossistemas naturais dos quais depende, coordenando e gerando informação em modo aberto e produzindo ferramentas que correspondam a necessidades de gestão na hora por parte dos gestores-utilizadores, mas, também, ferramentas educativas e forma-

tivas para promoção de alterações comportamentais de decisores e cidadãos.

Para tal, esta rede de pólos e centros de inteligência deve estar baseada e articular uma rede de Living Labs a instalar nos diversos territórios, e fomentar ou mesmo coordenar a sua implementação, numa lógica multifundos, assim como coordenar a estratégia de experimentação e disseminação do conhecimento baseada nesses Living Labs. É preciso recriar os modelos de Investigação-Inovação-Extensão. Assim se podem consolidar sistemas locais de inovação, com proximidade aos utilizadores.

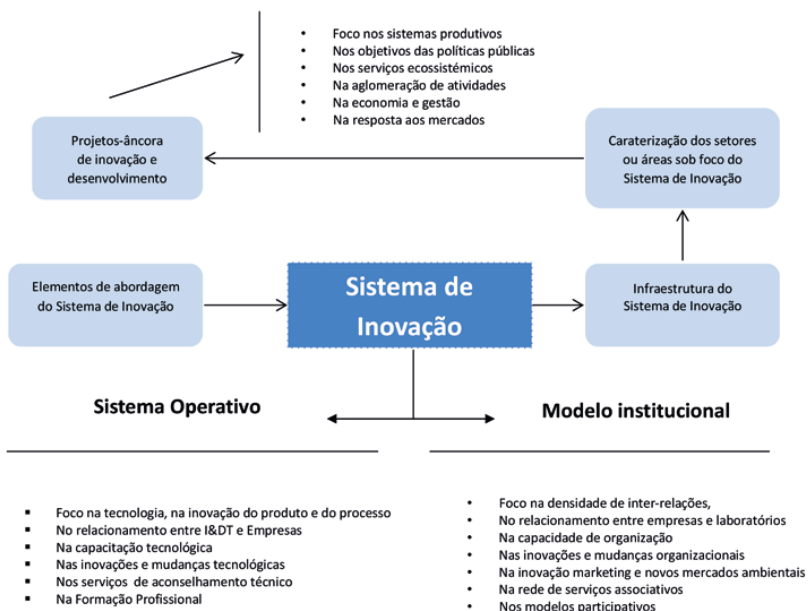


Figura 2. Modelo de um Sistema Local de Inovação

De resto, é essencial uma boa articulação com os Laboratórios Colaborativos, ancorados em modelos participativos público-privados, com a participação muitos deles do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, abordando temáticas do maior interesse para a agricultura e os territórios rurais (Food4Sustainability, Smart Farm, CECOLAB – Economia circular, ForestWISE – Floresta e fogo). É preciso que os jovens agricultores tenham acesso aos resultados e possam beneficiar do conhecimento aí gerado.

A inovação, a economia digital e os modelos colaborativos trazem novos instrumentos, tecnológicos organizacionais, que permitem uma agricultura mais inteligente e sustentável, aplicada a todos os sistemas agrários, independentemente da sua intensificação, abrindo perspetivas para a adoção de padrões de melhor qualidade de vida em meio rural e, portanto, mais atrativos para os jovens.

O rejuvenescimento do setor agrícola português - mito ou realidade possível?

Maria de Belém Costa Freitas¹

O desenvolvimento de qualquer setor económico exige conhecimento e inovação. A agricultura não é exceção: o desenvolvimento da agricultura está intimamente ligado ao conhecimento e inovação incorporados neste setor.

E porquê começar por aqui quando queremos falar de jovens agricultores?

Em Portugal, cerca de 95% das explorações agrícolas são geridas por produtores singulares. É certo que o número de sociedades tem vindo a subir - em 1999, a sociedade era a forma jurídica de apenas 1,32% das explorações, tendo esta percentagem subido para 5% em 2019; em termos absolutos, e dada a diminuição do número de explorações, isto representa mesmo mais do dobro das sociedades em 2019 relativamente a 1999; no entanto, não podemos fugir à enorme importância relativa do número de produtores singulares (www.ine.pt).

Para estes produtores singulares, o ciclo de vida da sua exploração aproxima-se muito do ciclo de vida do próprio produtor. Significa isto que no estágio inicial, de entrada ou estabelecimento da empresa, os objetivos são, de uma forma geral, a maximização do rendimento e oportunidades de crescimento e expansão e nesta fase o produtor tem geralmente um baixo grau de aversão ao risco – arrisca e inova. A fase seguinte é de expansão e consolidação. Tendencialmente, o empresário expande os seus recursos, melhora as tecnologias, enfim,

(1) Engenheira Zootécnica, Mestre em Economia Agrícola, Doutorada em Gestão de Empresas e com o grau de Agregado em Gestão da Inovação e do Território. Docente da Universidade do Algarve desde 2001, trabalha fundamentalmente na área de política agrícola e planeamento e gestão agroflorestal.

consolida a empresa. Nesta fase, e de novo de uma forma geral, o produtor porá menos ênfase na maximização do rendimento e tenderá a ter maior aversão ao risco que no estágio anterior. Finalmente, o terceiro estágio é a saída, ou desinvestimento. Nesta fase a maximização do rendimento torna-se uma prioridade de pouca importância, quando comparada com a segurança e aversão ao risco (Boehlje & Eidman, 1984).

Nesta última fase, deveriam desenvolver-se dois processos importantes: o processo de reforma e a transferência de propriedade entre gerações, com a redução das responsabilidades de gestão do produtor mais velho. Porquê? Porque a segurança e um alto grau de aversão ao risco são incompatíveis com incorporação de conhecimento e inovação!

Em 2014, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2014) estimava que em muitos países o setor agrícola possuía um potencial de desenvolvimento significativo que podia gerar oportunidades de emprego interessantes e bem remuneradas para os jovens. E que os próprios jovens têm uma capacidade de inovação que é desperdiçada quando não participam ativamente nas atividades económicas, pelo que facilitar o seu acesso a oportunidades no setor agrícola ajudaria a impulsionar a inovação e o crescimento económico do setor. A FAO (2014) constatava ainda que muitos jovens não percebiam a agricultura como uma alternativa viável ou atrativa. O trabalho agrícola, entendido como de baixa produtividade, não seria atraente para os jovens, que procuravam empregos mais bem remunerados, noutros setores de atividade.

Este problema tem sido identificado recorrentemente ao longo dos anos, também pela União Europeia (UE) e, particularmente, por Portugal.

O Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo para 2000-2006 (PNDES) tinha como um dos seus grandes objetivos “Uma população agrícola e rural mais jovem, qualificada, organizada, presente e actuante em todo o território, com acesso às condições de vida, co-

nhcimentos e serviços essenciais ao seu desenvolvimento e realização” (Barros, 1998).

O programa de Desenvolvimento Rural vertido no Plano Estratégico Nacional para 2007-2013 (<http://www.proder.pt/Handlers/PENffa6.pdf?id=13&menuid=428>) chamava também a atenção para este problema, especificando, logo na “Análise da Situação Económica, Ambiental e Social”, no capítulo dedicado ao “Perfil empresarial” que:

“As características e competências dos recursos humanos afectos ao sector reflectem, necessariamente, as suas fragilidades a vários níveis. Pode-se afirmar que predomina uma fraca capacidade de gestão e organização para o mercado, quase ausência de cooperação empresarial, aversão ou ausência de cultura de risco, tudo isto baseado numa população rural das mais envelhecidas da Europa e com um dos mais baixos níveis de literacia.

A estrutura etária dos empresários agrícolas encontra-se extremamente envelhecida, constatando-se que 45% dos agricultores tem mais de 65 anos. Verifica-se um valor de 16 para 1 na relação (>65 anos/<35 anos) e de 24 para 1 na relação (>55 anos/<35 anos), substancialmente superiores à média da EU.

A capacidade de inovação ao nível de produtos, processos ou tecnologias tem sido, de algum modo, limitada e claramente insuficiente para responder a áreas de mercado em desenvolvimento.”

Na apresentação da Estratégia Global de Desenvolvimento Rural, o documento especificava ainda:

“De realçar igualmente o contributo esperado com a melhoria das condições de atractibilidade das zonas rurais para projectos empreendedores, sobretudo de iniciativa de jovens agricultores, em conjunto com um modelo de gestão das medidas mais interveniente, participativo e responsabilizado, para que o rejuvenescimento do sector e a fixação de população nas zonas rurais, com inversão do seu grau de envelhecimento, possam ser alcançados.”

No Relatório Final da Avaliação Ex-post do Programa de Desenvol-

vimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR), Domingos et al. (2016) constatavam que “Ao nível de dimensões mais imateriais que influenciam o desempenho económico das actividades do complexo agroflorestal, nomeadamente o Capital Humano e do potencial de Inovação e de Transferência de Conhecimentos, os principais pontos fracos identificados na fase de concepção do ProDeR mantiveram-se válidos, ainda que se tenham registado alguns progressos com uma ligeira melhoria na taxa de analfabetismo dos agricultores, aumento da percentagem de agricultores com formação secundária ou superior, existência de um tipo de agricultura mais profissional, que aposta na modernização e na introdução de melhorias tecnológicas e com maior apetência para a inovação e incorporação de conhecimento”.

O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 afirmava logo no diagnóstico (pág. 10) que a falta de dimensão económica continuava a constituir um dos problemas económicos principais das explorações agrícolas do continente, a que acrescia um tecido produtivo envelhecido e com pouca formação

E ao fim de todos estes anos, e de todos estes programas, como evoluiu a estrutura etária dos nossos produtores singulares? Será que as preocupações vertidas nos diversos programas se traduziram num efetivo rejuvenescimento dos produtores singulares na agricultura portuguesa? O quadro seguinte (Quadro 1) mostra a evolução da estrutura etária dos produtores singulares em Portugal nos últimos três Recenseamentos Gerais da Agricultura (RGA) – em 1999, 2009 e 2019.

	1999		2009		2019	
15-24	1543	0,4%	534	0,2%	811	0,3%
25-34	15480	3,8%	6311	2,1%	6962	2,5%
35-44	46768	11,4%	22961	7,7%	20447	7,5%
45-54	79817	19,5%	51711	17,4%	38301	14,0%
55-64	111102	27,1%	73947	24,9%	63661	23,2%
65 e mais anos	154598	37,8%	141917	47,7%	144066	52,5%
TOTAL	409308	100%	297381	100%	274248	100%

Fonte: INE, RGA 1999, 2009, 2019

Quadro 1 – Evolução da estrutura etária dos produtores singulares em Portugal (n.º)

Como podemos facilmente observar, a única classe etária que registou uma variação significativa (um aumento percentual) ao longo destes 20 anos foi a de mais de 65 anos de idade. Se em 1999, quando 37,8% dos produtores agrícolas singulares tinha mais de 65 anos, um dos grandes objetivos do então PNDES era rejuvenescer a população agrícola, se em 2006 se acreditava que um dos grandes problemas da agricultura portuguesa era ter uma população agrícola extremamente envelhecida, com mais de 45% dos produtores agrícolas com mais de 65 anos, se em 2014 constatávamos que a proporção de produtores com menos de 35 anos - 2,3% - era a mais baixa de todos os Estados membros da União Europeia e, em contrapartida, a percentagem de produtores com mais de 65 anos era a mais alta da União Europeia (48% do total), o que dizer quando chegamos a 2019 e 52,5% dos produtores agrícolas singulares tem mais de 65 anos?

No que diz respeito à formação destes produtores o problema é igualmente grave. No quadro 2 podemos observar a proporção de produtores agrícolas singulares por nível de escolaridade em 1999, 2009 e 2019. Como podemos pedir conhecimento e inovação quando, ainda em 2019, 11% dos nossos produtores agrícolas singulares, envelhecidos, não têm qualquer escolaridade e 70% têm apenas o ensino básico (e, destes, 66% têm apenas o 1º ciclo do ensino básico)?

	1999	2009	2019
Nenhum	34,4	22,1	11,0
Básico			
1º ciclo (4º ano)	50,9	52,4	46,0
2º ciclo (6º ano)	6,6	9,8	12,0
3º ciclo (9º ano)	3,4	7,1	12,0
Secundário/Pós-secundário			
Agricultor/Florestal	0,2	0,3	0,0
Não agricultor/Não florestal	2,0	3,9	10,0
Superior			
Agricultor/Florestal	0,5	0,7	1,0
Não agricultor/Não florestal	2,0	3,7	8,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, RGA 1999, 2009, 2019 (<https://www.ine.pt>)

Quadro 2 – Proporção de produtores agrícolas singulares por nível de escolaridade: 1999, 2009 e 2019 (%)

Uma observação mais fina dos números permite-nos ver algum enviesamento, com regiões onde o fenómeno é mais preocupante e outras em que é menos. De facto, o número de ha gerido por sociedades cresceu bastante ao longo destes anos – se em 1999 apenas 17,3% da SAU era gerida por sociedades, em 2019 esta percentagem era já de 36,8%. Não obstante, ainda neste ano (2019), 58,6% da SAU continuava a ser gerida por produtores singulares. E, embora nas regiões agrárias onde a dimensão da propriedade é maior (Ribatejo e Oeste e Alentejo) praticamente 50% da SAU seja já gerida por sociedades, continua a haver regiões, como Trás-os-Montes, Beira Litoral, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores, onde mais de 75% da SAU (no caso das regiões autónomas, muito mais) continua a ser gerida por produtores singulares, com os problemas apontados antes.

De acordo com a VVOB – *Education for development* (<https://www.vvob.org/en/news/preparing-youth-sustainable-agricultural-and-rural-transformation>, acesso em 27/10/2021), ao mesmo tempo que as comunidades rurais envelhecem rapidamente, muitos jovens lutam contra o desemprego, sendo justo perguntar qual o papel da educação na preparação dos jovens para o trabalho no setor agrícola. Em geral, a educação - especialmente o ensino médio - não tem muito sucesso em motivar os jovens para carreiras relacionadas com a agricultura. E se, em países onde a conclusão do ensino médio não é quase universal, a parcela de jovens com pelo menos este nível de educação é muito menor na agricultura do que na indústria, sendo a comparação com o setor de serviços ainda mais penalizadora para o setor agrícola (<https://www.vvob.org/en/news/preparing-youth-sustainable-agricultural-and-rural-transformation>, acesso em 27/10/2021), também em Portugal se pode dizer que a agricultura não acompanhou a evolução das qualificações da população.

De facto, e em contraponto ao exposto no quadro 2, em 1999 registávamos 82,9% da população com 15 ou mais anos que tinha, no

máximo, o ensino básico, mas esta percentagem caiu para 57,8% em 2019. E, ao contrário, em 1999 tínhamos apenas 17,1% da população com mais de 15 anos com o ensino secundário/pós-secundário ou superior, mas esta percentagem já era de 25,5% em 2009 e atingia os 42,3% em 2019 (Quadro 3).

	1999	2009	2019
Nenhum	19	11	6,3
Básico			
1º ciclo (4º ano)	33,5	29,5	21,5
2º ciclo (6º ano)	16,4	14,5	10,0
3º ciclo (9º ano)	14,0	19,4	20,0
Secundário/Pós-secundário	10,7	14,5	22,7
Superior	6,4	11,1	19,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego

Fonte: PORDATA (<https://www.pordata.pt>)

Quadro 3 – População residente com 15 e mais anos: proporção por nível de escolaridade completo mais elevado: 1999, 2009 e 2019 (%)

Para que os jovens possam entrar com sucesso no setor agrícola são também cruciais a informação e o conhecimento. Lima (2019) afirma mesmo que um dos maiores desafios do setor agroflorestal em Portugal é a falta de recursos humanos qualificados e a baixa capacidade de atração dos jovens para áreas de estudo fundamentais para o desenvolvimento deste setor.

A VVOB – *Education for development* (em <https://www.vvob.org/en/news/preparing-youth-sustainable-agricultural-and-rural-transformation>, acesso em 27/10/2021) nota que é necessário incluir a agricultura nos currícula da escola primária e secundária, ou modernizar os currícula existentes, o que ajudará a reduzir o estigma associado à agricultura, muitas vezes vista como uma atividade não rentável e pouco amiga do ambiente, mostrando as possibilidades dum setor agrícola moderno, rentável e que contribui para a sustentabilidade do planeta.

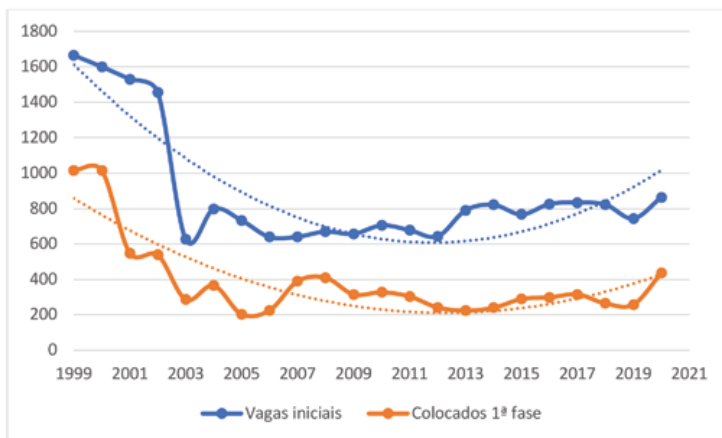
Minguez & Connor (2015) constataam que as empresas agrícolas precisam de todos os tipos de trabalhadores, desde mão de obra não qualificada até investigadores altamente qualificados e experientes e relevam a importância do ensino superior; no entanto, afirmam a importância dos currículos dos primeiros anos de escolaridade e a necessidade de incluir exemplos sobre a agricultura noutros currículos (geografia, história, matemática, física e química ou ciências ambientais).

Com base nas respostas a entrevistas com estudantes de ciências agrárias, em sentido lato, Meulendijks (2015) afirma que a imagem da agricultura nos países desenvolvidos é um dos obstáculos no que à atratividade de estudantes diz respeito e que aumentar a conscientização do papel que a agricultura desempenha nas nossas vidas – nomeadamente na gestão dos recursos naturais e na salvaguarda da paisagem, dando um contributo essencial para a vitalidade do mundo rural e na resposta às preocupações e exigências dos consumidores em matéria de qualidade e segurança dos alimentos, proteção do ambiente e defesa do bem-estar dos animais – pode melhorar substancialmente a imagem do setor e, em consequência aumentar o número de estudantes .

A discrepância entre a necessidade de jovens no setor agrícola e o interesse por este setor desta camada da população, nomeadamente dos candidatos ao ensino superior, é bem patente nas estatísticas que a Direção Geral do Ensino Superior disponibiliza quanto às candidaturas no Concurso Geral de Acesso.

Não falta, em Portugal, ensino superior agrícola. Há no nosso país 5 Universidades (Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade do Algarve e Universidade dos Açores) e 8 Institutos Politécnicos (Instituto Politécnico de Beja, Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Coimbra, Instituto Politécnico de Portalegre, Instituto Politécnico de Santarém, Institu-

to Politécnico de Viana do Castelo e Instituto Politécnico de Viseu) que oferecem cursos nesta área. Ao longo dos últimos 21 anos, entre 1999 e 2020, podemos observar uma clara regressão quer no número de vagas oferecidas, quer no número de alunos colocados na 1ª fase do concurso geral de acesso (Gráfico 1).



Fonte: Direção Geral do Ensino Superior (<https://www.dges.gov.pt>)

Gráfico 1 – Vagas iniciais e nº de colocados na 1ª fase do concurso geral de acesso ao ensino superior nos cursos da área da Agronomia (agricultura, pecuária e floresta)

Embora a partir de 2012 a curva de tendência mostre alguma recuperação, estamos ainda longe do número de vagas e do número de colocados em 1999. Como podemos esperar conhecimento e inovação? No início de um novo ciclo de programação, parece-me que seria de todo o interesse que a aposta no rejuvenescimento do setor passasse também pelo apoio a projetos para o ensino básico e secundário, que pudessem aumentar a literacia dos estudantes sobre o setor agrícola. Há, claramente, casos de sucesso que podiam ser replicados e outros que poderiam ser desenvolvidos.

Por exemplo, Bacalhau (2019) refere que a principal conclusão retirada das escolas onde tem lecionado e desenvolvido o projeto “Agricul-

tura na escola” e a sua ligação curricular, bem como a forma como os alunos podem consolidar os conhecimentos que adquirem, é que não só é possível motivar os alunos para a realização das tarefas inerentes a uma horta, como é possível interessar outros, que inicialmente não estavam a participar no projeto. Este docente afirma mesmo que seria muito positivo para toda a comunidade educativa (em particular, para os alunos) se fosse possível a Agricultura ser uma área a explorar no currículo do ensino básico.

Lima (2019) refere um conjunto de atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Investigação Agrícola e Veterinária (INIAV) com o objetivo de quebrar o preconceito que associa as áreas agronómicas a áreas conservadoras e menos baseadas em tecnologia, possibilitando aos jovens, muitas vezes atraídos para áreas de estudo e profissões de forte cariz tecnológico, tomar contacto com tecnologia de ponta aplicada à agricultura.

A Confederação dos Agricultores de Portugal promove, em parceria com a revista Fórum Estudante, um programa visando a sensibilização e a capacitação dos jovens portugueses para a importância estratégica da agricultura, do mundo rural e do desenvolvimento sustentável em Portugal.

Todas estas iniciativas (e outras que existem) vão no sentido certo - mostrar as possibilidades dum setor agrícola moderno, rentável e que contribui para a sustentabilidade do planeta - e embora ainda não tenham sido suficientes para rejuvenescer o tecido empresarial agrícola, talvez tenham já contribuído para a recuperação sentida nas entradas a partir de 2012.

Há, no entanto, uma última questão que me parece relevante: apesar de os números terem vindo a diminuir, ainda se formam muitos jovens na área agrícola ou áreas relacionadas. Onde estão esses jovens? Porque não têm contribuído decisivamente para o rejuvenescimento do setor agrícola?

No relatório *Youth and agriculture: Key challenges and concrete solu-*

tions (FAO, 2014), a par do acesso ao conhecimento, informação e educação, identificam-se o acesso à terra, o acesso a serviços financeiros e o acesso aos mercados como determinantes para envolver novamente os jovens na agricultura.

A disponibilidade e/ou o preço da terra inviabilizam muitas vezes o início da atividade para um jovem agricultor. Algumas soluções têm sido tentadas, (por exemplo, os bancos de terras), mas estas soluções, manifestamente, não têm sido suficientes. Qualquer discussão sobre o rejuvenescimento da agricultura tem que passar, necessariamente, por esta questão. Que iniciativas se podem delinear que permitam ultrapassar este constrangimento?

Também o acesso ao crédito é muitas vezes limitativo. O acesso de jovens a serviços financeiros está associado a vários desafios (FAO, 2014): restrições no ambiente legal e regulatório; falta de produtos financeiros especificamente adaptados; capacidade financeira limitada; relutância das instituições de crédito em trabalhar com clientes com pouca capacidade financeira e poucas garantias. Ainda de acordo com a FAO (2014) a prestação de serviços financeiros permite que os jovens melhorem a sua disponibilidade financeira e acumulem bens a longo prazo. Serviços financeiros adequados e inclusivos podem dotar os jovens dos recursos e apoio necessário para se tornarem membros produtivos e economicamente ativos. É por isso também necessário que uma aposta clara no rejuvenescimento do setor agrícola tenha em atenção os serviços financeiros disponíveis e os adequados a este segmento da população.

A FAO (2014) constata ainda que, dado que os jovens são o futuro do setor agrícola, a sua capacidade de aceder aos mercados é vital para aumentar a produtividade e rentabilidade das explorações. O acesso aos mercados significa a capacidade de adquirir fatores de produção e serviços e a possibilidade de vender a sua produção, mas os jovens são novos no mercado e por isso têm redes e contactos limitados, o que restringe a sua capacidade de aceder a informação.

Adicionalmente, muitos jovens têm falta de experiência e conhecimento acerca do funcionamento dos mercados e tendem por isso a vender os seus produtos a intermediários mais bem posicionados na cadeia de valor, perdendo uma parte importante da sua margem. Uma maior e melhor organização por parte dos jovens pode levar a maiores economias de escala, redução do risco, redução dos custos de transação e acesso a recursos que, em pequena escala, não estão disponíveis (FAO, 2014). O rejuvenescimento do setor agrícola passará também por financiar estruturas facilitadoras do acesso aos mercados, promovendo a organização dos jovens para este fim.

Tal como noutros setores de atividade, o desenvolvimento mede-se pelo conhecimento existentes nas várias camadas da população e o progresso – social, cultural e económico – é uma consequência da aplicação desse conhecimento e da capacidade de inovarmos na forma como enfrentamos os constantemente novos desafios e problemas que se põem ao setor. É imprescindível aumentar a relevância do conhecimento e inovação em agricultura (Moreddu, 2015). Quando o ambiente em que se desenvolve a atividade apoia efetivamente os jovens, estes são capazes de encontrar formas inovadoras de criar um futuro para si próprios e contribuir para a sociedade e comunidades em que se inserem.

O futuro é feito de oportunidades, mas a inovação e conhecimento são essenciais para as conseguirmos aproveitar.

Referências

- Bacalhau, Tiago J.E. (2019) *Agricultura na escola – uma área por explorar* (na ligação ao currículo). In *Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva*, nº 17 – Ensino Agrícola, pág. 67-72. Ed. Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP). ISSN: 2183-5624
- Barros, Vítor C. (1998) A Agenda 2000 e o Desenvolvimento Rural. In Seminário O desenvolvimento rural no contexto da Agenda 2000, pág. 9-17. Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural. Colecção Estudos e Análises. ISSN: 0873-9145.
- Boehlje, Michael & Eidman, Vernon (1984) *Farm Management*. Ed. John Willey & Sons, Inc. New York.

Domingos, T., Oliveira das Neves, A., Marta-Pedroso, C. (Eds.), Laporta, L., Martins, H., da Silva Vieira, R., Alves, M., Santos, J., Teixeira, R., Morais, T., Ferreira, G., e Godinho, R. (2016). *Relatório Final da Avaliação Ex-post do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR)*. Estudo encomendado pela Autoridade de Gestão do ProDeR. Instituto Superior Técnico, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto Politécnico de Bragança, Lisboa e Bragança.

FAO (2014) *Youth and agriculture: key challenges and concrete solutions*. E-ISBN 978-92-5-108476-2.

Lima, João R. (2019) Carência de recursos humanos qualificados – o problema da atratividade do sector agroflorestal. In *Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva*, nº 17 – Ensino Agrícola, pág. 73-79. Ed. Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP). ISSN: 2183-5624

Mínguez, M. Inês & Connor, David J. (2015) Main drivers in Agricultural Research and Education to Secure Food Supply and Assure Sustainability. *Proceedings of the International Conference on Agricultural Higher Education in the 21st Century*. Zaragoza, 15-17 June 2015.

Meulendijks, Lisanne (2015) Student view: attractiveness and employability. *Proceedings of the International Conference on Agricultural Higher Education in the 21st Century*. Zaragoza, 15-17 June 2015.

Moreddu, Catherine (2015) Challenges and opportunities for food and agriculture in the 21st century. *Proceedings of the International Conference on Agricultural Higher Education in the 21st Century*. Zaragoza, 15-17 June 2015.

O Jovem Agricultor em Portugal: avaliação do efeito de políticas

Maria de Fátima Lorena de Oliveira¹

Maria Leonor da Silva Carvalho²

Resumo

Este trabalho teve como objetivo avaliar os efeitos das políticas agrícolas, entre 2005 e 2016, sobre o desenvolvimento do emprego agrícola e sobre as mudanças na estrutura agrícola portuguesa nomeadamente no desenvolvimento da entrada no setor de jovens agricultores. Em Portugal, não está garantida a renovação geracional, apresentando uma das mais baixas taxas de substituição da União Europeia. Apesar das políticas que foram aplicadas neste período, não se verifica um aumento de jovens como gestores de explorações agrícolas. Apesar das explorações geridas por este grupo etário apresentarem valores mais competitivos e mais orientados para o mercado do que as explorações considerando todos os grupos etários, existe um decréscimo do nú-

(1) Professora Adjunta da Escola Superior Agrária (ESAC) do Instituto Politécnico de Coimbra. Especialista em desenvolvimento sustentável, economia, agricultura e segurança alimentar. Desenvolveu trabalhos em vários trabalhos na área do desenvolvimento do regadio, na logística dos cereais e no desenvolvimento de trabalho sobre o comportamento do consumidor em agricultura em modo biológico e desenvolvimento do agricultor nas diferentes vertentes da produção para valorização dos seus produtos.

(2) engenheira agrónoma pela Faculdade de Engenharia e Silvicultura da Universidade de Luanda, é doutorada em Economia Agrícola pela Universidade de Évora. Foi docente e investigadora no Departamento de Economia da Universidade de Évora. Os seus principais interesses de investigação incluem os métodos de análise quantitativa, a programação matemática, a economia e política agrícolas e o desenvolvimento rural. Participou em vários programas de investigação e de cooperação para o desenvolvimento, especialmente em Timor-Leste, Angola e Brasil.

mero de explorações e não é evidente a transição entre classes etárias. É necessário observar que as políticas apoiam as entradas de jovens na agricultura, mas é necessário conhecer as causas que podem levar a mortalidade destas explorações.

Palavras-chave: Jovem agricultor, Agricultura, Políticas, PDR

Abstract

This work aimed to evaluate the effects of agricultural policies, between 2005 and 2016, on the development of agricultural employment and on the changes in the Portuguese agricultural structure, namely in the development of entry into the sector of young farmers. In Portugal, generational renewal is not guaranteed, presenting one of the lowest replacement rates in the European Union. Despite the policies that were applied in this period, there is no increase in young people as farm managers. Although the farms managed by this age group have more competitive and market-oriented values than farms considering all age groups, there is a decrease in the number of farms and the transition between age groups is not evident. It is necessary to note that policies support the entry of young people into agriculture, but it is necessary to know the causes that can lead to the mortality of these farms.

Keywords: Young farmer; Agriculture; Policies; RDP

Introdução

Em Portugal, as explorações agrícolas de pequena dimensão continuam a prevalecer, mas a sua área média, avaliada em termos de Superfície Agrícola Útil (SAU) média por exploração, tem vindo a aumentar de forma constante: em 1999 era de 9,3 ha; 12 ha em 2009, 13,8 ha em 2013 e em 2016 esse valor era de 14,1 ha. O aumento da

área média da exploração apresentou o crescimento anual mais elevado entre 2009 e 2013 (crescimento anual de 4%). Apesar da SAU média por exploração agrícola portuguesa ser, em 2016, de 14.1 ha, é um valor ainda inferior à média da União Europeia (UE28) que é de 16,1 ha por exploração (INE, 2016; 2014).

Este trabalho tem como objetivo avaliar os efeitos das políticas agrícolas sobre o desenvolvimento do emprego agrícola e sobre as mudanças na estrutura agrícola portuguesa, nomeadamente, no desenvolvimento da entrada de jovens agricultores. A questão a responder é se as políticas agrícolas ajudam à entrada de novos agricultores ou se serão outros fatores a impulsionar a sua entrada no setor agrícola.

Material e métodos

Neste artigo são apresentados os resultados dos inquéritos aos agregados familiares agrícolas da UE28 ao longo do programa da Política Agrícola Comum (PAC), e exploram-se os impactos das medidas da PAC para estimular e apoiar a entrada de jovens agricultores. As fontes de informação são o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural, os Relatórios Nacionais do Programa Rural Português e o EUROSTAT.

Conceitos teóricos

Um volume considerável de trabalhos e estudos tem sido realizado nas últimas duas décadas em relação à migração de mão-de-obra e pagamentos feitos por governos para estimular a atividade agrícola, tanto nos Estados Unidos da América (EUA) como na União Europeia (EU). Nos EUA, D'Antoni e Mishra (2010) constataram que a decisão do agricultor de sair ou de não sair da agricultura é significativamente influenciada pelos pagamentos diretos do governo, proporcionando não apenas um estímulo para permanecer indústria, mas também

uma diminuição na variabilidade da renda dos agricultores. No entanto, Petrick e Zier (2012) verificaram que os pagamentos diretos, as medidas para o desenvolvimento das áreas rurais, as transferências para áreas desfavorecidas e as medidas agroambientais não tiveram efeito no emprego agrícola. Segundo estes autores, algumas das medidas da Política Agrícola Comum (PAC) ajudam a atingir o objetivo político de manutenção do emprego na agricultura, embora a PAC pareça não ser um instrumento particularmente eficaz para a promoção ativa do emprego na agricultura. Na sua revisão bibliográfica, Berlinschi et al. (2011), salientam os diferentes resultados das políticas. Observam políticas sem efeito no emprego agrícola, políticas com um impacto positivo e políticas com um impacto negativo no emprego agrícola. Estes autores salientam um fato interessante, referindo que a evolução do emprego agrícola depende, em grande parte, da vontade dos filhos dos agricultores para assumirem a atividade de seus pais. Com o aumento dos rendimentos dos agricultores, através dos subsídios e de outros incentivos, eles podem investir na educação dos filhos e estes poderão ter acesso a outras atividades não agrícolas que poderão ser financeiramente mais atrativas, tornando-se, assim, a agricultura menos atrativa para estes jovens. O efeito da educação sobre o emprego agrícola era já referido por Huffman (1980), que salientou que os agricultores com mais educação realocam os seus serviços de mão-de-obra do trabalho agrícola autónomo para o trabalho fora da exploração mais rapidamente do que os agricultores com menor nível de educação. Os diferentes resultados sugerem que não há impacto direto das políticas agrícolas e programas de apoio ao desenvolvimento rural sobre o emprego agrícola. Outros autores demonstram efeitos mistos das políticas. Mattas et al. (2010) mostram, para a UE, que há um impacto da reforma da PAC nas atividades agrícolas e na geração de empregos rurais. Embora as reformas do Pilar I tenham consequências negativas para o emprego rural, as ações políticas relacionadas com as medidas do Pilar II e os fundos estruturais podem

umentar o emprego rural. Olper et al. (2012) encontraram um resultado diferente, mostrando que entre os instrumentos da PAC, os pagamentos do Pilar I são a política mais eficaz na redução da migração externa, enquanto o efeito dos pagamentos do Pilar II na criação de empregos é significativamente menor do que o dos pagamentos do Pilar I, dependendo dos instrumentos considerados. Os resultados encontrados na literatura são controversos não apenas entre a UE e os EUA, mas também dentro da UE. Vários trabalhos sublinham o efeito das políticas sobre os jovens e a agricultura. Outros salientam que as políticas são importantes para trazer os jovens para a agricultura, mas a industrialização das áreas rurais também poderá ser um fator importante. A mesma política, ou uma política similar, poderá ter efeito negativo ou positivo. Os efeitos podem depender da região em que se aplica e do período temporal a que se refere (OECD, 2010; Susilowati, 2014).

A falta de jovens na agricultura não é só um problema da agricultura, mas induz a desertificação rural, cada vez mais importante, não só devido à desertificação rural per si, mas também pela pressão que a emigração causa nas designadas grandes cidades em contraposição com as zonas rurais que devido à falta de jovens e da população vão ficando com cada vez menos apoios sociais, como sejam hospitais, bancos, correios e todo um sistema que permita atrair a população para essas regiões. Coloca-se aqui a questão de ciclo vicioso difícil de romper. As políticas públicas podem ajudar a quebrar este ciclo, mas o emprego, a ser criado nas zonas rurais, não poderá ser só emprego público, terá de ser também privado, e para que este exista terá de existir população. A falta de jovens, para além das questões de desertificação rural, dificulta a modernização da agricultura. Nesta discussão subsiste uma questão que se transforma num desafio que se centra na família agrícola e que está relacionada com a disponibilidade dos proprietários das explorações deixarem ou permitirem que os seus sucessores sejam os decisores da exploração. O desafio demográfico

no caso da agricultura de pequena dimensão, o isolamento social e a falta de incentivos para inovar são questões referidas em vários trabalhos (Matthews, 2013; Davidova e Thomson, 2014). No entanto, Zagata e Sutherland (2015) referem que esta é uma discussão emotiva e está diretamente relacionada com a sustentabilidade da agricultura europeia. Embora os autores tenham demonstrado que os jovens agricultores operam explorações mais modernizadas e economicamente mais eficientes, sublinham que não existem elementos suficientes para esclarecer se as novas entradas na agricultura, consideradas como jovens agricultores, o são na realidade ou se serão sucessores de agricultores já estabelecidos, ou seja sucessão inter-geracional. A UE centrou a sua atenção nas necessidades dos jovens agricultores, verificando-se que a necessidade de terra e as questões com a terra, como sejam: a renda, a fragmentação das terras, seguidas das questões relacionadas com subsídios, créditos e qualidade de mão-de-obra, parecem ser as necessidades mais importantes nos países analisados (Zondag et al. 2015). Essas preocupações já tinham sido salientadas por Matthews (2013) e por Olper et al (2012).

Resultados

Nos últimos dez anos, o setor agrícola, silvícola e pescas continua a ser um grande empregador na UE; cerca de 9,9 milhões de pessoas trabalham na agricultura, silvicultura e pescas, representando 4,2% do emprego total na UE em 2019 (Anexo 1). A agricultura é um empregador particularmente importante tendo representado, em 2019, na Roménia cerca de 22% da população empregada, na Bulgária 17% do emprego total, na Grécia 11% e na Polónia 9 % (Eurostat Database).

De acordo com os dados do Eurostat (2003-2013), na UE apenas 6% dos agricultores têm menos de 35 anos e 53% dos proprietários têm mais de 55 anos. A redução do número de explorações na União Eu-

ropeia com os 28 países membros (UE28) foi mais importante após o início da crise económica, principalmente em explorações pertencentes a agricultores mais jovens.

A taxa de substituição do responsável jurídico e económico da exploração agrícola, designada por “*holder replacement rate*”, de acordo com a metodologia de Regidor (2012) é a relação entre o número de explorações geridas por agricultores com idade inferior a 35 anos e o número de explorações geridas por agricultores maiores de 65 anos (n° agricultores <35 anos/ n° de agricultores \geq 65 anos). Esta taxa de substituição foi de 16%, para a UE28 em 2016. Se considerarmos, em denominador, o total de agricultores com idades compreendidas entre 55 e os 64 anos, a taxa aumenta para 20% (Anexo 2).

Portugal é o segundo país com a mais baixa taxa de substituição a seguir ao Chipre, com uma taxa de substituição para as idades entre os 55 e os 64 anos de 8% e, considerando a substituição mais real que se refere a maiores de 65 anos essa taxa baixa para os 4%. Na Áustria, Alemanha e Polónia a substituição parece estar assegurada (Anexo 2). Apesar da baixa taxa de substituição, em Portugal houve um grande número de entradas de jovens agricultores no período de 2007/10, como resultado do início do Programa PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013), mas os dados analisados indicam que esse crescimento não se manteve. Entre 2013 e 2016, na EU o número de jovens agricultores responsáveis por explorações agrícolas, com idades inferiores aos 35 anos, decresceu 17% e em Portugal, esse valor foi de - 23%. (Anexo 3). No período anterior 2010/13, o decréscimo foi de 17%, inferior ao verificado na UE28 que foi de -29%. Na UE28, o declínio manteve-se em 2016, mas com taxa de decréscimo inferior (17%). (Anexo 3).

Os resultados revelam que os jovens agricultores sofreram uma taxa de mortalidades das suas explorações superior às das outras classes etárias. Pode-se sempre colocar a questão de passagem entre classes etárias. No anexo 4, pode observar-se o número de explorações ge-

ridas por agricultores com menos de 35 anos (< 35 anos) e o número de explorações exploradas por agricultores na classe etária entre os 35 - 40 anos. No ano de 2016 teve de se aplicar a taxa entre 40-44 anos por falta de dados na classe etária anterior. Verifica-se que entre 2010 e 2013 e entre 2013 e 2016 a taxa de variação da classe etária entre os 40-44 anos decresceu mais do que a classe etária anterior. Não parece ter havido transferência entre estas duas classes etárias. Também podemos explicar esta redução por transferência da última para a classe etária seguinte. A análise dos dados não parece indicar este movimento, com exceção da última classe etária em que parece ter existido passagem entre classes etárias.

Para avaliar o papel e a importância relativa do jovem agricultor na UE28, analisaram-se uma série de variáveis-chave, tais como: o número de explorações, a superfície agrícola útil; o número de explorações com pecuária e o Valor da Produção Padrão Total (Regidor, 2012). Foi ainda analisado as explorações que apresentam taxa de autoconsumo superior a 50% da produção final. Esta variável é um indicador dos objetivos empresariais das explorações e da sua capacidade de entrarem no mercado. Para além de se observar os valores para os jovens agricultores (<35 anos) realizou-se uma comparação com os agricultores na faixa etária dos 55 até aos 64 anos (inclusive) que representam agricultores estabelecidos no mercado e em plena capacidade de trabalho. Comparou-se ainda com os agricultores com idades superiores ou iguais a 65 anos de idade que são os agricultores estabelecidos, mas passíveis de estarem ou virem a estar reformados, tendo atingido a idade da reforma.

O anexo 5 apresenta os valores absolutos para as variáveis chave e o peso relativo de cada classe etária analisada no total das explorações. Os resultados mostram que, para todas as variáveis, na UE28, a importância relativa do jovem agricultor com idade inferior a 35 anos diminuiu entre 2013 e 2016. Em Portugal, essa descida foi mais acentuada. As explorações geridas pelos jovens agricultores são, em

muitos aspetos, diferentes das geridas por agricultores de classes etárias superiores.

As variáveis-chave são melhores para os jovens agricultores do que para os agricultores em geral. Considerando o rendimento, na classe etária <35 anos, a sua importância em relação ao total do universo e em relações às outras duas classes etárias analisadas para os agricultores com idades > 55 anos e ≤ 64 anos verifica-se que a importância relativa do Valor de Produção Padrão Total (VPPT) nos jovens agricultores é superior ao seu peso relativo no universo estudado. É de salientar que, em 2013 e 2016, esse valor era inferior à média europeia. Nas outras classes etárias, entre os 55 e os 64 anos, a importância do VPPT é similar ao peso relativo destas explorações, na UE28 e em Portugal. Já na classe etária dos agricultores maiores de 65 anos, a importância do VPPT é inferior ao peso relativo das explorações, mas em Portugal é superior ao peso verificado na UE. É de realçar que o peso relativo do autoconsumo em relação ao universo é muito inferior nos jovens agricultores que parecem assim ter uma orientação produtiva orientada para o mercado. A Superfície Agrícola Útil (SAU) apresenta um peso relativo superior ao peso relativo do número de explorações para o caso dos jovens agricultores.

Em Portugal, entre 2013 e 2016 é de realçar o aumento em quase todas as variáveis com exceção do número de explorações se considerarmos todas as classes etárias. Para os jovens agricultores, entre 2013 e 2016, é de realçar o aumento das explorações dirigidas para o autoconsumo e o aumento do VPPT. Para o mesmo período, e para a classes etária entre os 55 e os 64 anos observou-se um aumento absoluto da SAU, das explorações com pecuária, das explorações dirigidas para o autoconsumo e um aumento significativo do VPPT. No caso dos maiores de 65 anos, observou-se um aumento absoluto de todas as variáveis com exceção da SAU que sofreu uma redução. O aumento do VPPT é superior ao aumento das explorações para essa faixa etária.

Analisados os VPPT por exploração (Anexo 6), os jovens agricultores

em Portugal apresentam rendimentos mais elevados do que na UE, em relação às restantes classes etárias e em geral. Os valores de autoconsumo em Portugal parecem ser inferiores à UE para os jovens, sendo um fator interessante a analisar. A SAU por exploração é muito superior nos jovens agricultores tanto na UE como em Portugal, comparando com o total das explorações e com as outras faixas etárias analisadas. Esta variável é importante porque áreas maiores permitem empresas mais competitivas, com a aplicação de economias de escalas e da modernização das mesmas. No entanto, a relação entre a competitividade, inovação e a dimensão da exploração em termos de dimensão física ser alvo de discussão em diversos trabalhos (Latruffe, 2010; Sauer, 2017). Pode considerar-se que os jovens agricultores que se mantêm no sistema apresentam variáveis que lhes permitem ter maior competitividade no mercado em relação às faixas etárias superiores e já estabelecidas no setor.

No anexo 7, podem observar-se as candidaturas apoiadas pelo PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural para o período 2007 e 2013) pelas medidas relativas aos Jovens agricultores, (< 40 anos de idade). A medida 112 refere-se à Instalação aos dos Jovens Agricultores e a medida 121, incorpora as medidas à Modernização das explorações. A medida 131, Reforma antecipada, é uma medida que incorpora o apoio à entrada de novas explorações e por isso considerada como apoio à Instalação de jovens agricultores e está também está incorporada na medida 112. Na medida 121 podem participar jovens agricultores e os agricultores que não enquadram nesta classe etária. De referir que os Jovens agricultores podiam candidatar-se as medidas 112 e 121 em simultâneo. Para cada medida foram analisados dois períodos distintos e observa-se que em Portugal nas medidas analisadas mais de 50% das candidaturas se verificou no período entre 2011 e 2013. Na União Europeia a maioria das candidaturas verificou-se no período anterior, ou seja, entre 2007 e 2011.

O número de jovens apoiados, em Portugal, é muito próximo do núme-

ro de explorações geridas por jovens agricultores em 2013 (anexos 3 e 7). Na medida 121, os jovens agricultores representaram cerca de 54% das candidaturas, valor superior ao da União Europeia. Em relação à medida 131: Reforma antecipada, o número de agricultores que se candidatou a esta medida é reduzido em relação ao total de agricultores maiores de 55 anos e o número de hectares libertados é pouco significativo se for considerado o total de hectares explorados pelos maiores de 55 anos. De realçar que na UE os agricultores que se candidataram a esta medida realizaram, no período entre 2007 e 2011, e em Portugal cerca de 59% das candidaturas foram realizadas no período de 2011 e 2013 e a maior área libertada foi realizada no segundo período, sendo a diferença significativa em relação à UE

Em 2014 entrou em vigor o PDR2020 (Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020), que apresentava outro sistema de medidas integradas nas designadas por Focus Area, cuja designação no PDR, em Portugal, foi de Áreas de Intervenção. As medidas aos Jovens Agricultores foram integradas na Prioridade 2 (Designação Europeia) e no Focus Area 2B, Entrada de agricultores qualificados no setor agrícola (Focus Area 2B: Entry of skilled farmers into the agricultural sector). O objetivo da medida Focus Area 2B: é de encorajar a renovação geracional e incrementar a competitividade do setor agrícola através de empresas novas e inovadoras.

Em Portugal, esta medida foi classificada na área A2: Competitividade e Organização da produção, na Ação 3.1: Jovens Agricultores. Esta Ação é constituída por duas Operações: Operação 3.1.1: Jovens agricultores e a Operação 3.1.2: Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola.

A Operação 3.1.1 “Jovens agricultores”, integrada na Medida “Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas” destina-se a apoiar a renovação geracional e a entrada de novos agricultores com melhores qualificações técnicas e de gestão, de modo a potenciar a dinamização do setor e dos territórios onde estes se instalam (PDR2020, 2019).

A Operação 3.1.2 pretende tornar o setor mais atrativo para os jovens, promovendo a organização da produção e a transferência de conhecimento. Ambas as operações têm objetivos comuns, mas a Operação 3.1.2, para além de apoiar a renovação e melhoria das estruturas agrícolas, a promoção do acesso à terra, tem outros objetivos como sejam o de potenciar o investimento agrícola, a integração nos mercados, a utilização eficiente dos recursos e o aumento do valor acrescentado, em condições mais favoráveis. As candidaturas às duas Operações podiam ser apresentadas em simultâneo. Os jovens agricultores podem ainda concorrer à Medida 3.2: Investimento na Exploração Agrícola. (PDR2020, 2019).

Existe ainda outra medida, mas que não será aqui analisada de apoio ao investimento jovem e que está enquadrada na Operação 3.1.3. Investimentos de Jovens Agricultores na Exploração Agrícola apoiados por Instrumento Financeiro. Esta Operação está emoldurada no novo instrumento financeiro FEEI-FEADER Portugal, e tem como objetivo apoiar o investimento de jovens agricultores nas explorações agrícolas, alavancando a ação do PDR2020, através de linhas de crédito que permitem o acesso ao crédito bancário.

No Anexo 8, podem observar-se as candidaturas aprovadas até 30 de outubro de 2020. Se compararmos com o programa PRODER 2007-2013, observa-se que no PDR2020, o número de agricultores apoiados pela medida 3.1.1, é inferior aos agricultores apoiados pela medida 1.1.2 no PRODER. É necessário considerar que no PDR2020 ainda não se encontra concluído o processo de análise de todo o programa. É de realçar a elevada taxa de candidaturas indeferidas em relação ao total das candidaturas analisadas (45% na medida 3.1.1). No entanto a taxa de despesa contratada em relação ao programado para Ação 3.1 é elevada (83% para a medida 3.1.1 e 67% para a medida 3.1.2).

O setor de atividade predominante na Op. 3.1.1 é o da fruticultura com 45% dos projetos aprovados em número e 45% da despesa pública, seguindo-se a horticultura com 15% em número e despesa.

A região Norte concentra 47% dos projetos aprovados e 46% da despesa aprovada. A região Centro representa 25% do número de projetos e 26% do orçamento (PDR2020, 2019). Na medida 3.1.2, a fruticultura é a área predominante, com 43% em número e 34% da despesa pública. Nesta medida, a horticultura e a viticultura apresentaram 12% dos projetos aprovados e 11% e 10% da despesa pública, respetivamente. Se consideramos o *Focus Area 2B*, relativo aos diferentes países da EU e os objetivos propostos para cada país, Portugal ainda não preencheu o número de jovens agricultores que deveriam ser apoiados por este programa. É de realçar a dificuldade em comparar programas que dizem respeito a mesma área, mas que apresentam medidas distintas em cada País. Portugal, em termos de jovens, tem como objetivo apoiar 5218 jovens agricultores com esta medida. Tem ainda como objetivo orçamental alocar a esta medida 4,4% da despesa pública do PDR. De acordo com o anexo 9, está alocado 4,2% da despesa pública às políticas destinadas aos jovens agricultores. Como referido anteriormente é complexo efetuar comparações no nível nacional e a nível europeu, não só pela configuração distinta das medidas e também porque não foi analisado todo o programa por país.

Conclusões

Os resultados mostram o envelhecimento dos responsáveis pelas explorações agrícolas e a impossibilidade de renovação geracional em Portugal. Apesar dos apoios aos jovens agricultores com o objetivo de renovação geracional, estes apoios parecem não ter tido o mesmo efeito que em outros Países da União Europeia. É de salientar a descida significativa de jovens agricultores entre o período de 2010 e 2016, sendo que neste período já se poderiam refletir positivamente os apoios aos jovens agricultores, como novas entradas. Os apoios ajudaram os jovens a entrar na agricultura, sendo difícil de prever a atual situação sem esses apoios. A questão que se coloca é a relação

entre os jovens suportados pelas políticas e os jovens que se mantêm neste setor de atividade com os gestores de explorações agrícolas. As explorações que são geridas por jovens agricultores apresentam maior rentabilidade e orientação para o mercado. Estes fatores aumentam a competitividade do setor, mas não parece ser suficiente para a manutenção dos jovens no setor.

Coloca-se ainda a questão se os jovens apoiados pela política agrícolas dirigidas a esta faixa etária não foram capazes de gerir as explorações e os que foram capazes manifestam clara competitividade empresarial e capacidade para a modernização.

Esta questão apresenta duas situações distintas a realçar: Será necessário uma melhor análise das candidaturas com o objectivo de compreender melhor os objectivos dos jovens e a sua preparação para entrar no setor e, por outro, lado apoiar aqueles que se demonstraram ser mais competitivas com políticas adequadas e com acompanhamento diferenciado aos jovens agricultores competitivos.

Não foi ainda possível determinar o efeito do PDR2020 sobre o jovem agricultor, mas apesar de não estar concluído, os dados disponíveis demonstram uma menor adesão a estas medidas em relação ao PRODER 2007-2014, e em relação às metas a atingir. O trabalho revela que, para além de medidas de apoio financeiro pelos programas de desenvolvimento rural, deverão existir outras medidas de acompanhamento para que os agricultores apoiados se possam manter no setor agrícola. Conhecer as taxas de mortalidade e as causas da mortalidade das explorações na faixa etária até as 40 anos de idade parecer ser um fator importante para que as políticas possam ter o efeito alavancador que se pretende para o desenvolvimento agrícola e rural.

Referências Bibliográficas

- Berlinschi R., Van Herck, K.; Swinnen J. (2011). *Farm subsidies and agricultural employment*. Paper prepared for the 122nd EAAE Seminar, Ancona.
- D'Antoni, J., Mishra, A. (2010). *Agricultural Policy and its Impact on Labor Migration from Agriculture*. Selected Paper prepared for presentation at the Southern Agricultural Economi-

- cs Association Annual Meeting, Orlando, FL, February 6-9.
- Davidova, S., Thomson, K. (2014). *Family farming in Europe: Challenges and prospects*, European Parliament Publication Office, EU.
- Huffman, W. E. (1980), Farm and off-farm work decisions: The role of human capital. *Review of Economics & Statistics*, Vol. 62 (1), pp. 14-23
- INE (2014). *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013*, Instituto Nacional de Estatística, I.P., Portugal
- INE (2017). *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016*, Instituto Nacional de Estatística, I.P., Portugal,
- Latruffe, L. (2010). *Competitiveness, Productivity and Efficiency in the Agricultural and Agri-Food Sectors*. OECD, Directorate for Food, Agriculture and Fisheries, OECD Food, Agriculture and Fisheries Working Papers.
- Mattas, K. Arfini, F. Midmore, P. Schmitz, M., Surry, Y. (2010). *CAP's impacts on regional employment: A multi-modelling cross country approach*. Paper presented at OECD Workshop Paris, March 2010.
- Matthews, A. (2013). *Family farming and the role of policy in the EU*, <http://capreform.eu/family-farming-and-the-role-of-policy-in-the-eu/>
- OECD. 2010. *Agricultural policies and rural development: a Synthesis of recent OECD work*, <http://www.oecd.org/agriculture/44561502.pdf>
- Olper, A. Raimondi, V. Cavicchioli, D., Viganì, M. (2012). *Does the Common Agricultural Policy Reduce Farm Labour Migration? Panel data analysis across EU regions. Factor Markets*. Working Paper No. 28/July 2012 Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/2224dad0-en>
- PDR2020 (2019). *Relatório de execução anual – 2019, PDR, Portugal*, <http://www.pdr-2020.pt/Centro-de-informacao/Relatorios-de-Execucao>, acedido em 23/11/2020
- Petrick, M., Zier, P. (2012). *Common Agricultural Policy effects on dynamic labour use in agriculture*. SiAg-Working Paper 12, 2012.
- Regidor J. (2012). *EU Measures to encourage and support new entrants*. Directorate-General for Internal Policies. European Parliament.
- Sauer, J. (2017), *Estimating the link between farm productivity and innovation in the Netherlands*, OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers, No. 102, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/2224dad0-en>.
- Susilowati H. (2014). *Attracting the Young Generation to Engage in Agriculture*. FFTC-RDA International Seminar on Enhanced Entry of Young Generation into Farming, Oct. 20-24, 2014
- Zagata, Lukas & Sutherland, Lee-Ann. (2015). *Deconstructing the 'young farmer problem in Europe': Towards a research agenda*. *Journal of Rural Studies*. 38. 39-51. 10.1016/j.jrurstud.2015.01.003.
- Zondag, M-J; Koppert, S., Lauwere, C., Sloot, P., Pauer, A. (2015) *Needs of young farmers Report I of the Pilot project: Exchange programmes for young farmers Final*. Directorate-General for Agriculture and Rural Development, EU.

Anexos:

Anexo 1. Número de trabalhadores na União Europeia (UE28) e em Portugal em todos os setores de atividade económica e na agricultura: 1000 trabalhadores e em percentagem

Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Taxa de Variação Trienal 2010/12-2017/19
Todos os Setores: 1000 trabalhadores											
UE28	225089	225330	225172	224762	227250	229616	232647	236227	239468	241885	0,9%
Portugal	4871	4777	4581	4450	4513	4576	4650	4803	4914	4952	0,4%
Agricultura: 1000 trabalhadores											
UE28	11990	11649	11555	11257	11202	10855	10415	10417	10232	9940	-2,0%
Portugal	543	528	538	509	486	458	438	432	421	389	-3,6%
% De emprego na agricultura											
UE28	5%	5%	5%	5%	5%	5%	4%	4%	4%	4%	-2,8%
Portugal	11%	11%	12%	11%	11%	10%	9%	9%	9%	8%	-4,1%

Fonte: Eurostat Database, acesso em 24/11/2020

Anexo 2: Taxa de substituição (agricultor <35 e agricultores entre 55-64 anos) e Taxa de substituição (agricultor <35 e agricultores com mais de 64 anos) por países

Classe etária	Agricultor <35 / Agricultor entre 55 -64 anos					Agricultor <35 / Agricultor ≥ 65 anos				
	2005	2007	2010	2013	2016	2005	2007	2010	2013	2016
Países										
Bélgica	0,33	0,27	0,20	0,15	0,21	0,36	0,30	0,24	0,19	0,29
Bulgária	0,16	0,12	0,27	0,25	0,31	0,10	0,07	0,18	0,17	0,20
Rep. Checa	0,36	0,34	0,42	0,13	0,14	0,60	0,56	0,91	0,20	0,17
Dinamarca	0,30	0,25	0,19	0,09	0,09	0,41	0,30	0,25	0,10	0,10
Alemanha	0,44	0,34	0,27	0,23	0,24	1,25	1,02	1,34	1,05	0,91
Estónia	0,28	0,26	0,29	0,35	0,39	0,25	0,20	0,24	0,25	0,32
Irlanda	0,46	0,32	0,27	0,25	0,24	0,50	0,34	0,27	0,24	0,21
Grécia	0,32	0,34	0,32	0,21	0,13	0,19	0,19	0,21	0,17	0,11
Espanha	0,25	0,21	0,21	0,15	0,15	0,20	0,16	0,18	0,11	0,12
França	0,40	0,34	0,34	0,33	0,28	0,66	0,63	0,73	0,71	0,55
Croácia	n.d.	0,15	0,15	0,16	0,18		0,08	0,13	0,15	0,16
Itália	0,14	0,13	0,21	0,19	0,17	0,08	0,07	0,14	0,11	0,10
Chipre	0,12	0,08	0,09	0,06	0,04	0,12	0,08	0,08	0,04	0,03
Letónia	0,35	0,34	0,26	0,21	0,18	0,28	0,24	0,18	0,17	0,16
Lituânia	0,24	0,24	0,31	0,27	0,31	0,17	0,11	0,17	0,17	0,24
Luxemburgo	0,41	0,33	0,27	0,32	0,27	0,57	0,53	0,53	0,60	0,52
Hungria	0,32	0,28	0,25	0,21	0,22	0,29	0,28	0,24	0,20	0,20
Malta	0,22	0,15	0,15	0,12	0,11	0,28	0,22	0,18	0,15	0,12
Países Baixos	0,20	0,15	0,14	0,11	0,14	0,32	0,22	0,20	0,15	0,22
Áustria	0,74	0,67	0,60	0,56	0,56	1,22	1,17	1,30	1,28	1,67
Polónia	0,72	0,63	0,73	0,50	0,38	0,74	0,77	1,75	1,26	0,88
Portugal	0,10	0,09	0,10	0,10	0,08	0,05	0,05	0,06	0,05	0,04
Roménia	0,24	0,19	0,32	0,19	0,14	0,12	0,10	0,19	0,11	0,07
Eslovénia	0,19	0,17	0,17	0,16	0,16	0,13	0,11	0,14	0,19	0,16
Eslováquia	0,17	0,14	0,25	0,27	0,42	0,15	0,12	0,31	0,37	0,54
Finlândia	0,34	0,31	0,28	0,29	0,16	1,47	1,49	0,90	0,84	0,40
Suécia	0,22	0,20	0,17	0,16	0,19	0,31	0,29	0,19	0,15	0,16
Reino Unido	0,16	0,14	0,15	0,14	0,16	0,16	0,14	0,14	0,13	0,13
EU-28	0,31	0,27	0,32	0,24	0,20	0,22	0,19	0,25	0,19	0,16

Fonte: Eurostat DataBase, acesso em 20/11/2020

Anexo 3: Número de explorações por classe etária do Agricultor (Gestor Agrícola) na UE28 e em Portugal

União Europeia (UE-28)										Taxa de variação anual				Taxa de variaçã	
Classes etária	2005		2007		2010		2013		2016		2005/2007	2007/2010	2010/2013	2013/2016	2005
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%					2016
<25	81.380	1%	72.300	1%	96.980	1%	57.560	1%	48.770	0%	-11%	34%	-68%	-15%	-40%
≥25 e ≤ 34	916.580	6%	788.300	6%	815.860	7%	586.800	5%	487.000	5%	-14%	3%	-39%	-17%	-26%
≥35 e ≤ 44	964.390	7%	2.087.670	15%	2.031.220	17%	1.654.510	15%	891.090	9%	116%	-3%	-23%	-46%	-21%
≥45 e ≤ 54	3.318.440	23%	3.154.630	23%	2.788.500	23%	2.489.490	23%	2.398.920	23%	-5%	-12%	-12%	-4%	-21%
≥ 55 e ≤ 64	3.218.020	22%	3.131.950	23%	2.882.260	24%	2.683.630	25%	2.621.470	25%	-3%	-8%	-7%	-2%	-14%
≥65	4.616.810	32%	4.527.440	33%	3.631.020	30%	3.366.290	31%	3.436.000	33%	-2%	-20%	-8%	2%	-26%
TOTAL	14.482.010	91%	13.808.470	100%	12.245.700	100%	10.838.290	100%	10.467.850	94%	-5%	-11%	-13%	-3%	-28%
Portugal										Taxa de variação anual				Taxa de variaçã	
<25	380	0%	350	0%	580	0%	450	0%	450	0%	-8%	66%	-29%	0%	18%
≥25 e ≤ 34	7.250	2%	5.630	2%	7.280	2%	6.060	2%	4.540	2%	-22%	29%	-20%	-25%	-37%
≥35 e ≤ 44	0%	0%	22.470	8%	25.080	8%	19.130	7%	10.520	4%		12%	-31%	-45%	-53%
≥45 e ≤ 54	58.730	18%	48.350	18%	54.440	18%	44.020	17%	40.220	16%	-18%	13%	-24%	-9%	-32%
≥ 55 e ≤ 64	79.010	24%	69.920	25%	75.960	25%	62.410	24%	62.370	24%	-12%	9%	-22%	0%	-21%
≥65	149.420	46%	128.360	47%	141.940	46%	132.350	50%	134.370	52%	-14%	11%	-7%	2%	-10%
TOTAL	323.920	91%	275.080	100%	305.270	100%	264.420	100%	258.980	97%	-15%	11%	-15%	-2%	-20%

Nota: (*) Não é considerado 100% porque existe um número de explorações que não é considerado a idade. (**) Foi considerado O ano de 2007 e 2016

Fonte: Eurostat DataBase, acesso 20/11/2020

Anexo 4. Evolução Explorações entre duas classes etárias

Classe etária	2005	2007	2007/05	2010	2010/2007	2013	2013/2010	2016	2016/13
Portugal <35 anos	7630	5980	-22%	7860	31%	6510	-17%	4920	-24%
Portugal 35-40 anos (exc. 2016: 40-44 anos)		22.470		25.080	12%	19.130	-24%	10.520	-45%
UE <35 ANOS	997960	860600	-14%	912840	6%	644360	-29%	535770	-17%
UE 35-40 anos (exc. 2016: 40-44 anos)	964390	2087670	116%	2031220	-3%	1654510	-19%	891090	-46%

Fonte: Eurostat DataBase, acesso 24/11/2020

Anexo 5. N° de explorações, SAU, n° de explorações com pecuária, n° de explorações com autoconsumo superior a 50%, VPPT, por exploração todas as classes etária e por exploração e classe etária(em valor e em % relativa ao total por variável)

Países Anos	União Europeia (28)					Portugal					
	2005	2007	2010	2013	2016	2005	2007	2010	2013	2016	
	Variáveis por exploração (todas as classes etárias)										
N° expl.	14482010	13808470	12245700	10838290	10467850	323.920	275.080	305.270	264.420	258.980	
SAU	17214656	173729730	17584549	174613900	173336240	3.679.590	3.472.940	3.668.150	3.641.590	3.641.690	
N° Expl. c/ pec.	9050110	8713230	6915960	6240780	5733560	234.300	198.100	203.780	169.920	172.350	
N° expl. autoc.> 50%	6415570	6024450	5955770	4766120	4272740	29440	21830	57290	49990	108380	
VPPT: 1000 Euros	28701848	8	285171787	7	331104570	364117709	3913807	3680687	4639746	4509024	5144207
	Variáveis por exploração geridas por agricultores <35 anos de idade										
N° expl.	997960	860600	912840	644360	533770	7630	5980	7860	6510	4920	
SAU	15896950	14867420	18065210	16182210	12000080	232060	208760	245040	174800	152200	
N° Expl. c/ pec.	652510	560500	507390	362750	283940	5110	4000	4950	3620	2730	
N° expl. autoc.> 50%	368490	291860	397890	233470	140390	290	230	670	550	600	
VPPT: 1000 Euros	28532305	25297929	27660552	26801571	29802020	302.750	260.150	351.709	275.404	285.608	
	Peso relativo dos agricultores com idades <35 anos no total dos agricultores nas variáveis consideradas										
% de explorações	6,9%	6,2%	7,5%	5,9%	5,1%	2,4%	2,2%	2,6%	2,5%	1,9%	
% SAU	9,2%	8,6%	10,3%	9,3%	6,9%	6,3%	6,0%	6,7%	4,8%	4,2%	
% Expl. c/ pec.	7,2%	6,4%	7,3%	5,8%	5,0%	2,2%	2,0%	2,4%	2,1%	1,6%	
%Expl. autoc.> 50%	5,7%	4,8%	6,7%	4,9%	3,3%	1,0%	1,1%	1,2%	1,1%	0,6%	
% VPPT	10%	9%	9%	8%	8%	8%	7%	8%	6%	6%	
	Variáveis por exploração geridas por agricultores com idades ≥55 e ≤64 anos no total dos agricultores										
N° expl.	3218020	3131950	2882260	2683630	2621470	79.010	69.920	75.960	62.410	62.370	
SAU	38616870	40464320	42813430	45023990	44970060	827120	812540	860970	901060	923280	
N° Expl. c/ pec.	1980020	1963060	1610710	1542210	1426450	58710	52040	52780	42150	44610	
N° expl. autoc.> 50%	1439140	1391350	1398150	1162000	1011420	6930	5470	13980	11590	24900	
VPPT: 1000 Euros	61768199	63335765	70708551	82851280	94728770	893618	942397	1092433	1102055	1316219	
	Peso relativo dos agricultores com idades ≥55 e ≤64 anos no total dos agricultores nas variáveis consideradas										
% de explorações	22,2%	22,7%	23,5%	24,8%	25,0%	24,4%	25,4%	24,9%	23,6%	24,1%	
% SAU	22,4%	23,3%	24,3%	25,8%	25,9%	22,5%	23,4%	23,5%	24,7%	25,4%	
% Expl. c/ pec.	21,9%	22,5%	23,3%	24,7%	24,9%	25,1%	26,3%	25,9%	24,8%	25,9%	
%Expl. autoc.> 50%	22,4%	23,1%	23,5%	24,4%	23,7%	23,5%	25,1%	24,4%	23,2%	23,0%	
% VPPT	22%	22%	23%	25%	26%	23%	26%	24%	24%	26%	
	Variáveis por exploração geridas por agricultores com idades ≥65 anos no total dos agricultores										
N° expl.	4616810	4527440	3631020	3366290	3436000	149.420	128.360	141.940	132.350	134.370	
SAU	23350230	24254940	22199580	24950900	26174070	1.150.900	1.055.340	1.057.150	1.145.870	1.129.120	
N° expl. c/ pec.	2896520	2894270	2062400	1957480	1904730	106820	90990	91590	83830	87430	
N° expl. autoc.> 50%	2459490	2406450	2172820	1820260	1835300	15810	11210	30840	29000	67370	
VPPT: 1000 Euros	30330155	31385729	31710599	37362904	43704106	974721	856448	1038895	1026752	1274584	
	Peso relativo dos agricultores com idades ≥65 anos no total dos agricultores nas variáveis consideradas										
% de explorações	31,9%	32,8%	29,7%	31,1%	32,8%	46,1%	46,7%	46,5%	50,1%	51,9%	
% SAU	13,6%	14,0%	12,6%	14,3%	15,1%	31,3%	30,4%	28,8%	31,5%	31,0%	
% Expl. c/ pec.	32,0%	33,2%	29,8%	31,4%	33,2%	45,6%	45,9%	44,9%	49,3%	50,7%	
%Expl. autoc.> 50%	38,3%	39,9%	36,5%	38,2%	43,0%	53,7%	51,4%	53,8%	58,0%	62,2%	
% VPPT	11%	11%	10%	11%	12%	25%	23%	22%	23%	25%	

Fonte: Eurostat DataBase, acesso 24/11/2020

Anexo 6. Variáveis das explorações agrícolas geridas por agricultores e por classes etárias por exploração, por ano UE28 e Portugal

Países	União Europeia (28)					Portugal				
	2005	2007	2010	2013	2016	2005	2007	2010	2013	2016
Variáveis por exploração (todas as classes etárias) no total das explorações										
SAU (ha/expl.)	12	13	14	16	17	11	13	12	14	14
Nº Explorações c/ pecuária/expl	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7
Nº expl. autoconsumo> 50% prod final /expl	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4
VPPT/expl: 1000 Euros/expl.	20	21	25	31	35	12	13	15	17	20
Variáveis por exploração geridas por agricultores <35 anos de idade no total das explorações da classe etária										
SAU (ha/expl.)	16	17	20	25	22	30	35	31	27	31
Nº Explorações c/ pecuária/expl	0,7	0,7	0,6	0,6	0,5	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6
Nº expl. autoconsumo> 50% prod final /expl	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
VPPT/expl: 1000 Euros/expl.	29	29	30	42	56	40	44	45	42	58
Variáveis por exploração geridas por agricultores com idades ≥55 e ≤64 anos no total das explorações da classe etária										
SAU (ha/expl.)	12	13	15	17	17	10	12	11	14	15
Nº Explorações c/ pecuária/expl	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Nº expl. autoconsumo> 50% prod final /expl	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4
VPPT/expl: 1000 Euros/expl.	19	20	25	31	36	11	13	14	18	21
Variáveis por exploração geridas por agricultores com idades ≥65 anos no total das explorações da classe etária										
SAU (ha/expl.)	5	5	6	7	8	8	8	7	9	8
Nº Explorações c/ pecuária/expl	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6	0,7
Nº expl. autoconsumo> 50% prod final /expl	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,1	0,1	0,2	0,2	0,5
VPPT/expl: 1000 Euros/expl.	7	7	9	11	13	7	7	7	8	9

Fonte: Eurostat DataBase, acesso 24/11/2020

Anexo 7. Indicadores para a EU 27 e Portugal

Medida: 112: Apoio à Instalação dos Jovens Agricultores (< 40 anos)								
Variável	Candidaturas aprovadas: M:112		Diferença	Número de jovens apoiados: M:112		Diferença		
Período	2007-11	2007-13	2007(11)/13	2007-11	2007-13	2007(11)/13		
Portugal	3205	7201	55%	3205	7201	55%		
EU 27	98654	145340	32%	100021	143789	30%		
Medida: 121: Apoio a modernização da explorações								
Variável	Nº explorações apoiadas de agricultores < 40 anos		Diferença	Total de explorações apoiadas		Diferença	Peso relativo dos jovens na medida	
Período	2007-11	2007-13	2007(11)/2007(13)	2007-11	2007-13	2007(11)/2007(13)	2007-11	2007-13
PT	1412	4303	67%	2782	8020	65%	51%	54%
EU27	71082	105834	33%	162993	237421	31%	44%	45%
Medida 113: Reforma antecipada dos agricultores								
Variável	Nº de aplicações aprovadas			Nº de hectares libertados		Diferença		
Período	2007-11	2007-13	2007(11)/2007(13)	2007-11	2007-13	2007(11)/2007(13)		
Portugal	29	71	59%	684	2414	72%		
EU27	7959	8580	7%	445085	489846	9%		

Source: Database: European Network for Rural Development, ENRD for data 2007 to2012 (atualizado em 2014) and Regidor (2012) for data 2007-2009

Anexo 8. Candidaturas aprovadas no PDR2020 para Jovens agricultores e no Total da Programação. Número de Candidaturas e Despesa Pública (milhões de Euros)

Ações/Operações	Programação	Candidaturas analisadas		Aprovadas		Candidaturas Aprovadas no		Indeferidas		Contratos		% Contratadas em relação aprovadas		Despesa pública Contratada versus programa
		Despesa pública	Nº	Despesa pública	Nº	Despesa pública	Nº	Despesa pública	Nº	% ind./ analisadas	Nº	Despesa pública	Nº	
PDR2020	4333	60531	2538	27753	1897	46%	75%	15009	25%	26842	1823	97%	96%	42%
A2: Competitividade e organização da produção	1552	39243	1796	17694	1291	45%	72%	10712	27%	17323	1234	98%	96%	80%
Total da Ação 3.1: Jovem Agricultor	181	14776	200	4112	162	28%	81%	5193	35%	3993	139	97%	86%	77%
3.1.1. Jovens agricultores	111	10958	110	3448	97	31%	88%	4921	45%	3503	92	102%	94%	83%
3.1.2. Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola	70	3818	91	664	65	17%	71%	272	7%	490	47	74%	73%	67%
% da área A2 no Programa PDR	35,8%	64,8%	70,7%	63,8%	68,1%					64,5%	67,7%			
% da Ação 3.1 na Ação PDR	4,2%	24,4%	7,9%	14,8%	8,5%					14,9%	7,6%			
% da Ação 3.1 na Ação A2	11,7%	37,7%	11,2%	23,2%	12,5%					23,1%	11,2%			
% da Operação 3.1.1 na Ação 3.1	61,3%	74,2%	54,7%	83,9%	60,1%					87,7%	66,0%			
% da Operação 3.1.2 na Ação 3.1	38,7%	25,8%	45,3%	16,1%	39,9%					12,3%	34,0%			

Fonte: Indicadores de monitorização: 2014-2020 (por Áreas de Intervenção e Operações PDR2020: Processo de seleção (candidaturas apresentadas, analisadas, decididas e contratadas): <http://www.pdr-2020.pt/PDR2020-em-numeros> . Acesso em 20 de novembro 2020

Anexo 9. Objetivos a atingir com o Focus Area: 2B número de jovens agricultores com apoio e em percentagem das explorações suportadas) e a Percentagem do Orçamento do PDR alocado

Países	Nº de jovens Agricultores apoiados	% explorações com apoio	% do PDR alocado a FA 2B
Austria	7400	5%	1,30%
Bélgica	1970	5%	8%
Bulgária	3060	1%	4%
Chipre	300	1%	7%
Rep. Checa	750	3%	1%
Alemanha	N.D	N.D	N.D
Dinamarca	N.D	N.D	N.D
Estónia	553	3%	2%
Grécia	23900	3%	5%
Espanha	19462	2%	7%
Finlândia	2722	5%	2%
França	38153	7%	7%
Croácia	1004	0%	3%
Hungria	3000	1%	6%
Irlanda	4000	3%	3%
Itália	20168	1%	9%
Lituânia	1390	1%	4%
Luxemburgo	140	7%	2%
Letónia	350	0%	1%
Malta	60	1%	4%
Países Baixos	N.D	N.D	N.D
Polónia	28715	2%	6%
Portugal	5218	2%	5%
Roménia	9367	0%	5%
Suécia	550	1%	0%
Eslovénia	2500	3%	6%
Eslováquia	600	2%	3%
Reino Unido	445	0%	1%

Fonte: https://enrd.ec.europa.eu/sites/enrd/files/focus-area-summary_2b.pdf, acesso em 20 de novembro 2020

Ser Jovem Agricultor na Região Autónoma nos Açores na viragem para o Século XXI

Emiliana Silva¹

Introdução

A agricultura é uma atividade económica com importância quer a nível do produto interno bruto, quer do emprego da Região Autónoma dos Açores (RAA), a qual carece de condições de atratividade que permita fixar os jovens açorianos na atividade agrícola; criarem o seu emprego, com rendimentos sustentáveis. Neste contexto, este documento apresenta o enquadramento e caracterização da população agrícola em Portugal, particularizando o perfil para do jovem agricultor da Região Autónoma dos Açores, bem como, identifica as dificuldades e as oportunidades mais relevantes para o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola. De seguida, descreve os incentivos aos jovens agricultores açorianos concedidos pela União Europeia e pelo Governo Regional dos Açores. Por fim, fazer uma avaliação sumária dos resultados obtidos no programa comunitário para o desenvolvimento rural ajustado à realidade açoriana, PRORURAL+, no período 2014-2020.

(1) Licenciada em Engenharia Zootécnica e agregada em Economia Agrária pela Universidade dos Açores, mestre em Economia e Sociologia Agrária pela Universidade Técnica de Lisboa, doutorada em Economia Agroalimentar pela Universidade de Córdoba. Lecionou em várias Universidades Nacionais, Europeias e Norte-Americanas. Exerce o cargo de Diretora Regional do Desenvolvimento Rural, no XII Governo Regional dos Açores. Fez parte do grupo de peritos nos Ministérios da Agricultura e do Mar e da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento de Território. Pertence ao centro de investigação CEEApLA.

Caraterização do Perfil do Produtor Agrícola em Portugal

A caraterização do perfil do produtor agrícola em Portugal é feita com o recurso aos dados publicados no Recenseamento Agrícola de 2019 (INE, 2021). Em Portugal, a mão de obra agrícola, que é constituída pelo produtor e o seu agregado, decresceu no período de 2009-2019, em 14%, refletindo a redução do trabalho familiar, que por sua vez, aparenta ser compensada pelo aumento da contratação dos trabalhadores assalariados. Na Região Autónoma dos Açores verificou-se uma variação mais baixa do que no País e alcançou os 8%. Em 2019, os Açores contribuíam para a mão de obra agrícola total (produtores e agregado doméstico) de Portugal com 10594 indivíduos, representando 3,4% da mão de obra total. Enquanto que, no intervalo entre os últimos recenseamentos houve uma diminuição na mão de obra agrícola em cerca de 14,4% no País, nos Açores cifrou-se em 8,1%, quase metade. Mais de dois terços do trabalho agrícola em Portugal é familiar com maior representatividade nos Açores (74%) do que em Portugal (68%).

Os produtores agrícolas singulares em Portugal (2019) são maioritariamente homens (67,1%). Têm em média 64 anos, cerca de metade (46,3%) concluíram apenas o primeiro nível do ensino básico e ainda, 53% têm formação exclusivamente prática. Na Região Autónoma dos Açores, e para o mesmo período, os produtores agrícolas singulares são maioritariamente homens (77,1%), têm em média 55 anos, 40,5% concluíram o primeiro nível de secundário e 39,8% o terceiro ciclo, e finalmente 55,6% têm formação agrícola exclusivamente prática.

Em suma, o perfil do produtor agrícola em 2009 em Portugal e na Região Autónoma dos Açores caracteriza-se pela manutenção da representatividade do género masculino, sendo que o contributo das mulheres jovens na atividade agrícola, seja a mais baixa do País, pelo agravamento da idade.

No caso da Região Autónoma dos Açores, apresenta-se o perfil do

jovem agricultor açoriano que é entendido por todo aquele que tem idade compreendida entre 18 e 40 anos, à data de apresentação do pedido de apoio e que se instale pela primeira vez numa exploração agrícola, como está publicado na proposta do programa de jovem agricultor da Região Autónoma dos Açores. No programa do jovem agricultor, foi elaborado um inquérito que permitiu caracterizar o seu perfil, na Região Autónoma dos Açores. De um modo geral, os produtores agrícolas açorianos apresentam uma idade média de 53 anos, com os valores médios de idade a variarem nas diferentes ilhas, a média de idades varia entre os 49,9 e 54,7 anos respetivamente nas ilhas de São Jorge e no Corvo. Os jovens agricultores açorianos representam 16% do total de agricultores dos Açores, nos quais a idade média é de 33,8 anos. A maior parte dos agricultores açorianos tem idades compreendidas entre os 40 e os 55 (42% do total), sendo seguida pelos agricultores com idades entre os 56 e os 66 (28% do total de agricultores). Ao nível das habilitações literárias verifica-se que a maior parte dos agricultores possui escolaridade obrigatória, em que 39% possuem o ensino básico, 26% o 6.º ano de escolaridade, e 17% o 9.º ano de escolaridade. Apenas 9% dos jovens agricultores têm o ensino secundário e 5% são detentores de educação ao nível do ensino superior. No entanto, é na faixa etária com menos de 40 anos de idade, que existem 1078 jovens agricultores, dos quais 20% são mulheres. Iniciaram a atividade agrícola com uma candidatura ao prémio à instalação de jovens agricultores 193 jovens agricultores (17,9%). No arquipélago dos Açores, a ilha Terceira contribuíram com 30% dos jovens agricultores registados, seguida da ilha de São Miguel, com 24% e da ilha do Pico, com 16%. O setor pecuário é o mais procurado, com 902 jovens agricultores. Foram ainda registados 534 (59,2% do total) jovens com idade inferior a 40 anos que trabalhavam em explorações agrícolas pertencentes aos pais, distribuídas por todas as ilhas do arquipélago, principalmente em São Miguel (246 jovens) e Terceira (104 jovens). Estes jovens têm idade média de 27 anos.

Para caracterizar o setor de produção agrícola primária dos Açores realizado para o jovem agricultor, recorreu-se à análise SWOT, que é uma ferramenta de gestão que serve para fazer o planeamento estratégico de empresas e novos projetos. A sigla SWOT significa: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). A análise da matriz SWOT aos Açores, apresentando os pontos fortes e fracos das empresas, bem como, as oportunidades e ameaças das mesmas, destacando-se os fatores mais relevantes. Como pontos fortes são listados os seguintes: agricultores mais jovens apresentam um grau habilitacional mais elevado; maior apetência dos jovens para a inovação e aplicação de novas tecnologias; tradição familiar; conhecimento; e saber fazer. Os pontos fracos encontrados na matriz SWOT, mais relevantes foram: inexistência de historial bancário; pouca disponibilidade de capital próprio; défice de competências empresariais e de gestão e; reduzida capacidade negocial junto das instituições financeiras, entre outros. As oportunidades apontadas foram: disponibilidade de apoios específicos para os jovens agricultores; número significativo de agricultores mais idosos a saírem do setor até 2027; maior orientação para os jovens da PAC Pós 2020 e; existência de discriminações positivas nas políticas elaboradas pelo Governo Regional dos Açores, para os jovens agricultores, nas medidas de apoio existentes entre outras. As ameaças centraram-se: no difícil acesso dos jovens ao financiamento bancário; no difícil acesso dos jovens à terra; na preferência dos jovens por outras áreas de atividade; na instabilidade dos rendimentos agrícolas e; na carga contributiva elevada para os jovens agricultores inscritos a partir de 2011 entre outras.

Incentivos da União Europeia e do Governo Regional dos Açores aos Jovens Agricultores Açorianos

Os incentivos existentes aos jovens agricultores da Região Autónoma dos Açores para início de atividade agrícola e no âmbito do programa de desenvolvimento rural dos Açores, o PRORURAL+, foram atribuídos pela submedida 6.1, instalação de jovens agricultores entre outras medidas do POSEI, financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

O Programa do Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores, PRORURAL+, que vigorou para o período de 2014-2020, pretendia incentivar, na medida 6, o desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas, os jovens a assumirem a gestão de uma exploração, a promoção do investimento para a competitividade da exploração, a produção com qualidade, com produtos inovadores e com valorização no mercado, podendo optar na sua exploração quer pela diversificação, quer por outras atividades não agrícolas que adicionem valor à atividade agrícola (DRDR, s/d). A submedida 6.1, instalação de jovens agricultores, tem como objetivo, apoiar a promoção do início e gestão da atividade agrícola por parte dos jovens agricultores (entendidos por todos aqueles que tenham idades entre 18 e 40 anos, que iniciem a atividade agrícola pela primeira vez, e que assumam a titularidade e gestão da empresa agrícola); contribuir para o rejuvenescimento das gerações no setor agrícola, a fixação dos jovens na zona rural e manter e reforçar a estrutura económica e social viável nas zonas rurais e promover a capacidade competitiva do setor agrícola. Os apoios são concedidos sob a forma de prémio a fundo perdido, sendo o montante do mesmo calculado, consoante a área de superfície agrícola da exploração onde o beneficiário se vai instalar, variando de vinte e dois mil e trezentos euros (22300,00€) a cinquenta mil euros (50000,00€) como valor máximo permitido (Autoridade de Gestão do PRORURAL+, 2021). Na Região Autóno-

ma dos Açores a Portaria n.º 46/2015, de 15 de abril, alterada pela Portaria n.º 164/2015, de 29 de dezembro e pela Portaria nº 39/2018, de 18 de abril, regulamenta esta situação.

O POSEI é um programa que compensa as regiões ultraperiféricas da União Europeia sujeitas ao afastamento, à insularidade, à ultraperiferia, à superfície reduzida, ao relevo, ao clima e à dependência de um pequeno número de produtos. Estes fatores em conjunto constituem condicionalismos importantes à atividade agrícola destas regiões. Este programa Europeu participado pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), pretende contribuir para uma estratégia, que compense os elevados sobrecustos que atingem as diversas fileiras agrícolas numa região fortemente marcada pelas desvantagens da ultraperiferia. Os pagamentos diretos do POSEI-Açores destinam-se aos produtores do arquipélago dos Açores sujeitos ao cumprimento das normas definidas e enquadradas no respeito pelas boas condições agrícolas e ambientais; os requisitos legais de gestão nos domínios da saúde Pública, sanidade animal e vegetal e pelo bem-estar animal.

Contributos do Governo Regional dos Açores, vinculados pela Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SRADR) aos Jovens Agricultores

A SRADR reforça os apoios comunitários aos jovens agricultores açorianos com programas regionais específicos ao investimento, tais como inovação agrícola dos Açores (I9AGRI); investimento nas explorações agrícolas (PRORURAL+); apoio à modernização agrícola (PROAGRI) e; regime de incentivo à compra de terras agrícolas (RICTA).

O programa jovem agricultor do XI Governo Regional dos Açores publicada na Resolução do Governo, nº 95 de 7 de abril, pretendia implementar as seguintes medidas ao jovem agricultor na Região

Autónoma dos Açores: 1) Criar uma linha de apoio ao crédito para consolidação da instalação do jovem agricultor (CREDIJOVAGRI); 2) um complemento regional ao prémio à instalação de jovens agricultores; 3) majorar em 10 pontos percentuais, para os jovens agricultores, a taxa de comparticipação dos investimentos efetuados no âmbito dos PROAGRI e do i9AGRI; 4) majorar em 5 pontos percentuais, a comparticipação a fundo perdido para os jovens agricultores, no âmbito do regime de incentivos à compra de terras agrícolas; 5) isentar, nas transferências de direitos de aleitantes para a instalação de jovens agricultores, da retenção de 5% para a reserva regional; 6) majorar em 10% a ajuda à aquisição de reprodutores bovinos machos de raças especializadas na produção de carne; 7) criar uma medida de apoio à formação de jovens agricultores (FORJAGRI); 8) Promover a criação de cursos de formação profissional em agricultura e pecuária, com carácter de permanência, a ministrar em estabelecimentos de ensino oficial; 9) criar, no âmbito da rede valorizar, um curso de reconhecimento, validação e certificação de competências específico para os jovens que pretendam instalar-se como agricultores; 10) criar uma plataforma eletrónica de apoio ao jovem agricultor para prestação de informação específica sobre a atividade dos jovens agricultores e; 11) promover uma campanha educativa com vista à divulgação e valorização da atividade agrícola junto das camadas jovens da Região. Das onze medidas previstas no programa do jovem agricultor açoriano, foram implementadas seis que são apresentadas resumidamente com base na Resolução do Governo, nº 95 de 7 de abril.

O regime de incentivo à compra de terras agrícolas publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2008/A, de 24 de julho Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2009/A, de 23 de fevereiro, permite a aquisição de terrenos destinados a ações de emparcelamento; aquisição de prédios rústicos por agricultores na qualidade de arrendatários, com proprietários, proprietários de prédios encravados ou confinantes; bem como, os que pretendam efetuar a permuta de terras

com avaliações não coincidentes. Esta medida permitirá a todos os jovens agricultores beneficiar de uma comparticipação a fundo perdido de 10%, em vez dos 5% existentes, do valor da avaliação dos terrenos a adquirir no âmbito de uma ação de emparcelamento, contribuindo para facilitar o acesso à terra.

O programa de apoio à modernização agrícola, regulamentado Portaria n.º 24/2020 de 6 março, com a sua primeira alteração pela Portaria n.º 120/2020 de 24 de agosto de 2020, permite reforçar a modernização das explorações agrícolas, melhorando as condições de trabalho, a sustentabilidade, a competitividade e o desempenho global, através de investimentos na aquisição ou substituição de máquinas e equipamentos, na construção de redes de abastecimento de água e de energia elétrica em baixa tensão. Podem ser beneficiários os agricultores com exploração agrícola situada no território da Região Autónoma dos Açores, desde que tenham enquadramento no conceito de pequena e média empresa. Os apoios são atribuídos sob a forma de subvenção não reembolsável, no valor de 30 a 50% do montante do investimento elegível de acordo com o tipo de investimento, em que se discrimina positivamente os jovens agricultores com uma majoração de 10 pontos percentuais.

A atribuição de uma compensação financeira, a conceder aos jovens agricultores da Região Autónoma dos Açores, no âmbito do programa de apoio à formação de jovens agricultores, é regulamentada pela Portaria n.º 102/2020 de 30 de julho de 2020 e prevista na Resolução do Conselho de Governo n.º 95/2020 de 7 de abril. No FORJAGRI há uma comparticipação financeira aos jovens agricultores, a fundo perdido, no montante correspondente a 50% das despesas com as ações de formação profissional. O montante máximo elegível por jovem agricultor e por candidatura é de dois mil euros, a que corresponde uma comparticipação máxima de mil euros, sendo que as candidaturas sujeitas a critérios de avaliação. O programa de incentivos financeiros à aquisição de reprodutores bovinos de raças produtoras

de carne, previsto na Portaria n.º 121/2020 de 24 de agosto, e que permite a majoração em 10% a ajuda para todos os jovens agricultores à aquisição de reprodutores bovinos machos de raças especializadas na produção de carne com vista a melhorar a produção de carne da sua exploração. Esta majoração aplicar-se-á exclusivamente na aquisição de reprodutores machos com classificação máxima do mérito genético da raça, sendo que, para beneficiar da mesma o jovem agricultor terá de possuir um efetivo mínimo de 10 fêmeas adultas, e para a aquisição de um segundo reprodutor deverá existir na exploração uma relação de pelo menos 25 fêmeas por cada touro.

As normas de aplicação das medidas a favor das produções animais e vegetais na Região Autónoma dos Açores foram estabelecidas pela Portaria n.º 133/2020 de 24 de setembro, que altera a Portaria n.º 16/2020, de 11 de fevereiro. Nesta portaria, em caso de transferência dos direitos individuais (no valor de trezentos euros por cada direito) sem transferência da exploração, 5% dos direitos transferidos, arredondados às décimas, são devolvidos, sem pagamento compensatório, à reserva regional para redistribuição. Considerando que o número de direitos é limitado, torna-se difícil aos jovens adquiri-los no mercado, sendo que muitas vezes a solução passa pela aquisição ou transferência de direitos entre familiares, com a reversão automática de 5% dos mesmos em favor da reserva regional, o que constitui um entrave a essas transferências. A isenção da retenção nas transferências de direitos para a reserva regional para os jovens agricultores, permitirá ultrapassar este entrave e, deste modo, criar condições mais favoráveis para entrada de jovens no setor, designadamente na fileira da carne.

A Portaria n.º 23/2020 de 6 março, alterada pela Portaria n.º 116/2020 de 24 de agosto, aprova o novo programa de apoio à inovação agrícola dos Açores (i9AGRI), que visa reforçar o acesso por parte dos agricultores às novas tecnologias, promover a inovação e a competitividade económica das empresas agrícolas., em que o total do inves-

timento previsto varia entre os mil e vinte mil euros. A Portaria n.º 116/2020 de 24 de agosto, regista que os apoios são majorados em 10 pontos percentuais no caso dos jovens agricultores desde que detentores de título de reconhecimento do estatuto da agricultura familiar. A atribuição do complemento regional ao prémio aos jovens agricultores, foi implementada pela Portaria n.º 130/2020 de 17 de setembro, publicada no JO (2020) da RAA, tinha por objeto estabelecer as regras aplicáveis para no âmbito da submedida 6.1 instalação de jovens agricultores, da medida 6, desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas. Este complemento ao jovem agricultor da RAA tinha como objetivos potenciar: o arranque da atividade agrícola por parte de jovens agricultores, como gestores das explorações; a renovação geracional no setor agrícola; a manutenção e reforço de um tecido económico e social viável nas zonas rurais; e a capacidade competitiva do setor agrícola. Eram beneficiários os jovens agricultores, em nome individual ou os sócios gerentes das pessoas coletivas, com candidatura aprovada nos últimos cinco anos, no âmbito da submedida 6.1, instalação de jovens agricultores, da medida 6 desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas, no âmbito do PRORURAL+. O valor do apoio a atribuir assumia a forma de subsídio não reembolsável, no montante máximo anual de três mil euros, a atribuir durante um período de 5 anos após a instalação.

Análise do Ponto de Situação, da Submedida 6.1. Instalação de Jovens Agricultores, PRORURAL+, entre 2014-2020

A avaliação das candidaturas dos beneficiários é feita com base no número de pedidos de apoio e pagos, na submedida 6.1, instalação de jovens agricultores, PRORURAL+, no período 2014-2020, considerando a dispersão territorial; o setor de atividade, a dimensão da classe de área; o género; e a faixa etária, utilizando o Relatório de Execução do PRORURAL+, 2020 (Autoridade Regional de Gestão,

2021). No que respeita aos auxílios inscritos pelo Governo Regional, estão em fase de apreciação, não havendo resultados oficiais publicados.

Como nota metodológica, as estatísticas agrícolas apresentadas pela Autoridade de Gestão do PRORURAL + consideravam não só, os pedidos de apoio e pagamento do ano a considerar, mas também incluía o número de apoios transitados de períodos anteriores.

No período 2014-2020 foram rececionados na Região Autónoma dos Açores 292 projetos no programa PRORURAL+, na submedida 6.1 referente à instalação de jovens agricultores, que apresentaram uma despesa pública de doze milhões, vinte mil e cem euros (12020100€), comparticipada em 85% pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). A taxa de aprovação dos pedidos rondou 81%. Foram pagos 312 beneficiários no valor de 49% da dotação total desta medida. O número de projetos recusados, anulados e cancelados foi inferior a 15% dos pedidos de apoio rececionados pela Autoridade de Gestão do PRORURAL+ (2021).

Comparativamente, no programa de desenvolvimento rural, que decorreu no quadro anterior, constata-se uma despesa pública inferior que se cifrou em cerca de nove milhões de euros (8823529,6€) e que pretendia promover a atratividade de duzentos a duzentos e trinta produtores (SRAF, 2010).

Como se contata na Figura 1, o número de pedidos de apoios aprovados e pagos, na Submedida 6.1. Instalação de jovens agricultores, PRORURAL+, no período 2014-2020, permite registar que estes foram mais elevados nas ilhas de São Miguel (50/67); Terceira (47/58); Pico (30/40) e Faial (18/22).

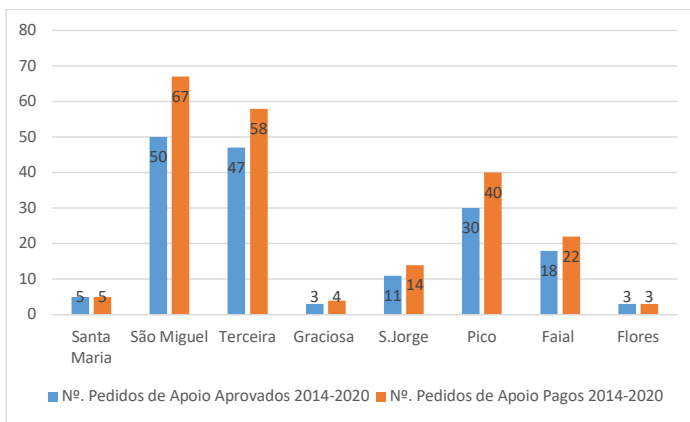


Figura 1. Número de pedidos de apoio e pagos, na Submedida 6.1. Instalação de jovens agricultores, PRORURAL+, no período 2014-2020, por ilha.

Nota: Elaboração própria. Fonte (Autoridade de Gestão do PRORURAL+, 2021).

Ao não incluir os apoios transitadas de períodos anteriores, apenas no período 2014-2020, verificou-se uma maior afluência dos beneficiários micaelenses, terceirenses e picoenses sendo respetivamente, 30%, 25% e 21% do total (Autoridade de Gestão do PRORURAL+, 2021) e que segue a tendência demográfica destas ilhas açorianas (INE, 2021).

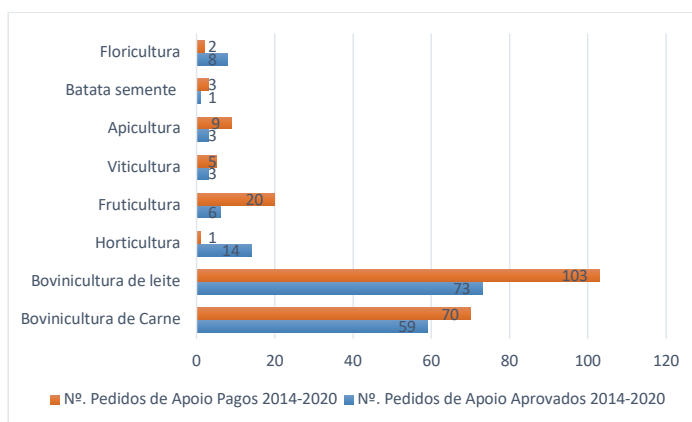


Figura 2. Número de pedidos de apoio e pagos, na submedida 6.1, instalação de jovens agricultores, PRORURAL+, no período 2014-2020, por setor de atividade.

Nota: Elaboração própria. Fonte (Autoridade de Gestão do PRORURAL+, 2021).

Os setores de atividade com maior expressão na submedida 6.1, instalação de jovens agricultores no período 2014-2020, no número dos pedidos de apoios aprovados e pagos, é o setor pecuário de leite e carne respetivamente de 89,2% e 79/% como se deduz da Figura nº 2. No caso da bovinicultura de leite foram 103 aprovados e 73 pagos e na bovinicultura de carne foram 70 aprovados e 59 pagos, que demonstra uma maior procura pelo setor leiteiro como início da instalação. Todos os outros setores de atividade, floricultura, batata semente, apicultura, viticultura, fruticultura e horticultura são preferências residuais nas preferências de instalação dos jovens agricultores dos Açores. No setor da atividade pecuária, a bovinicultura de leite é também o mais representativo na economia agrícola açoriana (INE, 2021).

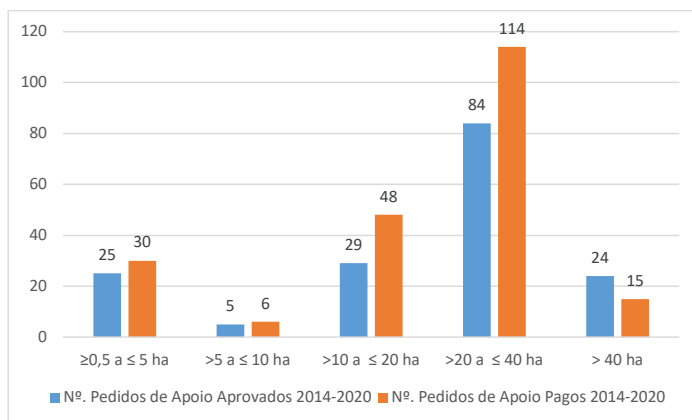


Figura 3. Número de pedidos de apoio e pagos, na submedida 6.1, instalação de jovens agricultores PRORURAL+, no período 2014-2020, por classe de área.

Nota: Elaboração própria. Fonte (Autoridade de Gestão do PRORURAL+, 2021).

No que refere à dimensão agrícola das explorações dos jovens agricultores, são as explorações com dimensões superiores a 20 hectares, que mais concorrem quer aos pedidos de apoio aprovados como aos pagos, como se deduz da Figura 3, representando respetivamente, 64,7% e 60,6% do total de pedidos. No entanto, persistem ainda um número de jovens agricultores a possuírem, na primeira instalação, áreas relativamente pequenas, 25 jovens nos pedidos de apoio e 30 jovens nos pedidos pagos.

No que concerne aos montantes aprovados e pagos, no período de 2014 a 2020 (consultar Figura 3), verifica-se a maior participação dos jovens agricultores para explorações agropecuárias com maior dimensão, sendo que os montantes dos apoios aprovados e pagos sejam mais relevantes.

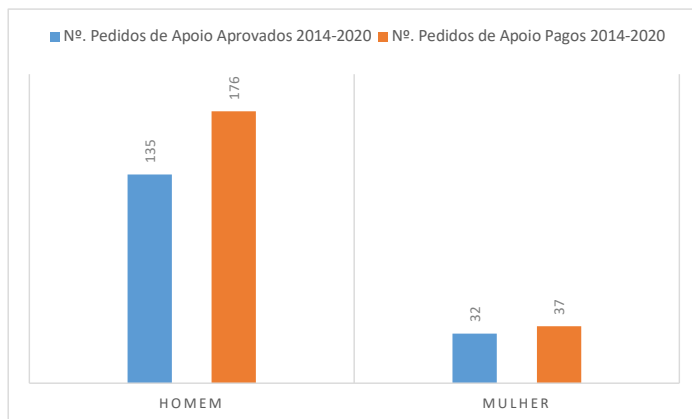


Figura 4. Número de pedidos de apoio e pagos, na submedida 6.1, instalação de jovens agricultores no PRORURAL+, no período 2014-2020, por género.
 Nota: Elaboração própria. Fonte (Autoridade de Gestão do PRORURAL+, 2021).

A maior parte dos pedidos de apoio e aprovados e pagos, respetivamente 80 e 82% dos montantes aprovados eram de homens. Esta tendência acompanha o que se passa nos agricultores a nível da Região Autónoma dos Açores (INE, 2021).

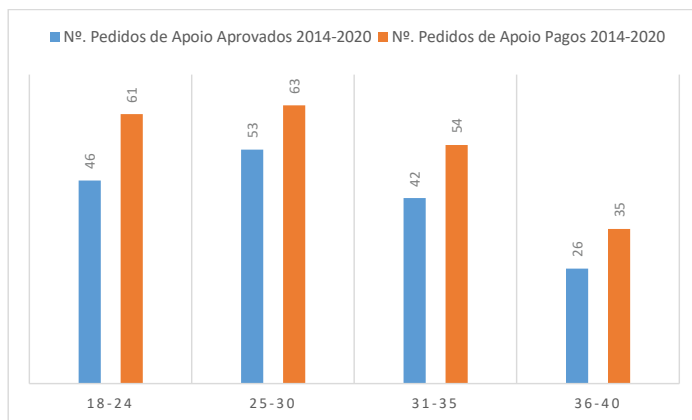


Figura 5. Número de pedidos de apoio e pagos, na Submedida 6.1, instalação de jovens agricultores, PRORURAL+ no período 2014-2020, por faixa etária.
 Nota: Elaboração própria. Fonte (Autoridade de Gestão do PRORURAL+, 2021).

É na faixa etária compreendida entre os 18 e 30 anos que se verificam maioria dos pedidos de apoio quer aprovados (70,1%) do total, quer do número de apoios pagos, (58,2%) assegurando a sustentabilidade intergeracional desejada na atividade agrícola da Região Autónoma dos Açores.

Conclusões

Os jovens agricultores são importantes para a resiliência da atividade agrícola na Região Autónoma dos Açores. Para a fixação dos jovens agricultores açorianos tem sido muito importante os incentivos da Comissão Europeia, bem como, os auxílios estatais proporcionados pelo Governo Regional dos Açores. O rejuvenescimento da população agrícola deve ser uma prioridade, e para tal, devem existir incentivos que permitam o futuro e sustentabilidade da atividade agrícola, que permita a formação, valorização profissional e contribuir para um rendimento justo e equiparável aos outros setores de atividade económica.

Referências Bibliográficas

Autoridade de Gestão do PRORURAL+ (2021). *Relatório do ano 2020, Artigo 75º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013, Artigo 50º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013.*

Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2009/A, de 23 de fevereiro.

Decreto Legislativo Regional n.º 23/2008/A, de 24 de julho

INE (2021). *Recenseamento Agrícola 2019, Análise dos Principais Resultados*, Instituto Nacional de Estatística.

(DRDR, s/d). *PRORURAL+, Sustentabilidade Ambiental, Dinâmica dos territórios Rural, Competitividade do complexo Florestal*, Direção Regional do Desenvolvimento Rural)

Portaria n.º 23/2020 de 6 de março de 2020 *Jornal Oficial*, I Série, n.º. 32, 6 de março de 2020, Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Portaria n.º 24/2020 de 6 de março de 2020, *Jornal Oficial*, I Série, n.º. 32, 6 de março de 2020, Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Portaria n.º 102/2020 de 30 de julho de 2020, *Jornal Oficial*, I Série, n.º. 113, 30 de julho de 2020, Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Portaria n.º 116/2020 de 24 de agosto de 2020, *Jornal Oficial*, 1 série, n.º. 128, Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Portaria n.º 120/2020 de 24 de agosto de 2020, *Jornal Oficial*, 1 série, n.º. 128, Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Portaria n.º 130/2020 de 17 de setembro de 2020, *Jornal Oficial*, 1 série, n.º. 138, Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Portaria n.º 133/2020 de 24 de setembro de 2020, *Jornal Oficial*, I Série, n.º. 140, 24 de setembro de 2020. Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Resolução do Conselho do Governo n.º 95/2020 de 7 de abril de 2020, *Jornal Oficial*, I série, n.º. 53, 7 de abril de 2020, acedido em 23 de setembro de 2021 em <https://jovemagricultor.azores.gov.pt/>

SRAF (2010). *PRORURAL, Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013*, 3ª. alteração, junho, Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

A instalação de Jovens Agricultores o caso da incubadora de empresas de base rural de Idanha-A-Nova

Fernando Delgado¹

Resumo

A Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova (IBR-IN) é um projeto de iniciativa conjunta do Município de Idanha-a-Nova, do Ministério da Agricultura/ Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro e do Instituto Politécnico de Castelo Branco/ Escola Superior Agrária de Castelo Branco, que tem como principal objetivo apoiar a constituição, instalação e desenvolvimento de empresários e empresas, preferencialmente de base agrícola e pecuária nos domínios do acesso à terra, rejuvenescimento do setor primário e promoção da ligação entre o meio científico e a comunidade. A base física para a concretização destes objetivos é a Herdade do Couto da Várzea, arrendada pelo estado ao município de Idanha-a-Nova, em que nos anos subsequentes se instalaram cerca de meia centena de Jovens Agricultores (JA).

Este trabalho aborda essencialmente a caracterização sumária dos JA instalados nesse período - que em larga medida coincide com a execução do PRODER e com condicionantes económicas e financeiras gerais do país muito particulares -, procurando estabelecer padrões e tipologias que permitam obter indicadores para uma avaliação do

(1) *Agrónomo, Técnico superior da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro. Agradece-se a António Moutinho (IPCB-ESA), Manuel Monteiro (IBR-IN), Manuel Sequeira e Manuel João (DRAPC) e Rolando Martins e Nelson Antunes (jovens agricultores da IBR-IN) a disponibilização de dados, informações e sugestões.*

grau de sucesso ou insucesso dessas instalações de JA.

Numa síntese global, podemos afirmar que se trata de um modelo virtuoso de cooperação entre instituições com responsabilidades diretas e indiretas na gestão do território na vertente de rejuvenescimento do tecido produtivo, que permite ganhos evidentes na efetiva instalação de JA. Apesar da avaliação criteriosa do sucesso ou insucesso das instalações de JA depender de alguns fatores que não pudemos concretizar (a realização de inquéritos foi incompatível com o espaço temporal disponível), os indicadores obtidos permitem concluir que, no geral, estamos perante um modelo de sucesso, com deficientes níveis de eficácia na cooperação entre as instituições envolvidas e na sua ação logística, técnica e científica sobre os JA, não excluindo também algumas fragilidades de cooperação entre os próprios JA instalados (sobretudo ao nível da utilização de mão de obra e da comercialização dos produtos).

Introdução

Os programas de desenvolvimento rural enunciam sistematicamente a instalação de Jovens Agricultores (JA) como uma prioridade das políticas públicas. Esta priorização decorre, entre outros fatores, de uma análise da estrutura etária da população agrícola e assume particular relevância em territórios de baixa densidade, como é o caso do concelho de Idanha-a-Nova. Neste enquadramento sumário, assume particular importância a criação da Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova (IBR-IN), sustentada na disponibilização por parte do Estado de uma significativa área com aptidão agrícola - a Herdade do Couto da Várzea (HCV) - e complementada com instrumentos de apoio e de gestão protocolados entre diversas entidades - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Município de Idanha-a-Nova e Escola Superior Agrária de Castelo Branco -, criando assim as condições necessárias à instalação de JA.

Acresce que a criação da IBR-IN coincidiu com um ciclo muito particular de gestão dos recursos financeiros do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER – 2007/2013) em que se verificaram níveis de procura por parte dos JA nunca antes registados. É com base nestes pressupostos que importa conhecer a importância da Herdade do Couto da Várzea/IBR-IN na instalação de JA, quer pela compreensão do modelo então criado (ainda hoje único no país) quer pela caracterização dos JA que aí se instalaram.

A análise efetuada tem como base essencialmente dados de fontes oficiais (SIPRODER, DRAPC, IBR-IN), embora alguns só disponíveis após análise de elementos das próprias candidaturas, complementados com recolha de informação nos diversos intervenientes no processo, embora sem realização de um inquérito formal e exaustivo, dada a exiguidade de tempo disponível para a sua efetivação. As diversas considerações sobre a instalação de JA, sobretudo as de carácter qualitativo, resultam também do facto do autor, profissionalmente, ter desempenhado funções de gestão do PRODER na Região Centro, no período em causa.

Principais factores que determinaram a instalação de Jovens Agricultores no Proder

A fundamentação dos apoios à instalação dos JA, decorrente da regulamentação comunitária e expressa no Programa de Desenvolvimento Rural do continente 2007-2013 (PRODER), assentava essencialmente numa análise da «estrutura empresarial dos territórios rurais, refletindo o envelhecimento da população», e na «necessidade de continuar a manter e atrair recursos humanos para a atividade agrícola», acrescentando que «a experiência e avaliação do passado aponta para a necessidade de alterações ao modelo utilizado, melhorando, entre outros, a componente da formação profissional e o sistema de acompanhamento»².

(2) Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013. Revisão 09, janeiro 2012.

Este enquadramento genérico dos apoios à instalação de jovens agricultores no PRODER não é muito diferente do período de programação anterior nem do período de programação subsequente, isto é, para além de alguns pormenores do contexto normativo e do quadro operacional, mantêm-se no essencial a fundamentação da intervenção, os objetivos e a estrutura dos apoios³.

De facto, tomando a Região Centro como exemplo, no PRODER verificou-se um grau de adesão dos jovens agricultores, traduzido no número de projetos aprovados, que triplicou o registado no AGRO (2000-2006), ultrapassando mesmo o quadruplo do registado no PAMAF (1994-1999). Este grau de adesão decresceu no PDR2020 (2013-2020) para valores muito próximos dos registados no AGRO. Parece assim claro que o PRODER corresponde a um período de programação condicionado por alguns fatores que em larga medida se afastam dos tradicionais padrões de adesão dos JA aos instrumentos financeiros de apoio disponíveis.

Sintetizam-se no Quadro 1 os principais indicadores que consideramos essenciais na caracterização do ambiente externo e interno da adesão dos JA às medidas de apoio disponíveis no PRODER. Destes indicadores destacamos, pela sua relevância numa avaliação global, o contexto socioeconómico em que se desenrolaram as candidaturas e alguns aspetos específicos dos projetos de investimento e do acesso à terra. A sequência «ausência de alternativas de emprego», «níveis de apoio financeiro», «influência de consultores» e «mediatização do rural» sinaliza alguns marcos no percurso de uma primeira aproximação ao grau de adesão registado, mas também, em contraponto, permite perceber algum do insucesso verificado.

Ainda que estes indicadores sejam extensíveis na sua generalidade a toda a Região Centro, eles são mais evidentes em algumas zonas com particularidades que tendem a acentuar o peso dessas variáveis, como é o caso

(3) Algumas alterações no nível de apoios (incluindo o prémio de 1ª instalação e as condições de atribuição), nos critérios de seleção na formalização da candidatura (incluindo a componente operacional e os custos de contexto) e no modelo de gestão, são relevantes, mas não explicam por si só os elevados graus de adesão verificados neste período de programação.

do concelho de Idanha-a-Nova e, em particular, da Herdade do Couto da Várzea/IBR-IN.

Indicadores		Descrição
Externos	Contexto socioeconómico	Crise financeira Desemprego Evolução da PAC e das políticas públicas Oferta e qualidade de serviços em meio rural
	Condições de acesso	Legislação e normativos de suporte às candidaturas Custos de contexto do processo de candidatura
Internos	Projeto de investimento	Viabilidade técnico-económica do projeto Elegibilidade dos investimentos propostos Nível dos apoios ao investimento e do prémio de 1ª instalação Transição técnica e económica do projeto para a produção comercial
	Acesso à terra	Património familiar (herança, doação, comodato) Aquisição Arrendamento
Específicos	Contexto profissional	Habilitações académicas Experiência profissional Alternativas de emprego Pluriatividade/pluriemprego
	Elementos de motivação	Influência dos consultores Contexto mediático do rural

Quadro 1. Fatores que determinaram a adesão dos Jovens Agricultores

Tipologia dos Jovens Agricultores instalados no Proder em Idanha-A-Nova

Como se referiu, durante o período de vigência do PRODER, registou-se uma forte procura dos apoios destinados à 1ª instalação de JA muito condicionada por fatores externos ao setor, nomeadamente a crise financeira que se verificou nesse período.

Embora exista uma significativa variabilidade de situações, é possível criar uma tipologia destes JA, segregando-os em dois grupos em função das características e motivações que estiveram na origem das candidaturas e que, por uma questão de simplificação, designaremos por «Jovens Agricultores Clássicos» e por «Novos Jovens Agricultores» (Quadro 2). Note-se que esta tipologia atende essencialmente ao

critério de escolha da atividade/cultura predominante, também ela muito condicionada pelos fatores descritos, em especial o acesso à terra e a alternativa de emprego.

Tipos	Principais atividades	Descrição
«Jovens Agricultores Clássicos»	Pecuária (ovinos, caprinos e bovinos), cereais, hortícolas, olivicultura*	Projetos em atividades "tradicionais" para as respetivas zonas agro-ecológicas, abrangendo áreas e meios de produção baseadas no património familiar
«Novos Jovens Agricultores»	Pequenos frutos (mirtilo, amora), plantas aromáticas, apicultura, etc.**	Projetos em "novas" atividades, com áreas muito reduzidas e com investimentos que raramente ultrapassam os 100 000 € Elevada percentagem de JA sem experiência profissional, mas com um elevado nível de formação académica (maioritariamente em áreas não agrícolas) Enquadramento da atividade num contexto económico específico, decorrente da inexistência de alternativa de emprego, mas também, em muitos casos, num imaginário do rural influenciado pelos <i>media</i>

*Esta tipologia é extensível aos projetos PRODER de JA instalados na Região Centro, desde que se acrescentem as atividades das restantes zonas agro-ecológicas (em termos genéricos, fruticultura, horticultura, pecuária, aves e ovos, etc.)

** De igual modo, podem-se referir as atividades de produção de cogumelos, morango, framboesa, groselha, goji, caracóis, etc.

Quadro 2. Tipologia dos Jovens agricultores instalados no concelho de Idanha-a-Nova

Os «Jovens Agricultores Clássicos», para além de traduzirem candidaturas em atividades «tradicionais», na sua grande maioria baseiam a instalação no património familiar e, em geral, na continuidade de uma exploração já existente. Aparentemente são os protagonistas de uma substituição de gerações, mas quase sempre sem tradução efetiva na gestão da exploração. Em última análise, para um universo significativo, a instalação do JA correspondeu simplesmente ao acesso da exploração existente a um enquadramento técnico e financeiro mais favorável. Acresce que, em geral⁴, os projetos de investimento abrangem uma área significativa, compatível com a principal atividade local (pecuária extensiva)⁵ e que os investimentos se traduzem essencialmente em máquinas, equipamentos e melhoramentos fundiários, com

(4) Para alguns destes JA a instalação realizou-se sem investimento.

(5) Note-se que as explorações do concelho de Idanha-a-Nova apresentam uma estrutura fundiária caracterizada pela média/grande propriedade e pela extensificação agrícola nomeadamente fora da zona de regadio.

o claro objetivo de consolidação do aparelho produtivo existente. No que diz respeito aos «Novos Jovens Agricultores» a situação é diversa e em certa medida oposta. Em geral instalaram-se em áreas muito restritas e em atividades que não requerem a permanência na exploração, isto é, excluem a pecuária, em particular a pecuária para produção de leite/queijo⁶, e centram-se em culturas permanentes, intensivas ou semi-intensivas, com um interessante grau de pioneirismo e inovação - são os pioneiros na introdução de algumas culturas «desconhecidas» (mirtilo, amora, goji, p.e.) e inovadores na tecnologia de produção de outras «mais conhecidas» (diospireiro, ameixeira, romanzeira, figo da índia, p.e.). A IBR-IN é o exemplo paradigmático destes «Novos Jovens Agricultores» e alberga cerca de 95 % do total desta tipologia de JA instalados no concelho de Idanha-a-Nova. Esta distinção entre «JA Clássicos» e «Novos JA» é, em si mesma, compreensível e coerente com o enquadramento anteriormente explicado. Contudo, quando se analisa a capacidade profissional dos «Novos JA» e as atividades/culturas em que se instalaram, nota-se um evidente desfasamento entre a exigência tecnológica da maioria dessas culturas⁷ (agravada por ausência de circuitos comerciais organizados) e a respetiva capacidade profissional - habilitações académicas de âmbito agrário ou experiência profissional no setor -, o que constitui um fator de análise do grau de sucesso ou insucesso da instalação de JA (Quadro 3).

(6) A produção de leite/queijo a partir de pequenos ruminantes foi uma das mais importantes no concelho de Idanha-a-Nova, tendo vindo a decair gradualmente, apesar de se ter verificado uma crescente profissionalização do setor. Para o nº de explorações com ovinos e respetivo efetivo, a evolução entre os recenseamentos do INE (considerando 1989=100) foi de crescimento entre 1989 e 2009 (expl.=154; ovinos=133) e de decréscimo a partir daí (em 2009, expl.=99; ovinos=106; em 2019, expl.=67; ovinos=84). Em 2019 existiam de 302 explorações com ovinos com um efetivo de 55 441 cabeças.

(7) Ainda que toda a atividade empresarial agrícola exija sólidos conhecimentos agrónómicos, é óbvio que esta exigência é ainda maior quando se está em presença de «novas» culturas em que não existe um conhecimento empírico local (o saber-fazer típico do rural), limitando-se ao conhecimento de outras regiões, outros países ou simplesmente de informação avulsa.

Tipo Jovem Agricultor	Totais		Habilitações académicas						Com experiência profissional agrária	
			Superior				Outras			
	C. Agrárias		Outras		Nº	%				
	Nº	%	Nº	%			Nº	%	Nº	%
Jovem Agricultor «Clássico»	28	35	6	21,4	8	28,6	14	50,0	13	46,4
«Novo» Jovem Agricultor	51	65	11	21,6	25	49,0	15	29,4	7	13,7
Totais	79	100	17	21,5	33	41,8	29	36,7	20	25,3

Quadro 3. Habilitações académicas e experiência profissional dos jovens agricultores instalados no concelho de Idanha-a-Nova

Esta situação é também característica dos «JA Clássicos», mas, como se referiu, o enquadramento destes na gestão da exploração altera substancialmente a análise do grau de sucesso ou insucesso da instalação do JA, impedindo uma avaliação objetiva. No entanto, a tendência para considerar estes casos como «falsos JA» pode ter algum fundamento numa análise genérica, mas é manifestamente desadequada face à variabilidade de situações verificadas e, em última análise, aos objetivos da instalação de JA. De facto, nestas situações, o grau de intervenção do JA na exploração, ou mesmo a ausência de intervenção direta, desenrola-se quase sempre num contexto familiar e isso não é irrelevante para uma análise abrangente do papel do JA na gestão da exploração. Deve-se ter em conta que, para um número significativo deste tipo de explorações - geralmente associadas a um património fundiário significativo e a um aparelho de produtivo consolidado⁸ -, a gestão operacional é delegada.

(8) A área média das explorações pecuárias dos JA nesta situação é superior a 200 ha.

A Herdade Do Couto Da Várzea E A Incubadora De Empresas De Base Rural De Idanha-A-Nova (Ibr-In)

Enquadramento

A Herdade do Couto da Várzea, localizada no concelho de Idanha-a-Nova, freguesia de Idanha-a-Nova e Alcafozes, é património do estado e tem uma área total de 552,475 ha (Figura 1). Para além de terrenos de diversas classes de aptidão, inclui um importante património edificado, incluindo um centro de formação profissional agrária⁹.

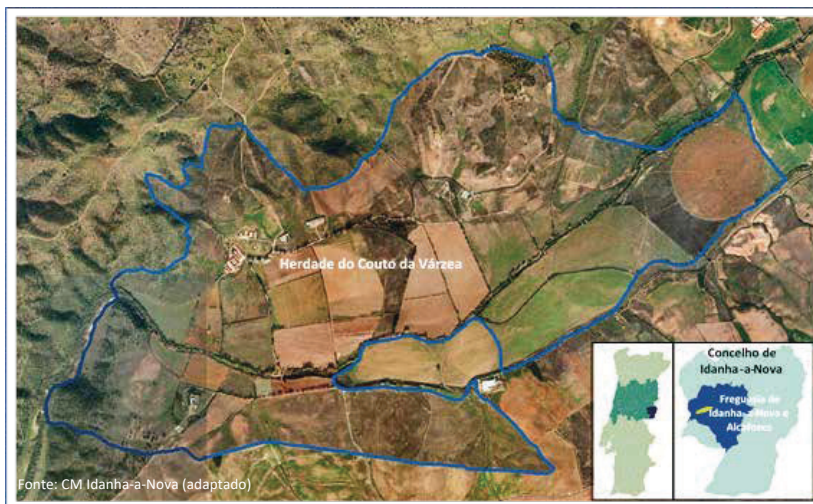


Figura 1. Localização geográfica da Herdade do Couto da Várzea

(9) Esta Herdade foi durante muitos anos um centro de experimentação, demonstração e produção de diversos produtos agrícolas e pecuários, com destaque para as culturas forrageiras, tabaco, cereais de regadio e de sequeiro, olival e pecuária (bovinos, ovinos e caprinos).

O processo de criação da Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova (IBR-IN) resultou de um acordo preliminar¹⁰ entre a DRAPC e o Município de Idanha-a-Nova e viria a culminar com a assinatura do Protocolo de Colaboração e do Contrato de Arrendamento entre as entidades envolvidas¹¹.

O Regulamento da IBR-IN estabelece que o projeto tem como fim «apoiar a constituição, instalação e desenvolvimento de empresários e empresas, preferencialmente de base agrícola e pecuária», em particular nos domínios do «acesso à terra, rejuvenescimento do setor primário e promoção da ligação entre o meio científico e a comunidade»¹². Do ponto de vista operacional determina a constituição de uma Estrutura de Gestão, constituída por um técnico com funções de direção da IBR-IN e de uma Comissão de Avaliação, Acompanhamento e Supervisão (CAAS)¹³, com funções de análise e avaliação das candidaturas e emissão do respetivo parecer técnico. Estabelece ainda as áreas de investimento preferenciais e os critérios de seleção das candidaturas, destacando-se as prioridades para projetos de JA e de candidatos desempregados que criem o seu próprio emprego¹⁴. Complementarmente, estabelece um conjunto de apoios decorrentes das competências das entidades protocoladas (laboratórios, consultoria, formação e outros serviços).

(10) *Acordo preliminar de setembro de 2009, como resultado de diversas reuniões prévias.*

(11) *Protocolo de colaboração entre o Estado/MADRP/DRAPC, o Município de Idanha-a-Nova e o Instituto Politécnico de Castelo Branco/Escola Superior Agrária e Contrato de Arrendamento entre o Estado/DRAPC e o Município de Idanha-a-Nova, ambos de 2011. Entretanto o Protocolo foi prorrogado e a Herdade do Couto da Várzea, assim como o Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro, foram integrados no projeto Green Valley Food Lab, que pretende constituir-se como uma «estratégia de sustentabilidade, no âmbito da agricultura biológica e biodinâmica»*

(12) *Artº 2º do Regulamento da IBR-IN.*

(13) *Artº 3º do Regulamento da IBR-IN.*

(14) *Artº 10º do Regulamento.*

O breve resumo dos documentos referidos permite perceber a estratégia, o objetivo e a operacionalização da IBR-IN, bem como o papel e a importância da Herdade do Couto da Várzea na implementação de todo o projeto. De facto, a IBR-IN é sobretudo uma plataforma de instalação de JA, disponibilizando terra (o principal, ou um dos principais entraves à instalação) e criando as condições de apoio complementar para o cumprimento dos objetivos para que foi constituída, independentemente do grau de sucesso ou insucesso desses jovens no médio e longo prazo, dependente de múltiplos fatores.

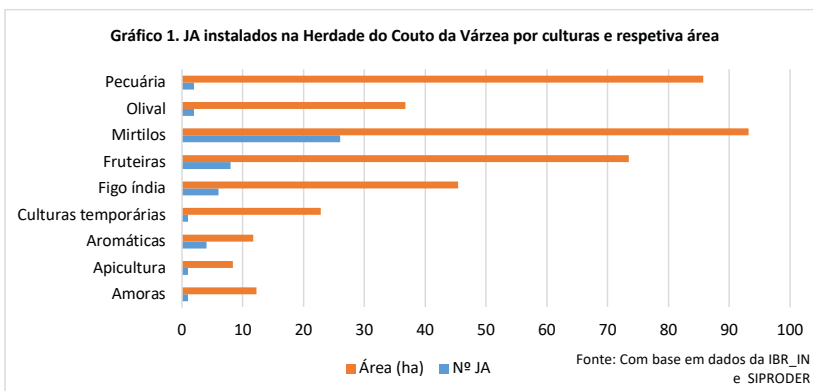
A instalação de Jovens Agricultores na IBR-IN

A Herdade do Couto da Várzea, localizada numa zona com condições edafoclimáticas muito particulares (semelhantes às do norte alentejano), dispõe de solos com várias classes de aptidão (os preços dos arrendamentos das parcelas variam em função deste fator, de 100 €/ha a 200 €/ha¹⁵), propiciando a instalação de diversas atividades agrícolas e pecuárias, quer de regadio (é abrangida pelo Perímetro Hidroagrícola da Campina de Idanha-a-Nova¹⁶), quer de sequeiro.

(15) Preços de referência para 2011, por «tipos de terra»: tipo I – 200 €/ha; tipo II – 150 €/ha; tipo III, IV, V, VI e sequeiro – 100 €/ha.

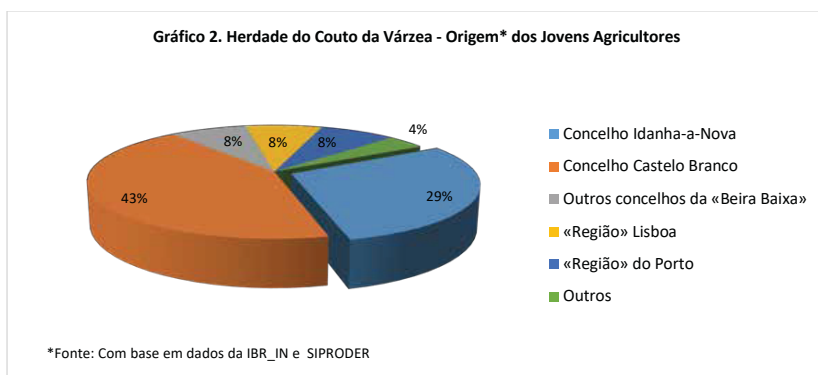
(16) De acordo com o Relatório e Contas de Gerência do ano de 2020, da ARBI (Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova), este perímetro de rega beneficia uma área de 8 237 ha, dos quais cerca de 32 % foram efetivamente regados com água do empreendimento hidroagrícola em 2020 (1 998 ha no perímetro de rega e 667 ha fora do perímetro de rega – a título precário). Regista-se que a área de pousio, em 2020, é de 71,5 % (5 889 ha) da área do perímetro de rega, o que constitui um indicador relevante na análise de diversos fatores estruturais das explorações existentes e de algumas das consequências das alterações da PAC que se verificaram nas últimas décadas.

Estas condições facilitaram a instalação de diversas culturas, nomeadamente pequenos frutos que atingiram uma área praticamente contínua de cerca de 90 ha, apesar da área média por JA ser de cerca de 3,5 ha (no momento da instalação dos JA, as áreas médias rondavam os 2,5 ha - o crescimento verificado nos anos subsequentes deveu-se essencialmente à incorporação de áreas de outros JA que, entretanto, abandonaram a atividade). As restantes culturas de regadio abrangem diversas fruteiras (diospireiro, romanzeira, marmeleiro, ameixeira), vinha (uva de mesa), amoras, plantas aromáticas e culturas forrageiras. Nas áreas de sequeiro, ainda que não exclusivamente, predomina a pecuária (bovinos), a apicultura, o figo da índia e o olival (Gráfico 1).



Numa visão global relativa ao ano de 2019, a IBR-IN é um mosaico de cerca de 100 parcelas dominando por culturas permanentes de regadio (também com culturas temporárias) e por algumas áreas de sequeiro, em que a maioria das parcelas está arrendada a JA (cerca de 380 ha) e as restantes parcelas são detidas por outras entidades, destinando-se no essencial à produção de sementes ou à horticultura, neste último caso no âmbito das Hortas d’Idanha).

Ainda que a origem destes JA seja difícil de determinar com exatidão sem recurso a inquéritos, com base na residência dos mesmos no momento da apresentação do projeto de investimento e/ou da celebração do contrato de arrendamento com a IBR-IN, é possível avaliar com um elevado grau de confiança que cerca de 72 % são oriundos/residem nos concelhos de Castelo Branco ou Idanha-a-Nova e que 80 % são oriundos/residem na Beira Baixa (Gráfico 2).



Os restantes 20 % provêm de outras regiões, nomeadamente de concelhos das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa. Estes dados traduzem uma mobilidade que, analisados do ponto de vista estrito do acesso à terra, mostram um nível de atração da IBR-IN muito elevado.¹⁷

Na sequência do que se referiu anteriormente (ver tipologia de «JA Clássicos» e «Novos JA»), a origem do património fundiário (o acesso à terra) é determinante nas opções dos JA no momento da instalação, incluindo a escolha das culturas. A comparação entre os JA instalados no concelho de Idanha-a-Nova (excluindo a Herdade do

(17) Para um futuro complemento desta análise, refira-se que um dos indicadores mais relevantes para uma avaliação da IBR-IN, consiste em determinar se e quantos JA mudaram de residência para Idanha-a-Nova ou concelhos limítrofes devido à sua instalação na IBR-IN.

Couto da Várzea) e os JA instalados naquela Herdade mostra bem estas diferenças (Quadro 4).

Âmbito	Origem da terra	Totais		Principais atividades			
				Pecuária		Outras atividades	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concelho de Idanha-a-Nova (com exclusão da IBR-IN)	Familiar	24	85,7	20	100	4	50,0
	Não familiar	4	14,3	0	0	4	50,0
	Totais	28	100	20	71,4	8	28,6
Herdade do Couto da Várzea/IBR-IN	Não familiar (arrendamento)	51	100	2	3,9	49	96,1

* Obtido através da memória descritiva do projeto e do parcelário.

Fonte: Com base no SIPRODER

Quadro 4. Relação entre a origem do património fundiário* e as atividades dominantes nas explorações de Jovens Agricultores instalados no concelho de Idanha-a-Nova e na Herdade do Couto da Várzea/IBR-IN

De facto, enquanto a totalidade dos JA instalados na IBR-IN tiveram acesso à terra através de arrendamento, cerca de 86 % dos JA instalados no restante concelho tiveram acesso à terra por via familiar.

Parece, assim, possível concluir que existe uma relação entre o acesso à terra e a escolha da atividade/cultura. Enquanto os JA instalados na IBR-IN optaram preferencialmente por culturas num modelo de produção intensivo (efeito da escassez da terra), adaptável a pequenas áreas – em geral produção de pequenos frutos –, os restantes JA do concelho de Idanha-a-Nova optaram preferencialmente pelas atividades dos sistemas de produção existentes: cerca de 96 % do JA da Herdade da IBR-IN optaram por culturas adaptadas a pequenas áreas e, em contraponto, cerca de 71 % dos JA instalados no concelho de Idanha-a-Nova (excluindo a IBR-IN), instalaram-se em pecuária, isto é, optaram pelo sistema de produção tradicional no concelho.

Resulta destes indicadores, em resumo, a existência de dois grupos distintos de Jovens Agricultores no concelho de Idanha-a-Nova: (i) Um primeiro grupo, que designámos de «JA Clássicos», em que a terra é de origem familiar, a atividade dominante é a pecuária – sis-

tema de produção tradicional no concelho – e os investimentos traduzem sobretudo a consolidação do aparelho produtivo existente, numa perspetiva que se pode considerar de substituição de gerações, embora com várias particularidades; (ii) Um segundo grupo, que designámos de «Novos JA», claramente localizado na IBR-IN, em que a terra é arrendada e as culturas dominantes são os pequenos frutos, especialmente mirtilo.

Complementarmente, como se referiu anteriormente (Quadro 3), é interessante verificar o elevado grau de habilitações académicas dos JA instalados na IBR-IN, sobretudo em áreas não agrárias¹⁸, o que reforça a perspetiva antes enunciada (ver ponto 3) da clara influência do «ambiente externo» - crise financeira e alternativas de emprego - na adesão dos JA e torna evidente que o PRODER foi, neste contexto, um programa historicamente datado. Acresce que, por motivos óbvios, este indicador tem influência direta no grau de sucesso ou insucesso da instalação dos JA na IBR-IN.

O sucesso e insucesso na instalação dos JA na IBR-IN

A ocupação atual (2021)¹⁹ da IBR-IN é a que se apresenta na Figura 2., em que é evidente o mosaico de culturas dominado pelo mirtilo (JA), figo da Índia (maioritariamente de JA), pecuária (JA e uma associação) e produção de sementes (não JA).

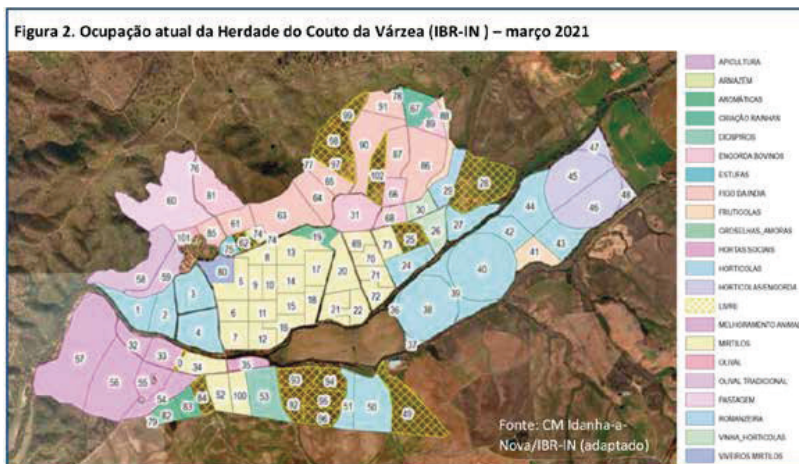
A cultura de mirtilo (complementada com outras culturas - amora, uva de mesa, algumas fruteiras e pecuária), constituiu a fase inicial (2011/2014) da instalação de JA na IBR-IN, abrangendo uma área inicial de mirtilos de cerca de 60 ha e 26 JA²⁰ e crescendo ao longo

(18) Registe-se, apesar de tudo, o facto de um dos critérios seleção de acesso à IBR-IN ser o critério «licenciado pelo IPCB-ESAC», o que ajuda a explicar o grau académico em ciências agrárias dos «Novos JA», referido no Quadro 3

(19) Note-se que a ocupação cultural e a titularidade das parcelas arrendadas está em constante evolução e é possível que nem todas as alterações ocorridas nos últimos 3 anos estejam fielmente contempladas.

(20) Note-se que a determinação exata destes valores depende de diversos critérios (datas de contrato

dos anos, atingindo atualmente cerca de 90 ha.



Esta fase coincide com os anos críticos da crise financeira e com o período em que se registou a maior procura de apoios no âmbito do PRODER pelos JA, cujas principais características referimos anteriormente.

Esta ocupação cultural foi evoluindo ao longo dos anos, nomeadamente por desistência de alguns JA. Contudo, na maioria dos casos, as superfícies «libertas» foram ocupadas pelos JA que permaneceram, aumentando assim a área das respetivas explorações que, em média, para o caso dos pequenos frutos, passou de cerca 2,5 ha/JA para cerca de 3,5 ha/JA. Embora de âmbito limitado, este é um dos indicadores do grau de sucesso ou insucesso da instalação de JA na HCV/IBR-IN, cuja evolução se resume no Quadro 5.

de arrendamento, aprovação do projeto, execução dos investimentos, etc.), que podem prolongar o período de instalação vários anos. Por exemplo, as datas de candidaturas no PRODER são de 24 candidaturas em 2012 e 8 em 2013, isto é, diferentes das datas de contratação com a IBR-IN, como aliás seria de esperar face aos trâmites inerentes à apresentação de candidaturas no PRODER e na IBR-IN.

Indicadores		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Contratos assinados com a IBR-IN (nº) ⁽¹⁾	Total	3	33	39	41	49	49	54	nd
	JA	3	33	39	40	46	47	51	
Área ocupada (ha) ⁽¹⁾	Total	26	271	311	352	456	456	507	nd
	JA	26	271	311	321	350	350	380	nd
Rescisões de contrato ⁽²⁾	JA	0	0	0	0	2	3	1	4

⁽¹⁾Valores aproximados tendo em conta algumas pequenas discrepâncias entre os dados da IBR-IN e do SIPRODER, nomeadamente no que diz respeito ao ano de instalação.⁽²⁾Os valores expressam o nº de contratos rescindidos, independentemente da evolução subsequente.

Fonte: Com base em dados da IBR-IN e no SIPRODER.

Quadro 5. Evolução do número de JA instalados na IBR-IN e respetivas áreas

Conclusões

Os JA instalados na IBR-IN têm basicamente as seguintes características: (i) Nos anos iniciais da criação da IBR-IN, foram claramente o resultado do ambiente económico e financeiro do país; (ii) Foram muito influenciados nas suas opções por consultores e, nesse período, pelos media; (iii) São oriundos na sua maioria dos concelhos de Idanha-a-Nova e Castelo Branco, e residualmente em outras regiões do país; (iv) Detêm em geral elevada formação académica, mas em áreas não agrárias e sem experiência profissional; (v) Instalaram-se em pequenas áreas e em «novas» culturas, inexistentes ou com reduzida expressão na zona de implementação dos projetos; (vi) Revelaram debilidades (que se mantêm) de cooperação entre si, em particular no que diz respeito à utilização de mão-de-obra e à comercialização dos produtos; (vii) Apesar de alterações substanciais na titularidade dos projetos, mantém-se um grau de manutenção da atividade superior ao expectável tendo em conta alguns dos pressupostos referidos. Consideramos, assim, que a Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova (IBR-IN) traduz uma estratégia coerente de intervenção no espaço rural ao dinamizar a instalação de JA num território claramente afetado pelo despovoamento e pelo envelhecimento da população. No entanto, o modelo de gestão - ambicioso e conceptualmente correto -, necessita de ajustamentos no grau e na qualidade de intervenção das entidades subscritoras desta estratégia,

colocando no terreno o exercício de algumas das competências que detêm no domínio técnico, científico e logístico.

Ao longo do trabalho fomos identificando alguns indicadores que permitiriam aferir com maior rigor o grau de sucesso ou insucesso da instalação de JA e que, pelos motivos explicados (dificuldade em obter, das diversas fontes, dados absolutamente fidedignos e coerentes entre si, e sobretudo a impossibilidade temporal da realização de inquéritos) não foi possível concretizar, deixando desde já abertas estas pistas para eventuais complementos de análise.

Os jovens e a agricultura familiar. Que presente e que futuro.

Cristina Amaro da Costa^{1,2}

Catarina Coelho^{1,2}

Diana Gomes^{1,3}

Adriana Pereira¹

Daniela V.T.A. Costa^{1,2}

Introdução

Cerca de 70% das necessidades alimentares são satisfeitas por 500 milhões explorações agrícolas familiares distribuídas por todo o mundo (FAO, 2014). Contudo, isso não tem sido suficiente para contrariar a visão de que este tipo de agricultura está, frequentemente, associado à pobreza, pequena dimensão da exploração, agricultura de subsistência e baixos rendimentos (FAO/CTA/IFAD, 2014). Apesar desta visão não ser atrativa, um pouco por todo o lado, e mesmo em Portugal, existem muitos jovens envolvidos na agricultura familiar.

O fenómeno do abandono agrícola, iniciado no final da década de 60 com o êxodo de grande parte população rural para a Europa, seguido do aumento da atividade industrial que contratou inúmeros jovens provenientes dos territórios rurais e, mais tarde, a Guerra do Ultramar, tem continuado até aos dias de hoje. Entre outros, a falta de apoio técnico e a insegurança económica da atividade agrícola encontram-se entre as principais razões que levam os jovens a ir para as cidades à procura de melhores salários e oportunidades de vida (Almeida, 2007).

(1)Escola Superior Agrária| Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

(2) CERNAS-IPV, Portugal

(3) Faculdade de Letras | Universidade do Porto, Portugal

Apesar das políticas de apoio à instalação e ao investimento de jovens agricultores, com início em 1986, ao abrigo da entrada na Comunidade Económica Europeia (Cordeiro, 2008; Alberto, 2004), continua a verificar-se o envelhecimento dos produtores agrícolas: segundo o último recenseamento agrícola (2019) mais de metade dos produtores agrícolas (52,5%) tem mais de 64 anos, sendo que na Beira Litoral e no Algarve a idade média é de 67 e 68 anos, respetivamente (INE, 2021).

Os territórios rurais, em particular os do interior o País, têm assistido a um decréscimo significativo da população residente, com valores que nalguns locais atingem os 75% em relação a 1960, com o consequente abandono da atividade agrícola. O resultado tem sido o envelhecimento da população já referido, e a ocupação das áreas agrícolas por espécies florestais de rápido crescimento ou mato/floresta desordenada o que potenciam a ameaça causada pelos incêndios florestais, bem como a perda de biodiversidade e o acréscimo de desequilíbrios ambientais associados.

Importa, assim, promover a revitalização dos territórios rurais, que se associam fortemente às dinâmicas e paisagens rurais, através do incentivo a explorações agrícolas, pecuárias e florestais mais diversificadas, resilientes, rentáveis e sustentáveis, valorizando concomitantemente os seus impactos positivos a nível económico, ambiental e social. Compreender os fatores que propiciam o despovoamento e o abandono da atividade agrícola, é fundamental para identificar medidas que permitam apoiar a fixação de população, em particular de jovens agricultores.

O que leva os jovens abandonar os territórios?

Segundo Cordeiro (2008), algumas razões que dificultam a entrada de jovens no setor agrícola, são: (1) acesso à terra; (2) capital financeiro; (3) ausência de tradição familiar; (4) riscos inerentes à atividade.

de; (5) fraca experiência e (6) dificuldade na formação e acompanhamento, quer a nível técnico, quer da gestão.

De acordo com os resultados obtidos no âmbito do projeto “Mitigação do despovoamento através da revitalização dos sistemas agro-silvo-pastoris no interior de Portugal”, de entre os fatores que promovem a saída dos jovens dos territórios, destacam-se os fatores económicos, sociais, técnicos, políticos e psicológicos (Costa et al., 2021).

Entre as razões económicas para o abandono dos territórios, refere-se a baixa remuneração dos produtos agrícolas e a falta de apoios financeiros para a criação

de projetos com suficiente escala para o reconhecimento de uma compensação financeira equivalente a outros setores profissionais. Os jovens inquiridos no âmbito do projeto referem que a atividade agrícola será apenas atrativa se houver “...*uma alteração radical nos valores do que se produz...*” e “...*acompanhamento financeiro, ... já que não tem capacidade de ir sozinho à banca...acaba por ser estrangulado e desistir do projeto...*”. Do ponto de vista da organização social, alguns fatores inibidores para a entrada dos jovens no setor agrícola são as: condições de trabalho, baixa remuneração do emprego agrícola e falta de oportunidades, falta de estruturas e organizações associativas de confiança e aliciantes para os jovens, e desvalorização da profissão.

“Numa profissão que não seja agrícola, os trabalhadores têm direito a férias, têm direito a fins de semana, têm direito a feriados..” (...)

“... se a profissão de agricultor, pastor... se efetivamente esse tipo de



Fatores que favorecem o abandono dos territórios
(Costa et al., 2021)

profissões fosse mais valorizada, provavelmente teríamos mais gente com vontade de exercer a atividade agrícola.”

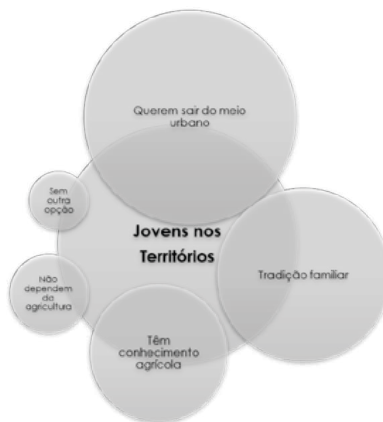
A insegurança relativamente ao conhecimento e formação disponível, em conjunto com a falta de apoio técnico, a elevada burocracia nomeadamente ao nível da fiscalidade, surgem também como um entrave na atividade do jovem agricultor.

“... não se pode pedir a pessoasque se levantam às seis e meia... para preencher questionários, preencher candidaturas.... As pessoas não têm essa disponibilidade.... É preciso simplificar...estruturas mais flexíveis que simplifiquem o trabalho...”

E quem são os jovens que ficam nos territórios?

De entre os jovens que, hoje se fixam nos territórios, podem identificar-se: jovens que procuram alternativas à vida intensa das cidades, com tradições familiares no setor, com conhecimento e formação agrícola, que não dependem da agricultura porque têm outras fontes de rendimento e que não têm outra opção de trabalho.

Os jovens que vêm das cidades para os territórios rurais, fazem-no porque *“...estão fartos das grandes cidades, têm alguma ligação ao território, são os avós ou os bisavós, tem propriedades mais ou menos abandonadas sendo da área ou não, mas trazem ideias de modernidade e de alguma capacidade de investimento...”*, mas também porque têm *”... um certo sentido romântico para a agricultura ...”*, sendo usualmente jovens que *“... já*



As razões que levam os jovens a fixar-se nos territórios e a iniciar uma atividade agrícola (Costa et al., 2021)

trazem os recursos financeiros...”. Para além destes, jovens provenientes de famílias com alguma ligação à agricultura, detentores de explorações familiares, “maioritariamente filhos de agricultores...” e/ou que “querem dar continuidade ao trabalho que os pais desenvolveram”, também os jovens com formação agrícola e outra fonte rendimento, ou jovens sem outras alternativas de trabalho (como consequência da menor escolaridade), acabam por se dedicar de algum modo a uma atividade agrícola (Costa et al., 2021).

Diversos casos de sucesso se repetem, entre jovens que vêm de outros setores e que no seu caminho encontram na agricultura uma alternativa feliz. A formação e profissão anterior são muito variáveis (advogados, escritores, engenheiros, entre outros), mas alguns fatores de mudança são comuns, em particular a posse da terra e a relação com a agricultura através da família (RRN, 2014).

O que faz falta?

Se se considerarem aquelas que surgem como as principais barreiras à instalação de jovens agricultores, poderão ser desenvolvidas iniciativas que podem contribuir para incentivar mais jovens a instalarem-se em territórios rurais com atividades ligadas à agricultura.

Claramente as questões económicas, em particular o acesso aos mercados de produtos agrícolas pode ser particularmente desafiante para os jovens, em particular pela pouca capacidade de produzir grandes quantidades para beneficiar de economias de escala, o conhecimento sobre preços e estruturas de mercado e a pouca “experiência” de negociação (FAO/CTA/IFAD, 2014). Todas as medidas que possam contribuir para ultrapassar estas questões – mais facilidade no acesso à terra, melhor acesso ao financiamento em condições ajustadas à realidade e temporalidade da atividade, retorno económico, acesso à informação e aos mercados – devem surgir em conjunto com ações de divulgação do setor e de uma maior e melhor estratégia de divul-

gação da importância dos jovens para os territórios e para o País. O conhecimento ancestral agrícola também deve ser valorizado e dado a conhecer, sobretudo, aos jovens. Estes são fatores que se consideram fundamentais para manutenção dos territórios rurais e efetiva coesão territorial.

Ademais, a criação de dinâmicas coletivas em torno dos jovens cria numerosas oportunidades: economias de escala na compra de fatores de produção agrícolas e na venda produtos agrícolas, partilha de equipamentos, acesso a serviços financeiros com um perfil de risco mais baixo, acesso à terra e fomento do associativismo para propostas de novas políticas públicas, que reflitam as verdadeiras necessidades dos jovens rurais. Crê-se também, que a agenda da agricultura familiar e juventude, deve incluir a geração mais nova como atores chave na sua formação e definição. O acesso a informação fidedigna pode ajudar a superar a falta de experiência dos jovens agricultores. Para isto, são necessárias abordagens de formação integradas com e para os jovens, com o objetivo de responder às exigências de um sector agrícola moderno. Um exemplo disto, é a utilização das tecnologias digitais no sector, que pode servir como motor de atração de jovens e ao mesmo tempo, disponibilizar informação e formação, e apoiar a comercialização e financiamento.

A transmissão de conhecimento intergeracional é um dos maiores valores associados à agricultura familiar e que transforma os jovens agricultores em verdadeiros e potenciais repositórios de conhecimento técnico ancestral. Em geral, este conhecimento é transmitido de modo informal, no momento em que os jovens desempenham tarefas nas explorações em conjunto com os restantes familiares, o que facilita a aquisição dos conhecimentos e competências necessários à atividade agrícola. Incentivar a transição da gestão da agricultura familiar dos mais velhos para os mais jovens e promover modelos e histórias de sucesso de jovens na agricultura familiar irá, certamente, alterar o sentido do reconhecimento do valor da atividade agrícola.

Também a existência de incentivos à formação de vocações na área agrícola é importante, por exemplo, a atribuição de bolsas de estudo específicas para o ensino agrícola profissional e superior; ou a criação de programas de gestão financeira e digital. Iniciativas como estas, podem abrir oportunidades para que mais jovens procurem a agricultura e tragam para o setor dinâmicas de carácter mais original, criativo, inovador e empreendedor.

De facto, os jovens são muitas vezes responsáveis por adotar e fomentar novos paradigmas – tecnológicos, económicos, culturais e sociais – na exploração agrícola, isto porque detêm maiores habilitações literárias, formação profissional e, principalmente, maior intensidade de contacto com o meio externo, em particular através do uso das TIC, que confere aos jovens um papel muito relevante na gestão e promoção da exploração (FAO/CTA/IFAD, 2014).

Algumas considerações finais

Em muitos países, o sector agrícola possui um potencial de desenvolvimento significativo que poderá gerar amplas oportunidades de emprego digno e remuneração justa para os jovens agricultores. Infelizmente, muitos jovens não percebem a agricultura como um meio viável ou atrativo de ganhar a vida. Em alternativa, a migração de jovens rurais (para as cidades ou para outros países) é a saída mais viável para alcançar um melhor nível de vida.

Embora os jovens tenham maior e melhor acesso à educação do que a geração dos seus pais, têm em geral mais dificuldades de acesso à terra, serviços financeiros, empregos, mercados verdes e políticas públicas (FAO/CTA/IFAD, 2014).

A sucessão rural é um processo fundamental para a agricultura familiar e está diretamente ligada à juventude rural. A opção de dar continuidade ou iniciar uma atividade agrícola é resultado de um conjunto de fatores, entre os quais a construção de uma identida-

de de agricultor, a partir de aspetos socioculturais, tão importantes quanto os aspetos técnicos e económicos relacionados à rentabilidade e segurança financeira (Monteiro & Mujica, 2021).

Rejuvenescer o tecido profissional é cada vez mais premente para assegurar a sustentabilidade do setor agrícola, onde a competência técnica e capacidade empresarial dos jovens agricultores surge como uma oportunidade de introdução de práticas agrícolas modernas, ao nível técnico, económico e comercial, capaz de atingir níveis de eficiência mais elevados e competitivos e de contrariar o envelhecimento da população agrícola (Ilhéu, 2014).

É necessária uma resposta coerente e integrada para enfrentar os principais desafios enfrentados pelos jovens ao entrar no sector agrícola. É importante trabalhar em parceria, com mecanismo multi-stakeholder transparente, que assegure a coerência, coordenação e cooperação de diferentes instituições, a nível central e local, privado, público ou sectorial

As novas gerações desempenham um papel vital como agentes de mudança para a transformação das zonas rurais e dos sistemas agro-alimentares. Os jovens podem desempenhar um papel fulcral na revitalização das economias locais, impulsionando a inovação, reforçando as organizações da sociedade civil (OSC), impulsionar a inovação, reforçar as organizações da sociedade civil (OSC), gerir os recursos naturais e reestruturar políticas públicas para o desenvolvimento rural. É necessário valorizar as competências dos jovens e criar oportunidades de emprego e empreendedorismo para assegurar a renovação geracional e para combater a migração rural-urbana.

Agradecimento

O presente texto inclui resultados do projeto PDR2020-2024-055375 - “Mitigação do despovoamento através da revitalização dos sistemas agro-silvo-pastoris no interior de Portugal.

Referências bibliográficas

- Alberto, D. (2004). *Instalação de jovens agricultores-experiências comparadas em três países da UE*. Congresso de Estudos Rurais, 2, Angra do Heroísmo, 29 Set. - 3 Out, 15 pp. <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1034/1/Jovens%20agricultores.pdf>
- Almeida, M.A.P. (2007). O mundo rural e os novos desafios. In: Dentinho, T. & Rodrigues, O. (Ed.). *Periferias e espaços rurais: comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais*. Príncipe, Estoril: 295-317. <http://hdl.handle.net/10198/6549>
- Cordeiro, J.F.B. (2008). *A AJAP e os jovens agricultores em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural - Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 129 pp. <http://hdl.handle.net/10400.5/2063>
- Costa, D., Coelho, C., Viana, H., & Costa, C. A. (2021). *Relatório dos Grupos Focais. Projeto Mitigação do despovoamento através da revitalização dos sistemas agro-silvo-pastoris no interior de Portugal*. ADRL/ESAV | IPV.
- FAO. (2014). *2014 International Year of Family Farming - feeding the world, caring for the earth*. FAO, Rome, Italy, 27 p. <http://www2.ohchr.org/english/issues/food/docs/A-HRC-16-49.pdf>
- FAO/CTA/IFAD. (2014). *Youth and Agriculture: Key Challenges and Concrete Solutions*. Food and Agriculture Organization of the United Nations/Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation/International Fund for Agricultural Development. <https://www.fao.org/policy-support/tools-and-publications/resources-details/en/c/463121/>
- Ilhéu, M. J. (2014). O Papel dos Jovens Agricultores na Sustentabilidade da Agricultura. *EM REDE*, Revista da Rede Rural Nacional, 2-5.
- INE. (2021). *Recenseamento Agrícola - Análise dos principais resultados 2019*. Instituto Nacional de Estatística.
- Monteiro, R., & Mujica, F. P. (2021). A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.235637>
- RRN. (2014). Conversas com Jovens Agricultores. *EM REDE*, Revista da Rede Rural Nacional, 4, 18-24.

Notas curriculares:

Cristina Amaro da Costa é licenciada em Engenharia Agrícola, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e doutorada em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. É docente da Escola Superior Agrária do Politécnico de Viseu desde 1995, foi Subdiretora da Estação Agronómica Nacional entre 2000 e 2007 e Provedora do Estudante do Politécnico de Viseu entre 2012 e 2018. Investiga e estuda na área da agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis, com enfoque na agricultura familiar, nas mulheres agricultoras e na valorização dos serviços do ecossistema. Advoga o uso insustentável dos pesticidas. É apicultora quando pode.

Catarina Manuela Almeida Coelho é doutorada em Ciência Animal pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Professora Adjunta na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu. Atualmente é diretora do curso de licenciatura em Engenharia Zootécnica. Investigadora em vários projetos nacionais e internacionais. É autora e co-autora de vários artigos científicos de revistas internacionais e nacionais na área da Ciência Animal e ainda de diversos capítulos de livros e livros.

Diana Gomes é licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atualmente encontro-me a frequentar o segundo ano curricular do Mestrado em Sociologia na mesma instituição que me licenciéi. As minhas áreas de interesse são a igualdade de género, a sociologia rural, a agroecologia e a agricultura familiar. Atualmente faço parte da equipa de investigação do projeto, “MAIS: Mu-

lheres Agricultoras em Territórios do Interior”, operado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Adriana Ascensão Pereira nasceu em 1991 e é natural da Maia. Atualmente frequenta a licenciatura em Engenharia Agronómica na Escola Superior Agrária do Politécnico de Viseu. Dos seus interesses fazem parte a agricultura, sustentabilidade, cultura e ação sociopolítica.

Daniela de Vasconcelos Teixeira Aguiar da Costa é doutorada em Biotecnologia pela Universidade Católica, Mestre em Ciências e Tecnologia Pós-colheita pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e licenciada em Engenheira Agrícola pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. É Professora Adjunta na Escola Superior Agrária do Politécnico de Viseu. Participa e/ou participou como investigadora em 16 projeto(s), nas áreas da fisiologia vegetal, fisiologia pós-colheita, multiplicação de plantas, produtos biológicos, mirtilo, agricultura biológica, práticas agrícolas, itinerários técnicos, agricultura familiar.

Promotores:



Cofinanciado por;



ISBN: 978-972-8669-88-1